



# DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA VIDA

FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

## **Projectando “casas” numa instituição**

**Perspectivas antropológicas sobre processos de inclusão social de mulheres.**

Ana Rita Tavares Da Luz Costa

2012



UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA VIDA  
ANTROPOLOGIA SOCIAL E CULTURAL

**Projectando “casas” numa instituição**  
**Perspectivas antropológicas sobre processos de inclusão social de**  
**mulheres.**

Projecting homes in an institution  
Anthropological perspectives on social inclusion processes of women.

Dissertação apresentada à Universidade de Coimbra para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre Antropologia Social e Cultural do Departamento de Ciências da Vida da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Nuno Porto (Universidade de Coimbra).

Ana Rita Tavares Da Luz Costa

**2012**

## AGRADECIMENTOS

O meu sincero agradecimento aos professores Nuno Porto, meu orientador, e Fernando Florêncio, pela disponibilidade, paciência e compreensão em todos os momentos demonstrada, mesmo quando não merecida. À professora Susana Viegas pelas suas aulas marcantes que me convenceram em tempos que, de facto, estava no curso certo. Aos três agradeço as partilhas interessantes e importantes.

Aos meus colegas de mestrado pelas trocas de experiências e bons momentos passados. Agradeço particularmente à Cristina Valentim pelo apoio, sobretudo no início deste projecto. À Rita Melhorado, pela amizade e desorientações sempre pertinentes.

A todas as pessoas que trabalham na comunidade de inserção por me terem recebido sempre bem, tornando possível a concretização deste projecto. À Dr.<sup>a</sup> Ana agradeço a disponibilidade para conversar comigo e os pontos de vista abertamente partilhados. Sem a vossa colaboração este trabalho teria sido muito mais difícil.

Um agradecimento especial, às mulheres e jovens mulheres que tive a oportunidade de ir conhecendo ao longo dos meses de trabalho de campo. Agradeço-vos imenso por terem conversado comigo e confiado em mim. Também aos meninos e meninas. Sem a vossa ajuda nada teria sido possível.

Aos meus amigos, pela amizade, apoio e compreensão pelas minhas sucessivas ausências. Pelo carinho, à minha avó Olívia, ao meu avô Bernardino, ao meu pai Vítor e à minha mãe Olívia. Ao pai agradeço ainda algumas sugestões relativas à escrita e à mãe a sua ajuda incondicional a tantos níveis.

## **Resumo**

O presente trabalho visa reflectir etnograficamente sobre os processos vividos por um grupo de mulheres identificadas pelo “sistema de protecção social” como em situação de “vulnerabilidade” ou de “exclusão social” e que, por isso, necessitaram de ser ajudadas com medidas de acolhimento temporário por uma instituição. Ao escolherem, ou ao aceitarem, residir num equipamento social, uma “Comunidade de Inserção”, as mulheres e jovens mulheres eram apoiadas na construção dos seus projectos de vida que deveriam ser desenhados com base nas suas “necessidades” e “vontades concretas”. Neste processo de inclusão social, podiam contar, sobretudo, com a ajuda e assistência transversal das equipas que aí trabalhavam.

Pelas suas perspectivas, pelo modo como percebem, experienciam e significam o momento virtualmente transformador que atravessam, procura-se revelar a dimensão plural, por vezes ambígua e contraditória, que o viver numa “instituição” e o aceitar tentar construir um novo projecto de vida assume. Deste modo, as mulheres e jovens mulheres conduzem-nos, comparativamente, para reflexões que não dizem apenas respeito a elas, mas a todos nós.

**Palavras-chave:** experiência vivida, quotidiano, mulheres, inclusão social

## **Abstract**

The work presented aims to think ethnographically on the processes experienced by a group of women identified by the ‘welfare system’ as in a situation of ‘vulnerability’ or ‘social exclusion’ and, therefore, needed to be helped by measures of temporary accommodation by an institution. By choosing, or by accepting, to live in a social facility, a ‘Community of Inclusion’, women and young women were supported in building their life projects that should be designed based on their ‘needs’ and ‘concrete wills’. In this process of social inclusion, they could count on, mainly, with the help and transversal assistance of the teams that worked there.

Through their perspectives, the way they perceive, experience and mean the moment virtually transforming, it seeks to disclose the plural dimension, sometimes ambiguous and contradictory, that living in an ‘institution’ and accepting to try to build a new life project takes. Thus, women and young women lead us, comparatively, to reflections that do not concern only them but all of us.

**Keywords:** lived experience, quotidian, women, social inclusion

# ÍNDICE

<b>I. INTRODUÇÃO</b> .....	1
As perspectivas que conduzem o trabalho	
i) Dos questionamentos iniciais às hipóteses de investigação.....	4
ii) Caminhos teóricos: breves considerações.....	6
Sobre as “experiências vividas”	
iii) A <i>resposta social</i> Comunidade de Inserção na intervenção para as mulheres .....	7
iv) Da necessidade à resposta: o projecto comunidade de inserção para mulheres.....	10
v) “Cada caso é um caso”: com <i>quem se conversou</i> .....	14
<b>CAPÍTULO 1. O trabalho de campo</b> .....	16
<i>O gesto etnográfico</i>	
1.1 Os desafios teórico-metodológicos.....	17
1.1.1 Os primeiros passos no terreno.....	19
1.2 As perspectivas após a pesquisa .....	20
<b>CAPÍTULO 2. A comunidade de inserção como lugar de habitar</b> .....	21
As relações fazedoras de um lugar	
2.1 Os movimentos da comunidade de inserção.....	23
2.1.1 Breves pontes com as histórias.....	27
2.1.2 Notas finais.....	30
2.2 De instituição (segura) a uma casa (de transição) .....	33
2.2.1 Forjando comparações: outras trajectórias institucionais - Parte I.....	39
Algumas diferenças com <i>a outra instituição</i>	
2.3 Entrando na “casa-instituição” .....	41
Depois do portão: os dois edifícios	
2.3.1 Construindo a intimidade: o quarto enquanto a casa.....	45
2.4 Os sentidos do lugar: os sons e os sabores da casa.....	47
2.4.1 Os sabores da casa .....	48
2.4.2 Os sons e os ecos .....	51
2.5 “Uma casa de mulheres”: breve nota sobre questões de género .....	54

<b>CAPÍTULO 3. As histórias nas conversas</b> .....	56
3.1 Sobre o método biográfico .....	58
3.2 De um abrigo a uma obrigação: duas histórias de vida contadas .....	59
3.2.1 O abrigo de Ab. ....	60
3.2.2 A obrigação de C. ....	64
3.2.3 As pontes possíveis entre as duas histórias .....	70
3.3 Forjando comparações: outras trajetórias institucionais – Parte II .....	72
Como uma família, a recriação de relações de intimidade numa instituição. Os desafios e as perspectivas de futuro.	
3.3.1 De um momento liminar a um novo começo .....	75
3.3.2 Entre duas instituições: as ambiguidades relacionais .....	78
3.3.3 Notas finais: perspectivas de futuro.....	85
<b>II. Conclusão</b> .....	87
<b>III. Bibliografia</b> .....	89

*Em lugar de supor que o tempo apenas fornece um meio externo para as relações humanas, é preciso compreender que ele é, ao contrário e em si mesmo, uma relação. Pois é apenas com o tempo, e com um tempo não mensurável pelos parâmetros quantitativos mais usuais, que os etnógrafos podem ser afetados pelas complexas situações com que se deparam – o que envolve também, e claro, a própria percepção desses afetos ou desse processo de ser afetado por aqueles com quem os etnógrafos se relacionam. (Goldman 2005: 150)*

## I. Introdução

### As perspectivas que conduzem o trabalho

“A explicação interpretativa – e trata-se de uma forma de explicação e não de algum tipo de glossografia exaltada – concentra-se no significado que instituições, ações, imagens, elocuições, eventos, costumes – ou seja, todos os objectos que normalmente interessam aos cientistas sociais – têm para os seus ‘proprietários’” (Geertz 2006 [1983]: 37).

Nas últimas décadas, as políticas (*policy*) tornaram-se centrais para a organização dos mundos contemporâneos, tanto a nível conceptual mas também enquanto instrumentos dessa reorganização (Shore *et al.* 1997: 4, 2011). Com efeito, actualmente, as políticas alcançam e afectam diversas áreas da vida das pessoas sendo difícil “ignorá-las ou escapar à sua influência” (*idem*: 4)<sup>1</sup>. Esta mudança, como alguns autores referem, tem também marcado uma grande transformação na organização dos Estados, que Bauman (2005 [2004]: 86) resume como “a passagem do modelo de comunidade do ‘Estado Social’<sup>2</sup> para um Estado excludente, ‘penal’, voltado para a ‘justiça criminal’ ou o ‘controle do crime’”, cuja força motriz parte de ideias e práticas particulares<sup>3</sup> que, no seu conjunto, influenciam as vida das pessoas a diversos níveis e numa pluralidade de contextos (cf. Shore *et al.* 1997: 4; Bauman 2005 [2004]; Wacquant 2009).<sup>4</sup> Neste processo destaca-se, por exemplo, uma crescente “responsabilização individual” (Wacquant 2009)<sup>5</sup> e uma renovada atenção aos grupos considerados “em risco”, “vulneráveis”, que tanto podem ser percebidos como “vítimas com problemas”, que necessitam de ajuda, como ser considerados como o foco desses mesmos “problemas” (cf. Bauman 2005 [2004]; Wacquant 2009; Seidel 1993 *apud* Pussetti *et al.* 2011: 473).

Para alguns autores, estas mudanças têm acentuado as desigualdades sociais existentes, reflectindo-se nos tipos de exclusão social a que hoje se assiste, mas também nas próprias políticas destinadas a atenuar essas “desigualdades” (Bauman 2005 [2004]; Wacquant 2009)<sup>6</sup>. Como Pussetti *et al.* (2011: 472) referem, o poder que gera as desigualdades não entra “em jogo somente para produzir as condições que favorecem a exclusão social, mas também para criar respostas institucionais e políticas de

---

<sup>1</sup> Todas as traduções de citações em língua estrangeira são da nossa responsabilidade.

<sup>2</sup> “A ideia de ‘Estado de bem-estar’ (mais exactamente, como propõe Robert Castel, ‘Estado Social’ – inclinado a combater e neutralizar os perigos socialmente produzidos à existência individual e colectiva) proclamou a intensão de ‘socializar’ os riscos individuais e fazer de sua redução uma tarefa e responsabilidade do Estado” (Bauman 2005 [2004]: 67).

<sup>3</sup> Pelos mesmos autores identificadas como de cariz “neoliberal”.

<sup>4</sup> Aspas no original

<sup>5</sup> Cf. Santillan (2009)

<sup>6</sup> Em termos comparativos, veja-se também a etnografia de Cunha (2002) em que é demonstrada uma mudança paradigmática da política prisional que aconteceu na última década e que a par de outras mudanças políticas que decorreram na sociedade portuguesa, reflectem-se nos fins a que a própria prisão se destina que, para além dos criminosos que antes encerrava, hoje aprisiona um certo tipo de pessoas específicas cujas proximidades não se limitam aos actos criminosos que cometeram. Note-se que a autora percebe algumas particularidades do caso português, relativamente a outros contextos.

intervenção adequadas ao sofrimento que se propõe aplacar.” Assim, a forma como as pessoas consideradas “mais vulneráveis” são percebidas e abordadas tem justificado o crescimento de políticas de intervenção que visam ajudá-las “na construção dos seus próprios projetos de vida para se tornarem cidadãos bem integrados na ordem social e moral dominante” (Pussetti *et al.* 2011: 474).<sup>7</sup> Se certo tipo de relações de poder estão presentes nas intervenções que se processam, individual ou colectivamente, sobre as pessoas consideradas como em situação de “vulnerabilidade”, torna-se importante estar-se atento a estas relações nas análises contextuais que as atravessam.

A Antropologia enquanto ciência que atribui particular ênfase aos lugares que as pessoas, plurais e em constante renovação, ocupam, tem desenvolvido contributos importantes para a compreensão destas questões sociais que condicionam – afectam – a vida das pessoas. Este foco na subjetividade da acção humana, que caracteriza o trabalho antropológico, tem possibilitado perspectivas de reflexão alternativas que, sejam consciente ou inconscientemente engajadas, têm procurado ter influência sobre as políticas e intervenções sociais vigentes (e.g. Pussetti *et al.* 2011). Como referem Veena Das e Deborah Poole (2008: 20), a etnografia, método de recolha de dados intimamente ligado à produção antropológica, ao privilegiar a experiência como método de conhecimento, permite que se alcance domínios sociais que não seriam facilmente acessíveis seguindo os “protocolos formais” utilizados por outras disciplinas.

Com a perspectiva de ver as pessoas nos lugares que ocupam no contexto das suas relações sociais e valorizando a experiência como método de conhecimento (Bruner 1986), o trabalho de investigação antropológica que se apresenta visa reflectir *etnograficamente* sobre os processos vividos por um grupo de mulheres identificadas pelo “sistema de protecção social” como estando “em situação de vulnerabilidade social” ou de “exclusão” e que, por isso, necessitaram de recorrer a medidas de acolhimento institucional temporário. Ao *escolheram*, ou ao *aceitarem*, residir num equipamento social<sup>8</sup>, designadamente, numa comunidade de inserção, as mulheres e jovens mulheres usufruíam de diversas acções de apoio integrado, desenvolvidas com base nas suas *necessidades* e *vontades* concretas. A sua *inclusão* social, entre outros aspectos, implicava a construção de novos projectos de vida e, também, de novos

---

<sup>7</sup> Ainda os mesmos autores referem: “a retórica da ‘qualidade de vida’ que informa estes programas, entendida em termos morais, além de materiais, representa a instigação contemporânea de uma intervenção destinada a uma maior inserção e realização pessoal (*empowerment*) das faixas vulneráveis da população, com uma maximização da segurança pública” (Pussetti *et al.* 2011: 473) (itálicos no original).

<sup>8</sup> “...Considera-se equipamento social toda a estrutura física onde se desenvolvem as diferentes respostas sociais ou estão instalados os serviços de enquadramento a determinadas respostas que se desenvolvem directamente junto dos utentes.” (Portugal. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Gabinete de Estratégia e Planeamento - MTSS/GEP – 2009: 5)

projectos de família. Neste processo, podiam contar com o apoio e assistência transversal da comunidade de inserção.

Deste modo, pela perspectiva destas mulheres e jovens mulheres, pretende-se reflectir sobre o momento virtualmente transformador que atravessam. Contudo, mais do que analisar as metodologias adoptadas pela instituição com vista à sua “inclusão”, a etnografia que se apresenta foca-se na forma como percebem, experimentam e significam o momento que atravessam. Nas teias de relações que se estabelecem, por vezes, ambíguas e contraditórias, participam também os seus filhos e filhas e as equipas, auxiliar e técnica, que ali trabalham. Embora não façam directamente parte da pesquisa, é dos encontros entre todas as pessoas que quotidianamente se relacionam de forma próxima na comunidade de inserção que a etnografia que se apresenta adquire os seus sentidos.

A opção por um percurso institucional, mesmo que ambicionado curto, é sempre uma escolha difícil. Como os relatos biográficos e os registos etnográficos sobre as trajetórias pessoais destas mulheres e jovens mulheres revelam, o procurar viver uma vida que lhes seja significativa e o evitar vivenciar “sofrimentos” maiores são dois pólos sempre presentes no momento particular que vivenciam. Entre os dois há todo um terreno marcado por acções, negociações, experiências singulares e colectivas, memórias passadas agora reconstruídas e experiências vividas no presente, bem como expectativas e sonhos futuros, que vão revelando a dimensão plural, ambígua e contraditória, que o viver numa “instituição” e o *aceitar* tentar construir um novo projecto de vida assume.

Situando-se a *interpretação* etnográfica que se apresenta nas mulheres e jovens mulheres que atravessam, ou atravessaram recentemente, um processo de inclusão social, a reflexão sobre as relações de poder referidas anteriormente emerge na dimensão em que é percebida e experienciada pelos sujeitos, mais do que pelos modos como esse poder é exercido. No entanto, como veremos, as suas percepções, experiências vividas e os significados que atribuem aos momentos que atravessam transportam-nos para além deste estudo, contribuindo, comparativamente, para a compreensão de contextos mais vastos e conduzindo-nos para outros debates que não dizem respeito apenas às mulheres, jovens mulheres, suas famílias, profissionais que com elas trabalham no lugar onde residem, mas a todos nós.

## **i) Dos questionamentos iniciais às hipóteses de investigação**

Sabia-se, à partida, que o equipamento social comunidade de inserção, onde se realizou a pesquisa etnográfica, pretendia dar uma resposta social diversificada a uma multiplicidade de situações, identificadas pelo “sistema de protecção social” como de “vulnerabilidade” ou de “exclusão social”, tendo como população-alvo o “grupo das mulheres e seus dependentes”, concretamente, os seus filhos e filhas.<sup>9</sup> No contexto português, a “vulnerabilidade” (termo frequentemente empregue) das mulheres inscreve-se num plano alargado, estando relacionada com questões de pobreza, desigualdade e discriminação social diversas (cf. Capucha 2005). Partindo da expectativa de uma resposta social que reflectia diferentes situações (“casos”), pretendia-se perceber de que forma essas diferenças marcavam as experiências e percepções das mulheres e jovens mulheres sobre o momento que viviam na comunidade de inserção e como estas se transformavam durante o processo que estavam a atravessar. Em suma, perceber que significados e sentidos vão sendo atribuídos ao viver temporariamente neste lugar.

Por outro lado, apesar das circunstâncias que conduziram as mulheres e jovens mulheres a residirem num equipamento social diferirem grandemente (assim era expectável, face à diversidade de situações a que a comunidade de inserção pretendia dar uma resposta social), leituras sobre contextos e abordagens que se pensava como próximos ao contexto de investigação<sup>10</sup> tornava pertinente questionar-se em que medida as diferenças entre histórias particulares se materializavam em percepções e experiências vividas de modo singular ou se, por vezes, proximidades profundas entre as mulheres se geravam, independentemente das diferentes circunstâncias que as conduziram a residir na comunidade de inserção. Pretendia-se, deste modo, responder às perguntas: poderá a experiência de uma institucionalização sobrepor-se às particularidades e diferenças entre histórias e gerar percepções e experiências profundas, intersubjetivamente partilhadas, entre as mulheres que residiam na comunidade de inserção (?); de que forma e em que circunstâncias tal acontece?

---

<sup>9</sup> Relativamente aos usos do conceito “vulnerabilidade” por parte dos diversos participantes que intervêm no “sistema de protecção social”: “Importa referir que no plano da construção dos grupos vulneráveis, são as regularidades e factores comuns que nos permitem agrupar conjuntos de pessoas em relação às quais é possível verificar, empiricamente, a maior probabilidade de viverem situações de pobreza e exclusão social, entendendo-se que a *vulnerabilidade* se refere à probabilidade maior destes grupos viverem aquelas situações” (Capucha 2005 *apud* Silva 2007: 5). *Itálicos* no original.

<sup>10</sup> Por exemplo: Goffman 1961; Douglas 1996 [1966]; Cunha 2002; Bauman 2005 [2004]; Foucault 2008 [1979], 2009 [1975]; Wacquant 2009; Frois 2009.

Uma vez que o viver num equipamento social não será, na sua essência, uma situação desejada, estar ali traduzirá, por princípio, uma escolha condicionada, pois não se trata de uma escolha entre opções que lhes são significativas mas a opção possível (cf. Sen 2005, 2010 [2009]; Pussetti *et al.* 2011). No entanto, sendo a alternativa possível, em certas circunstâncias pode também significar a possibilidade de se construir um “projecto de vida” que se considere como mais significativo, dependendo esta percepção das circunstâncias que motivaram a necessidade de aí residir que, na generalidade, implicou que deixassem as suas casas, lugares a que se sentiam intimamente ligadas (e.g. Baptista 2002; Baptista *et al.* 2003). Deste modo, tratando-se de uma escolha sempre difícil e geradora de “sofrimentos” profundos, o viver numa comunidade de inserção, situação que tem uma temporalidade definida e potencialidades transformadoras, ou seja, é transitória, *liminar*, assumirá significados profundos na vida das mulheres e, por isso, poderá potenciar experiências fundantes, reveladoras (cf. Turner 1967 [1964], 1969, 1974a, 1974b; Dawsey 1997, 2005; Dawsey *et al.* 2005).

Distanciadas do seu quotidiano relacional habitual, por vezes de modo inesperado e brusco, as mulheres constroem o seu presente num lugar que dificilmente poderá ser percebido como seu, sobretudo no momento em que ali chegam, frequentemente acompanhadas pelos seus filhos e filhas. Além disso, tanto as circunstâncias que as conduziram a viver na comunidade de inserção, como os momentos que atravessam no presente, deverão ser marcados por ambiguidades, espelhando as incertezas mas também as expectativas (*possibilidades*) inerentes aos processos transformadores que vivem (*idem*).

Assim, pensa-se que o lugar que ocupam, o modo como vivem as suas vidas e se relacionam no seu quotidiano, irá possibilitar uma melhor compreensão dos processos mais abrangentes relacionados com as intervenções sociais que se processam junto das pessoas que, por diversas circunstâncias, necessitam de ser ajudadas com medidas de acolhimento institucional durante os seus percursos de vida. Pela pluralidade das suas percepções, experiências vividas e significados que atribuem ao presente momento, podem-se ter *insights* profundos e trazer a *densidade* humana aos questionamentos referidos ao compreender-se melhor a realidade social que é viver um momento virtualmente transformador, sob orientação de políticas, práticas e ideias particulares, num equipamento social comunidade de inserção.

## ii) Caminhos teóricos: breves considerações

### Sobre as “experiências vividas”

O começo da “queda” dos grandes divisores que *estruturavam* as produções antropológicas, trouxe para o centro da disciplina experiências liminares, até ao momento, mais próximas dos contextos estudados do que da teoria antropológica (cf. Ortner 1984: 127). Porém, é nas “experiências que irrompem em tempos e espaços liminares” que novas “possibilidades de comunicação” se revelam (Dawsey 2005: 165)<sup>11</sup>. Deste modo, no “espelho [partido] da anti-estrutura” (*idem*: 165) disciplinar abriram-se possibilidades para posicionamentos teóricos mais *simétricos* entre as pessoas estudadas e o antropólogo, contribuindo para entendimentos menos assimétricos em relação às realidades sociais estudadas.

Um importante deslocamento, como Cruz (2004: 112) refere, foi realizado por Geertz (1978 [1973]) trazendo a antropologia “do inquérito antropológico em busca de leis organizacionais e reguladoras e de representações colectivas, para uma antropologia interpretativa” que busca significados, produtora de etnografias que contêm “descrições densas”.<sup>12</sup> Outro contributo importante que, como acrescenta Ortner (1984: 127), se tornou um “símbolo-chave” em termos de orientação teórica, foi o de Bourdieu através da introdução da “lógica da prática” e do conceito de *habitus* (cf. Cruz 2004: 112). Para Bourdieu (2002 [1972]: 167), “as práticas são um produto de uma relação dialéctica entre uma situação e um *habitus*, percebido como um sistema de disposições duradouras e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma *matriz de percepções, de apreciações e de acções*”.<sup>13</sup> Tanto a proposta de Geertz (1978 [1973], 2006 [1983]), como a de Bourdieu (2002 [1972]) orientam o trabalho que se apresenta.<sup>14</sup>

As mudanças disciplinares tornaram também central aos estudos a dimensão experiencial, ou seja, a forma como as pessoas experienciam os mundos em que se inserem: as experiências vividas (Ortner 1984: 144; Cruz 2004: 114). Segundo Bruner (1986: 5), as experiências vividas tal como o pensamento, os desejos, as palavras e as imagens, são também “realidades primárias”, ou seja, traduzem formas com que as

<sup>11</sup> Cf. Turner 1967 [1964], 1969, 1974a, 1974b.

<sup>12</sup> Segundo diversos autores, “o contributo de Geertz na reorientação do interesse antropológico da medição da estrutura social para a interpretação de significados, e no reconhecimento [*re-reckoning*] do empreendimento antropológico como ‘escrita ficcional’ tem sido percebido como libertador e inspirador” (cf. Myerhoff 1974, 1978; Cohen 1987; Rapport 1994a *apud* Rapport et. al. 2003 [2000]: 210). Aspas no original.

<sup>13</sup> *Itálicos* no original.

<sup>14</sup> Particularmente a proposta de Bourdieu (2002 [1972]) permite atribuir sentidos comparativos mais vastos às relações quotidianas que se processam na comunidade de inserção.

peças dão primeiramente sentidos aos seus mundos. Nesta perspectiva, as experiências não são percebidas como comportamentos directamente observáveis, são individuais, únicas, não podendo ser compartilhadas na sua totalidade (Bruner 1986: 5). Deste modo, as experiências vividas referem-se a um ser humano que não está “apenas engajado mas que dá forma à acção” e, por isso mesmo, nunca poderemos compreender totalmente a experiência de outra pessoa (*idem*: 5). Para superar esta limitação e tornar as experiências comparáveis, é necessário interpretar as “expressões das experiências”, ou seja, as *performances*, as narrativas, os textos, o que dá forma e significado às experiências (cf. Bruner 1986; Turner 1986). Como Bruner (1986: 7) refere: “a distinção crítica aqui é entre a realidade (o que está lá, o que quer que seja), a experiência (como essa realidade se apresenta à consciência) e as expressões (como a experiência individual é enquadrada e articulada).” Assim, é nas expressões que reside a possibilidade para a interpretação dos significados das experiências.

Existem também experiências que por serem vividas no *límen*, em momentos de transição ou, escapando aos “rituais de passagem”, de transformação, não só estão carregadas de significados, como também de possibilidades e, por isso, podem ser reveladoras, trazendo à superfície o que nas relações quotidianas está normalmente “escondido” (cf. Turner 1967 [1964], 1969, 1974a, 1974b, 1986; Dawsey 2005). Aqui reside as suas potencialidades transformadoras (*idem*).

\*

### **iii) A resposta social Comunidade de Inserção na intervenção para as mulheres**

“A inserção social remeterá (...) para o ‘duplo movimento que leva, por um lado, as pessoas, famílias e grupos em situação de exclusão social e de pobreza a iniciar processos que lhes permitem o acesso ao direitos de cidadania e de participação social e, por outro lado, as instituições a oferecerem a essas pessoas, famílias e grupos reais oportunidades de iniciar esses processos, disponibilizando-lhes os meios, dando-lhes apoio” (CIES/ CESO I&D, 1998:9; Capucha, 1998 *apud* Rodrigues *et al.* 1999: 79)<sup>15</sup>

Em Portugal, tal como na maioria dos países do mundo, assiste-se a um fenómeno de uma “feminização da pobreza”.<sup>16</sup> Por exemplo, em 2004, o número de mulheres em situação de grande “vulnerabilidade social” encontrava-se dois pontos percentuais acima do valor relativo aos homens, sendo o risco de pobreza entre as mulheres sistematicamente mais elevado, denotando uma situação persistente que se deve a uma pluralidade de factores a que as mulheres, como outras pesquisas revelam, estão mais expostas (cf. Capucha 2005; MTSS 2006; Silva 2007). Com efeito, as

<sup>15</sup> *Itálicos e aspas no original*

<sup>16</sup> Cf. Portugal. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social – MTSS – 2006.

percentagens entre sexos divergem particularmente em termos de inserção no mercado laboral, apresentando as mulheres uma maior dificuldade em encontrar trabalho, sendo a sua remuneração também percentualmente inferior. (MTSS 2006: 22-23; Silva 2007: 6). Para o trabalho que se apresenta, importa destacar que as mulheres com pouca escolaridade e com rendimentos mais baixos estão muito expostas a estes factores. Deste modo, diversas políticas têm vindo a ser implementadas, sobretudo em matéria de luta contra a pobreza, de acesso à educação e aos serviços de saúde, de igualdade de acesso ao trabalho, mas também a nível dos direitos da mulher enquanto direitos humanos, visando diminuir os desequilíbrios existentes.<sup>17</sup>

Paralelamente, com vista a responder às metas traçadas a diversos níveis, assiste-se a uma reorganização da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais (RSES) que também reflecte os desafios sucintamente apresentados no parágrafo anterior. Por exemplo, pela criação da resposta social Casa de Abrigo especificamente dirigida a mulheres vítimas de violência doméstica, cuja dimensão que o fenómeno assume em Portugal é geradora, e reveladora, das assimetrias referidas (cf.. Baptista *et al.*2003; Dias 2004, 2010). Para além disso, outros equipamentos sociais procuram intervir para a “promoção” de direitos e “inclusão” das mulheres em geral.

As Comunidades de Inserção, nomenclatura atribuída ao tipo de equipamento onde residem as pessoas com quem se conversou, fazem parte da intervenção dirigida à “Família e à Comunidade” que, por sua vez, se subdivide em quatro tipos de respostas sociais, de acordo com a população específica à qual visa intervir. Deste modo, as comunidades de inserção fazem parte dos equipamentos sociais dirigidos à “família e comunidade em geral”.<sup>18</sup>

O equipamento social Comunidade de Inserção surge da necessidade de desenvolver uma intervenção específica dirigida às pessoas que apresentavam “dificuldades de inserção social e profissional (...) no sentido do desenvolvimento das respectivas capacidades e da promoção da sua autonomia”<sup>19</sup> (Portugal. Direcção-Geral da Solidariedade e Segurança Social – DGSSS – 2004). Com efeito, citando a mesma publicação, a comunidade de inserção insere-se “na prevenção e reparação de situações

<sup>17</sup> Por exemplo, pelos Plano Nacional para a Igualdade - Cidadania e Género, actualmente vigora o quarto (2011-2013).

<sup>18</sup> Para além da Comunidade de Inserção fazem parte das respostas sociais dirigidas à **Família e Comunidade em Geral**: Atendimento/ Acompanhante Social; Grupo de Auto-Ajuda; Centro Comunitário; Centro de Férias e Lazer; Refeitório e Cantina Social; Centro de Apoio à Vida; Centro de Alojamento Temporário e Ajuda Alimentar. Os outros equipamentos dirigidos à “Família e Comunidade” organizam-se da seguinte forma: **Pessoas com VIH/SIDA e suas Famílias**, Centro de Atendimento/Acompanhamento Psicossocial, Serviço de Apoio Domiciliário, Residência para Pessoas com VIH/Sida; **Pessoas Toxicodependentes**, Equipa de Intervenção Directa, Apartamento de Reinserção Social; **Pessoas Vítimas de Violência Doméstica**, Centro de Atendimento, Casa de Abrigo (Fonte: MTSS/GEP – 2009).

<sup>19</sup> “Pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade (...), designadamente, mães solteiras, ex-reclusos, sem abrigo.” (Portugal. Direcção-Geral da Segurança Social, da Família e da Criança DGSSFC 2006).

de exclusão ou vulnerabilidade social” associadas à “falta de competências consideradas básicas, necessárias à preparação e consolidação de um projecto de vida” requerendo, por isso, “um acompanhamento próximo e sistemático, alicerçado num conjunto de actividades que integram cada projecto para a inserção e que envolvem vários sectores públicos, a sociedade organizada e a comunidade em geral”. Assim, pretende ser uma “etapa intermédia de um percurso que vai do acolhimento à autonomia das pessoas, com vista à sua inserção, baseada num diagnóstico que assenta nas potencialidades e vontade expressa das pessoas, na adesão e construção de um projecto de vida” (DGSSS 2004: 1).

Em termos conceituais, trata-se de uma “resposta social desenvolvida em equipamento, com ou sem alojamento, que compreende um conjunto de acções integradas com vista à inserção social de diversos grupos alvo que, por determinados factores, se encontram em situação de exclusão ou de marginalização social” (DGSSFC: 2006).

Em termos objectivos, visa:

- a) *Garantir condições básicas de sobrevivência;*
- b) *Proporcionar apoio psicológico e social às pessoas e famílias, de modo a contribuir para o seu equilíbrio e bem-estar;*
- c) *Promover o desenvolvimento estrutural das pessoas e a aquisição de competências básicas e relacionais;*
- d) *Contribuir para o desenvolvimento das capacidades e potencialidades das pessoas, no sentido de favorecer a sua progressiva integração social e profissional;*
- e) *Promover o acompanhamento e apoio das pessoas, quer na fase de aquisição de competências pessoais, sociais e profissionais, quer na fase do respectivo processo de autonomia.* (DGSSS 2004: 2)

Para além dos aspectos ligados à construção, funcionamento e manutenção de um equipamento social em geral, as comunidades de inserção, especificamente, devem “prever uma capacidade para abranger um mínimo de 15 pessoas e um máximo de 30, em regime de alojamento, incluindo os respectivos descendentes”, bem como a permanência neste lugar deve corresponder ao “período necessário à (re)integração social das pessoas, não devendo exceder um período superior a 18 meses” (*idem*: 3-4). Destaca-se ainda o facto de a cada seis meses dever existir uma avaliação dos processos de forma a “proceder-se às adaptações necessárias ao seu processo de desenvolvimento ou a equacionarem-se soluções alternativas mais adequadas” (*idem*: 4).

#### iv) Da necessidade à resposta: o projecto comunidade de inserção para mulheres<sup>20</sup>

Com uma longa experiência de intervenção social na cidade de Coimbra no sector da exclusão social, o projecto comunidade de inserção para mulheres em “situação de vulnerabilidade social”, exclusão, nasceu das necessidades sentidas no terreno pela Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) que gere este espaço. Desenvolvendo as suas acções junto de mulheres em risco social agravado, concluíram que existia um grupo de mulheres “heterogéneo” para as quais não havia “respostas sociais” adequadas às suas necessidades. Tratava-se de mulheres com “redes sociais desestruturadas e desestruturantes”, marcadas por “trajectórias de prostituição”, “experiências de reclusão”, “vítimas de maus tratos ou com histórias passadas de consumo de drogas”. Embora já existissem alguns espaços de acolhimento com residência direccionados para o “grupo das mulheres”, após conversas com alguns parceiros sociais, designadamente, Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), Câmara Municipal de Coimbra e Polícia de Segurança Pública (PSP), verificaram que para além deste tipo de equipamentos apresentar alguma saturação, também “...se caracterizavam por uma grande especialização da população a que acolhiam...”, existindo “uma franja populacional dentro da vulnerabilidade feminina que ficava de fora”, concretamente, “...mulheres mais velhas [que não eram jovens ou adolescentes] e mulheres com outras problemáticas associada à vulnerabilidade” em que intervêm.<sup>21</sup> Por outro lado, constataram que não existia em Coimbra, e no distrito, uma casa de acolhimento para mulheres vítimas de violência doméstica que necessitassem de deixar as suas casas.

Em funcionamento há quase cinco anos, a abertura da comunidade de inserção coincidiu com um grande investimento político “na área da violência doméstica, da violência de género e igualdade de género”.<sup>22</sup> Deste esforço governamental resultou

---

<sup>20</sup> A informação que se apresenta foi recolhida através de conversas com a directora da comunidade de inserção.

<sup>21</sup> Note-se que depois da comunidade de inserção estar em funcionamento muitos desses espaços acabaram por ajustar a sua acção.

<sup>22</sup> Embora não seja central ao trabalho que se apresenta revela-se importante alguns breves esclarecimentos sobre os diversos enquadramentos da violência a que se faz referência, principalmente cometida contra mulheres. Como Dias (2004: 87) refere, “embora a violência seja um fenómeno comum a praticamente todas as sociedades, a sua definição não é universal”. Segundo a autora, a “maior sensibilidade à violência está também na origem da extensão do conceito”, sendo que hoje integra aspectos que antes “não eram considerados como violentos” (*idem*: 90). Deste modo, como constata, o conceito de violência doméstica também “suscita inúmeros problemas de definição” surgindo “tantas definições de violência doméstica quanto os autores que estudam esta problemática (Casimiro 1998: 47 *apud* Dias 2004: 91). Muitas vezes “o local em que os atos ocorrem também tem influenciado o modo como se conceitua tais situações, sendo violência doméstica aquela que ocorre no espaço da casa/moradia” (Azambuja et al. 2007: 99). No entanto, noutras partes do mundo, “o termo ‘violência doméstica’ diz respeito à violência praticada contra uma mulher pelo marido ou companheiro, atual ou de relacionamentos passados” (ellsberg; heise, 2005 *apud* Azambuja et al. 2007: 99).

Assim, com base nas propostas existentes Dias (2004: 94), no seu trabalho de investigação, considera como violência doméstica “...qualquer acto, inclusive de omissão [referindo-se à negligência], ou ameaça que provoque nas suas vítimas danos físicos, psicológicos ou emocionais; que é praticado por pessoas com quem aquelas têm uma relação de parentesco consanguíneo, legal ou de facto com uma determinada intenção ou finalidade; e refere-se aos tipos mais frequentes de violência, designadamente à que é cometida contra as crianças, as mulheres e os idosos”. Há algumas diferenças entre a abordagem académica e a jurídica ao conceito,

uma profunda reorganização das estruturas de intervenção na área da violência doméstica que teve como resultado uma especialização “dos equipamentos na intervenção sobre esta problemática”, deixando “de fora outros equipamentos que embora já interviessem nesta área, por natureza ou por tipologia financeira, não se enquadravam ali”, como era o caso da comunidade de inserção para mulheres onde decorreu a pesquisa.<sup>23</sup> Assim, a comunidade de inserção tem procurado situar-se e situar a sua resposta social, nesta nova estratégia de intervenção de âmbito nacional, acreditando que a reorganização e especialização dos equipamentos não responde a todas as necessidades que as suas experiências no terreno lhes revela existirem. Por isso, enquanto os parceiros sociais continuarem a encaminhar para a comunidade de inserção situações de violência doméstica que se enquadrem nos seus critérios de admissão, pretendem continuar a também acolher estas mulheres e os seus filhos e filhas. Como a directora da comunidade de inserção refere:

“Pese embora reconhecamos que a violência doméstica em termos de intervenção tem especificidade, também reconhecemos que poucos são os encaminhamentos que nos são dirigidos apenas com essa especificidade, ou seja, a mulher que acaba de sair de um episódio de violência e que o que é preciso é uma intervenção em crise, imediata, que o que precisa é de um plano de segurança (...) aquilo que acabamos por receber são situações de violência doméstica sim mas, associadas a multiproblemáticas familiares. Portanto faz-nos sentido. (...) Recebermos aqui traz-nos questões de promoção de parentalidade, traz-nos questões da igualdade de género dentro dos contextos familiares e sociais de origem, traz-nos questões associadas à defesa dos direitos dos menores (...). Continuamos a considerar que estamos a abordar uma franja populacional que é mais lata que a violência doméstica pese embora, inclua a violência doméstica.”

Em relação às mulheres com trajectórias ligadas ao consumo de drogas ou de prostituição, o acolhimento só acontece após a cessação das práticas referidas e procuram apenas acolher mulheres cujas trajectórias ligadas a estas questões tenham

---

sendo que a última reflecte, em grande medida, “...os mitos socialmente construídos acerca da família” (Dias 2010: 248). “Tais mitos referem-se, por exemplo, à noção da família nuclear como modelo familiar “normal”; ao lugar da mulher no lar; ao homem como ganha-pão da família e não tanto como cuidador dos filhos; à sexualidade no casamento com o fim de procriação; às relações extra-matrimoniais como comportamentos social e legalmente condenáveis, entre outros” (Liss, 1987: 771 *apud* Dias 2010: 248).

Note-se também que violência doméstica não é sinónimo de violência familiar, apesar de frequentemente ser praticada por familiares ou pessoas com quem se tem laços de intimidade, pois pode também incluir outras pessoas, por exemplo, quem resida na casa por aí trabalhar (Azambuja et al. 2007: 99). Por violência familiar com frequência refere-se à que decorre “entre pessoas com relações consanguíneas ou afetivas próximas, independentemente do sexo da vítima ou do agressor” (ellsberg; heise, 2005 *apud* Azambuja et al. 2007: 100). A violência familiar, por sua vez, subdivide-se em violência conjugal, violência parental, violência fraternal e violência contra idosos, sendo que todos estes tipos de violência são sexualmente neutros (Azambuja et al. 2007: 100). O facto do conceito “família” ser considerado vago e de não ressaltar a maior incidência de casos de violência sobre o sexo feminino conduziu ao surgimento de uma nova nomenclatura baseada no sexo da vítima: “violência contra mulheres” (*idem*: 101). Contudo, como alguns autores referem, estas denominações priorizam um sexo e as vítimas adultas, deixando de fora, por exemplo, as crianças do sexo masculino (*idem*: 101). Com vista a dar resposta a estes e outros desafios, surge o conceito de violência de género que inclui “violência doméstica entre pessoas hetero e homossexuais (podendo ser violência física, psicológica, económica ou sexual), estupro e violência sexual, exploração sexual, prostituição e tráfico de pessoas para a exploração e violência sexual ou física, tortura e estupro em situações de guerra civil, comunitária ou em conflitos étnicos e situações de violência em que as mulheres até podem ser as perpetradoras, mas que sua participação é mediada pelo género” (*idem*: 104). Com este conceito procura-se também traduzir as assimetrias de poder associadas às situações de violência. Como os autores referidos constatarem, todas as nomenclaturas apresentadas apresentam vantagens e desvantagens, dependendo dos contextos e dos seus usos.

<sup>23</sup> Com o primeiro Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (1999-2003) foi definida a necessidade de se criar casas de abrigo enquanto resposta institucional para as mulheres vítimas de violência doméstica, a partir da Lei 107/99 de 3 de Agosto (Baptista et al. 2003: 18). Actualmente, as casas de abrigo regem-se de acordo com duas leis o Decreto Regulamentar n. 1/2006, de 25 de Janeiro e a lei n. 112/2009, de 16 de Setembro. A lei n.º 112/2009 solidificou a rede nacional de serviços de apoio as mulheres vítimas de violência doméstica (Casas de Abrigo, Centros de Atendimento, Centros Especializados), definindo as condições e regulamentos destas respostas sociais.

decorrido noutro distrito pois, como refere, “com alguma contrariedade relativa à equipa ou à comunidade, conflitos pessoais (...) a mulher desiste do seu projecto de vida” e volta à “rede de origem”. Por outro lado, acrescenta, “são mulheres que na maior parte das vezes se estão disponíveis para o acolhimento, estão disponíveis para serem desenraizadas”.

A relativa flexibilidade que a comunidade de inserção revela, face aos critérios de admissão dentro da população a que pretende dar uma “resposta social”, faz com que se adapte com alguma facilidade às necessidades do terreno. Contudo, a sua existência só faz sentido numa relação próxima com os restantes parceiros sociais. Deste modo, os “encaminhamentos” que recebem, resultantes dessa relação com os parceiros, começam a orientar este espaço para uma certa especialização na resposta que oferecem. Com efeito, a cada ano de funcionamento recebem mais mulheres com crianças, sendo que, em 2009, 60% dos ocupantes da comunidade eram menores. Este facto tem conduzido a uma reorganização do equipamento social quer a nível da intervenção junto das mulheres para a construção dos seus projectos de vida, como nas próprias dinâmicas de funcionamento do espaço, exigindo uma renovada e diversificada formação das equipas de forma a estarem mais aptas a trabalhar nestas novas circunstâncias. Assim, a comunidade de inserção, para além de outras áreas, tem também procurado formar-se com a finalidade de desenvolver intervenção na área das competências parentais.

“Este equipamento tem de trabalhar em várias frentes, tem de trabalhar no desenvolvimento infantil, tem de trabalhar na área da intervenção de promoção das competências parentais, intervenção para a violência doméstica. Normalmente se formos a ver do ponto de vista das estruturas e dos serviços que disponibilizam lá fora, quer da rede pública quer da rede privada, temos estruturas que trabalham as competências parentais, estruturas que trabalham a violência doméstica (...) tem-nos obrigado a procurar formação específica em cada uma das problemáticas que são sem dúvida centrais muito embora contemos com a ajuda dos nossos parceiros no exterior.”

As questões a que têm de dar resposta relacionam-se, em grande medida, com a percepção que as estruturas de encaminhamento têm do funcionamento da comunidade de inserção mas, também, com a própria existência de uma rede estruturada no âmbito da lei de protecção a vítimas de violência doméstica que considera os casos em que há necessidade de intervenção para a promoção das competências de parentalidade fora do seu âmbito de intervenção. Deste modo, “estamos fora desta rede, por um lado, mas também é isso que cria a nossa identidade (...) sermos mais conhecidos nos serviços em relação ao tipo de funcionamento”. Por isso, é sua percepção que se efectivamente são uma entidade de referência para a APAV, do ponto de vista da metodologia de trabalho que aplicam e desenvolvem, não são uma entidade de encaminhamento em primeira

linha pois este parceiro social faz parte da rede referida. Assim, as entidades que têm a comunidade de inserção como referência directa são, sobretudo, as maternidades, as equipas de apoio multidisciplinares aos tribunais (EMAT) e as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ), três estruturas que trabalham essencialmente com os menores, reflectindo-se nos tipos de encaminhamentos que recebem, designadamente, mulheres com crianças e mulheres grávidas. “Assim, vamos criando a nossa identidade neste conjunto de estruturas”, como refere. No momento da pesquisa, em termos institucionais mais alargados, este era o desafio que a comunidade enfrentava:

“Conseguir conjugar todas estas estruturas e fazer um ponto de encontro com estas estruturas, entre aquilo que é a lei e o enquadramento que os técnicos que avaliam e acompanham têm de elaborar, os seus pareceres, e aquilo que são as excepções à regra mas que, de qualquer forma, respondem a realidades. (...) Agora temos de descobrir quem é que nos recebe assim como nós somos [risos]. (...) Especializarmo-nos na área da violência ou na área das competências parentais... Bom, isso cada vez faz menos sentido, temos de trabalhar as duas coisas.

Contudo, o maior desafio continua a ser o de “ajudar” as mulheres e jovens mulheres a construir projectos de vida que as “toque”, que lhes sejam significativos. Funcionando, muitas vezes, como mediador-interveniente entre estruturas externas e as mulheres e jovens mulheres, a comunidade de inserção percebe que o sucesso do seu trabalho (“e das mulheres”) está, em grande medida, condicionado por factores externos importantes. Assim, muitos casos de “abandono do projecto de vida” não resultam apenas de questões internas, da relação entre a comunidade e as mulheres:

“Os processos obrigam as mulheres a estar x tempo aqui, e durante x tempo alcançar determinadas metas. Isto não é nada construtivista mas também não somos nós que desenhamos esses projectos. São estruturas externas. E portanto aquilo que consideramos abandonos é: existe este projecto de vida com determinadas metas para um determinado período e a mulher desistiu desta meta, deste projecto de vida e desistiu de permanecer aqui com esse fim e portanto vai embora, é um abandono. Tenha ou não tenha recursos para se manter em autonomia. (...) Agora muitas vezes elas acham que têm recursos e nós achamos que não. Temos aqui um papel de acompanhamento mas também uma responsabilidade profissional, de lhes devolver a nossa impressão. Portanto nós consideramos abandono ainda que elas saiam porque querem (...) quando achamos que ainda não adquiriram todas as competências e não têm todos os recursos para desenvolver um projecto de vida flexível em autonomia”.

Se há casos em que as mulheres “abandonaram” a comunidade de inserção e até “surprenderam” as equipas técnica e auxiliar, na medida que conseguiram ultrapassar as “vulnerabilidades” que atravessavam e construir uma vida estável, nos exemplos de sucesso “inesperado” apresentados, as mulheres e jovens mulheres eram “autónomas”, ou seja, não tinham filhos e filhas:

“Se tivessem filhos provavelmente era mais complicado. Se tivessem filhos aí a questão coloca-se a outro nível, ou seja, por muito construtivistas que sejamos o nosso primeiro ponto de vista, o nosso primeiro lugar tem de ser a criança. Que é a figura desprotegida, porque ainda não tem recursos, porque naturalmente é dependente do adulto. E portanto o adulto por muito que queira fazer o que lhe apetece daquela criança nós temos a responsabilidade ética de informar as instituições tutelares ou outras instituições responsáveis de que determinada criança poderá eventualmente estar em risco quando é uma situação de abandono de projecto de vida. Aí temos claro uma posição de decisão”.

**v) “Cada caso é um caso”: com *quem se conversou***

“Os grupos são sempre diferentes”

As entradas e saídas institucionais marcam o lugar comunitário. De facto, certas entradas e saídas de pessoas geram novas dinâmicas relacionais, criando-se a percepção de que existe um novo grupo mesmo que muitas pessoas do “outro grupo” ainda ali residam e que as novas pessoas que entram não permaneçam muito tempo no equipamento social. Quem marca esta mudança é quem a percebe, quem permanece, ou seja, quem trabalha na comunidade de inserção e quem aqui vive há tempo suficiente para experienciar a transição de grupos, dos quais fazem parte. Com frequência, o “grupo” com quem se conversou era caracterizado, por exemplo, como “muito pouco unido”, por “não se ajudar mutuamente”, “não ter determinados hábitos de trabalho, quer a nível doméstico quer em termos profissionais”, “parece que é cada uma por si”, por não ser “um grupo”. Nas palavras de quem ali trabalha, não é dos grupos mais “problemáticos” mas é “demasiado pouco unido”, particularmente tendo em conta “os momentos que todas vivemos”, como comentou uma auxiliar, referindo-se aos “momentos difíceis” que também vivencia na sua vida, por alusão a uma situação “de crise”, como refere.

Ao longo da pesquisa em campo, conversou-se com catorze mulheres e jovens mulheres residentes na comunidade de inserção e duas ex-moradoras, que tinham deixado o equipamento social há menos de quatro meses. Das catorze pessoas, três acabaram por abandonar a comunidade de inserção, interrompendo o “projecto de vida” que estavam a construir e duas mulheres estavam em fase de completar o seu “projecto” e iniciar uma vida em autonomia, ou em autonomia assistida, fora da comunidade de inserção. Apenas duas mulheres não estavam acompanhadas de crianças, sendo que uma estava grávida e a outra, imigrante, entrou no equipamento “em autonomia” pois os seus filhos tinham permanecido no país de origem.<sup>24</sup> Refira-se ainda que das dezasseis mulheres, quatro tinham nacionalidade estrangeira.

Tendo em conta o intervalo de idades definido nos critérios mínimos de admissibilidade do equipamento, mulheres entre os 16 e os 45 anos, as pessoas com

---

<sup>24</sup> Note-se que ambas permaneceram muito pouco tempo no equipamento, particularmente a mulher que estava grávida do seu primeiro filho (menos de uma semana), desconhecendo-se se estas saídas foram consideradas uma situação de “abandono”, embora se acredite que no caso da mulher que não estava grávida assim seja. Tendo em conta este desconhecimento e o facto de num dos casos a mulher, que estava “autónoma”, sem crianças ou grávida, ter ali permanecido pouco tempo (menos de um mês), tendo sido pouco notada a sua partida pelas restantes mulheres e, no outro caso, a mulher ter sido acolhida em situação de emergência, não se realizando outro tipo de contrato com a comunidade de inserção, apenas se considera, ao longo do trabalho, a ocorrência de três “abandonos”, uma vez que tal não afecta o argumento que se apresenta. Em relação à mulher grávida, a informação sobre o tipo de contrato com a comunidade foi transmitida pela própria e, por opção metodológica, não foi confirmada formalmente. Contudo, tendo em conta o tempo de permanência na instituição, confirma-se esta informação com reduzida “margem de erro”.

quem se conversou eram, na sua maioria, muito jovens (cinco tinham menos de 23 anos) ou tinham idades superiores a 34 anos. Relativamente aos menores que as acompanhavam, uma mulher residia na comunidade com os seus três filhos, quatro mães com duas crianças e sete tinham uma criança. Para além destas crianças, algumas mulheres tinham filhos e filhas a residirem noutras instituições ou com familiares, fora da comunidade de inserção. Num caso concreto, uma criança que não residia com a mãe, encontrando-se numa instituição de acolhimento para crianças, transitou, “em período de avaliação”, para junto da mãe na comunidade de inserção. A faixa etária das crianças era diversa, designadamente, dois adolescentes, duas crianças em idade escolar, duas crianças com mais de 4 anos e as restantes com menos de 3 anos (a grande maioria com idade inferior a 24 meses).

Não fazendo parte dos objectivos da pesquisa caracterizar, global e objectivamente, as pessoas que residiam na comunidade de inserção, é importante destacar-se alguns aspectos que se pensa relevantes: em termos de habilitações literárias, na generalidade, as mulheres tinham o 2º ciclo completo. Em termos profissionais, as situações eram diversas, contudo, as mulheres que estavam inseridas no mercado de trabalho quando deixaram as suas casas, encontram-se agora em situação mais instável; quer nos empregos actuais, quer nos passados, eram poucas as mulheres que auferiam mais do que o salário mínimo nacional.

“Cada caso é um caso” era uma expressão a que a equipa técnica recorria com frequência, espelhando as particularidades de cada situação, a pluralidade das pessoas com quem trabalhavam e o facto da comunidade de inserção dar uma resposta social a uma população diversificada, comparativamente a outros parceiros sociais. Contudo, em termos comparativos, concluiu-se que todas as mulheres tinham trajectórias marcadas por situações de violência, sendo que uma parte significativa foi acolhida na sequência de questões directamente relacionadas com essa violência que sofriam, muito embora poucas tenham chegado “em situação de crise”. Note-se ainda que todas as pessoas com quem se conversou, ao longo do seu percurso de vida, foram directamente vítimas de violência doméstica, física e/ou psicológica, mesmo as mais jovens. Para além disso, praticamente todas as mulheres e jovens mulheres, com crianças na comunidade, eram regularmente acompanhadas por outras equipas externas ao equipamento social e muitas estavam com processos de protecção de crianças e jovens ou outros processos relativos à guarda dos seus filhos e filhas.

## CAPÍTULO 1. O trabalho de campo

### *O gesto etnográfico*

“...Como compreender hoje esse gesto, tanto físico quanto intelectual, que leva o cientista social a descontextualizar-se socialmente para poder re-contextualizar-se no ‘terreno’ – terreno que, na medida em que for sendo analiticamente construído pelo etnógrafo, será sempre um ‘novo’ terreno. A deslocação física poderá ser longa e perigosa ou rápida e fácil; poderá ser em espaços desconhecidos ou familiares. Tal não altera, porém, a essência do ‘gesto etnográfico’ – essa é, afinal, uma das grandes lições que podemos tirar da história da nossa disciplina.”<sup>25</sup>

(Pina Cabral 2007: 191-192)

Uma reflexão antropológica baseada no método etnográfico, com trabalho de campo e observação participante, sobre as experiências vividas por um grupo de mulheres que residem num equipamento social, não altera a essência do “gesto etnográfico” enquanto “movimento” que traduz um “desejo de ir ‘lá’ ver, perceber bem, questionar, confrontar e voltar com a melhor compreensão possível”<sup>26</sup> de uma determinada questão social (Pina Cabral 2007: 193). Sendo que essa essência que motiva o método de trabalho de campo etnográfico será a mesma, independentemente do campo analítico construído, o modo como decorre a prática etnográfica depende do campo construído e é, por isso, necessário caracterizar-se o que “será sempre um ‘novo’ terreno” (*idem*: 191)<sup>27</sup>. Neste processo, como Geertz (1978 [1973]: 32) refere, “o locus do estudo não deve ser confundido com o objecto de estudo pois “os antropólogos não estudam as aldeias (tribos, cidades, vizinhanças...), eles estudam nas aldeias”.

Nos últimos anos, a prática etnográfica tem vindo a transformar-se, criativa e activamente, com a abertura a novos contextos de estudo. Contudo, grande parte do conhecimento antropológico produzido continua a basear-se no trabalho de campo etnográfico construído por referência a um “arquétipo” fundador<sup>28</sup> (Stocking 1992a: 59 *apud* Gupta *et al.* 1997: 11), mesmo quando nos contextos e possibilidades de investigação actuais são poucos os pontos de contacto com esta referência clássica. Não sendo disciplinarmente exclusiva, esta “ida a campo” tradicional continua a funcionar como a etapa “que nos torna verdadeiros antropólogos” (Gupta *et al.* 1997:1), como um ritual de passagem disciplinar (Pina Cabral 1983: 327; Kuper 1992: 2; Burgess 1997: 11), e a reflexão em torno dos desafios que os contextos de investigação apresentam parte, muitas vezes, de paralelismos estabelecidos com a caracterização clássica do que é (deverá ser) o trabalho de campo etnográfico com observação participante.

Assim, a construção de um terreno de investigação que cruza lugares que são familiares contribui para reflexões sobre o que separa afinal o *campo* (*field*), local onde

<sup>25</sup> Aspas no original.

<sup>26</sup> Aspas no original.

<sup>27</sup> Aspas no original.

<sup>28</sup> Referência à obra de Bronislaw Malinowski *Argonauts of the Western Pacific: An Account of Native Enterprise and Adventure in the Archipelagoes of Melanesian New Guinea*, publicada pela primeira vez em 1922.

*conversamos* com as pessoas, da *casa (home)*, local onde se faz a análise, distinção intimamente ligada à produção etnográfica.<sup>29</sup> Tradicionalmente, a distinção entre a *casa* e o *campo* é caracterizada por uma separação espacial entre um lugar familiar e um lugar não familiar, separação metaforicamente demarcada pela ideia de “viagem” (Amit 2000: 8) – uma deslocação temporária para um *outro* lugar. Uma implicação que decorre desta demarcação é a ideia de que “se ‘o campo’ [*the field*] é mais apropriadamente um lugar que ‘não é a casa’ [*not home*], então alguns lugares serão necessariamente mais ‘*not home*’ do que outros, e, portanto, mais adequados, mais ‘*fieldlike*’” (Gupta *et al.* 1997: 13)<sup>30</sup>.

No entanto, mais do que produções antropológicas menores, a abertura a novos contextos analíticos “familiares” aos investigadores e a consequente reflexão em torno do conceito de *campo*, tem promovido mudanças disciplinares essenciais para uma melhor compreensão das questões sociais, quer dos “novos” contextos quer dos “clássicos”. Mesmo assim, uma certa ideia de alteridade e isolamento tende a persistir nas produções etnográficas, mesmo que, na prática, essa barreira se revele cada vez mais porosa. Como Amit (2000: 16) refere:

“Interpretações mais recentes da etnografia como experiência social tendem, por sua vez, a exagerar o envolvimento experiencial do investigador em campo, uma bolha estranhamente persistente de isolamento numa situação de outra forma deveras contextualizada (pelo menos em princípio). Não podemos desligar-nos das nossas vidas para viver o nosso trabalho de campo, assim como os nossos sujeitos não podem desligar-se do mundo e das suas actividades para se envolverem com ou para serem abandonados por nós. Eles são tão propensos a deixar-nos quando não queremos que o façam ou a seguir-nos quando pensamos que partimos para sempre.”

Se o trabalho de campo com observação participante continua a ser o método antropológico de eleição deve-se, sobretudo, à sua capacidade de se adaptar às novas exigências e circunstâncias. Deste modo, mais do que excluir (ou diminuir) campos de investigação, o que importa perceber é quais são os limites e possibilidades que o campo construído coloca à prática etnográfica e, por conseguinte, à análise antropológica. Como Pina Cabral (1983: 336) refere, “o que é necessário (...) é que o investigador esteja consciente dos riscos que corre e da forma pela qual eles provavelmente surgirão”.

## 1.1 Os desafios teórico-metodológicos

A comunidade de inserção, o lugar de onde parte a pesquisa e que interliga as pessoas que participam na investigação – as mulheres e jovens mulheres com quem se

---

<sup>29</sup> Esta divisão também separa dois tipos de escrita: o que é escrito em campo (as notas de campo); e outra, mais reflexiva, que procura dar um sentido teórico e comparativo às primeiras, a etnografia (Sanjek 1990; Gupta *et al.* 1997: 12).

<sup>30</sup> Aspas no original

conversou –, não delimita, enquanto espaço físico, o campo de investigação. Como veremos, não se trata de um espaço fechado, impermeável ao exterior, e os circuitos diários de quem aqui vive envolvem constantes entradas e saídas. Trata-se, contudo, do lugar que corporiza os processos que as mulheres atravessam e, por isso mesmo, foi sempre central ao trabalho desenvolvido. Entrar neste espaço significava entrar *em* campo mas, sair do mesmo, não representava, necessariamente, sair do campo de investigação.

A inviabilidade prática de residir na comunidade de inserção levou a um frequente deslocamento entre o campo e espaços familiares que também se tornavam por vezes no campo. Assim, com o decorrer da pesquisa, lugares, pessoas e eventos familiares atravessavam o campo, e este, por sua vez, tornou familiares espaços, percursos, eventos, pessoas que, até então, não o eram. Como Virginia Caputo (2000: 26) refere, a propósito da realização de uma investigação na sua cidade de residência, a sua “experiência de pesquisa não foi só marcada pela ‘saída para o campo’ por um período de tempo prolongado (...) foi a experiência de continuamente voltar e ir de e para o campo”<sup>31</sup>. Mais à frente conclui, há todo um “acto de malabarismo” quando se realiza uma pesquisa na cidade onde se vive (2000: 27). Por outro lado, se a cidade era familiar a quem realizava a pesquisa, para a grande maioria das pessoas com quem se conversou, esta cidade, ou até “a cidade”, era um lugar estranho, um lugar onde muitas nunca haviam estado. Porém, ao seguir-se os seus percursos quotidianos, a cidade tornava-se, paradoxalmente, um lugar muito pouco familiar. Os transportes, as lojas, os cafés, os supermercados, as pessoas com quem se cruzavam, os bairros que frequentavam, os serviços públicos e de solidariedade social a que recorriam, entre outras coisas, faziam parte de uma cidade que (me) era desconhecida.

Deste modo, no decurso do trabalho de campo, experiências, sensações, emoções vividas em campos mais próximos do “arquétipo fundador” não pareciam tão remotas (cf. *supra*). Com efeito, o trabalho de campo “perto de casa” possibilitou experiências e *insights* únicos, profundos e se a viagem aconteceu, pensando na metáfora, nunca foi possível retornar-se a casa completamente. Como Caputo (2000: 29) constata, no final do trabalho de campo a percepção do que é “a nossa casa” transforma-se profundamente. Nesse sentido, é-se de certa forma afectado, como Favret-Saada (2005 [1990]: 159) descreve, pois algumas experiências de campo “mobilizaram” e “modificaram” as percepções sobre os lugares que nos eram próximos,

---

<sup>31</sup> Aspas no original

sem que essas experiências tivessem particularmente afectado as pessoas com quem se conversou mas que, por se ter deixado ser afectado, permitiram uma outra forma de comunicação intersubjetiva. Assim, momentos de engajamento participativo, “involuntário e não intencional” (*idem*: 159), foram também uma forma de conhecimento antropológico (Favret-Saada *et al.* 1981: 3).

### 1.1.1 Os primeiros passos no terreno

“Já percebo, o seu trabalho é mais observar, é estar connosco (...) faz-nos companhia” [C., residente na comunidade de inserção]

Burgess (1997: 48) refere, a propósito da sua experiência etnográfica numa escola que, tal como a comunidade de inserção onde se realizou a pesquisa, é um local marcado por diferentes níveis de relações que envolvem profissionais, hierarquias e aqueles que utilizam o espaço, “diferentes abordagens têm de ser feitas a pessoas em diferentes níveis de organização” e, portanto, o acesso envolve uma permanente “negociação e renegociação”. No contexto da pesquisa, as negociações e renegociações de acesso que o autor refere envolviam não só as residentes mas também as profissionais que trabalhavam na casa que, para além de ocuparem diferentes posições hierárquicas, tinham de actuar em conformidade com a instituição que construiu e gere o equipamento social. Deste modo, após um pedido “formal” para a realização da pesquisa o projecto foi apresentado de forma “aberta” não só às mulheres e jovens mulheres com quem se conversou mas também às pessoas que trabalhavam na comunidade de inserção, referindo-se os seus âmbitos e objectivos (*idem*: 50). Na conversa com as mulheres, procurou-se reforçar que se tratava de uma pesquisa facultativa, que só conversaria (comigo) quem assim o desejasse. Embora seja um truísmo, pois só se *conversa* com quem se quer, no contexto da pesquisa revelou-se necessária a clarificação, a fim de limitar possíveis constrangimentos.

Durante os quatro meses de trabalho de campo, divididos em três períodos distintos<sup>32</sup>, o maior desafio no terreno foi precisamente conseguir desassociar o trabalho de campo que se estava a fazer do tipo de trabalho realizado pelo pessoal técnico que trabalhava na casa. Coutant (2010: 74) refere preocupações similares a propósito da sua pesquisa sobre um projecto francês de integração de jovens no mercado de trabalho ao

---

<sup>32</sup> Procurava-se estar *no campo*, dentro ou fora da comunidade de inserção, entre 10 a 18 horas por semana, sendo que em certos períodos tornou-se mais intensivo. O tempo de pesquisa repartiu-se equitativamente entre os espaços da comunidade e fora deste lugar. Contudo, no período final de campo as conversas com as mulheres decorriam sobretudo fora da comunidade de inserção. Para além disso, o mesmo período de tempo era dedicado às notas de campo que, com excepção de algumas conversas gravadas, foram sempre registadas já fora do campo de investigação. Esta opção foi exclusivamente metodológica. Houve ainda períodos de pausa, necessários para a reorganização da pesquisa.

constatar que a primeira fase da sua pesquisa consistiu em tentar distinguir-se dos outros “...para eles, a palavra ‘sociólogo’, era semelhante a ‘psicólogo’ ou a ‘doutor’, i. e. interessava-me por eles como um ‘caso social’”. A fim de escapar a este condicionalismo, evitou-se tirar notas de campo *em campo*, realizou-se entrevistas (sempre individuais) abertas, procurou-se dirigir o menos possível as conversas, não se abordou certos tópicos, sobretudo num primeiro momento, e acompanhou-se as mulheres onde elas nos queriam levar. Esta postura fez com que algumas mulheres pensassem que o (meu) trabalho ali afinal seria o de lhes fazer companhia, andar com elas.

## **1.2 As perspectivas após a pesquisa**

Amit (2000: 2) refere que “uma das peculiaridades da observação participante enquanto trabalho de campo etnográfico é a maneira pela qual o pesquisador e os seus relacionamentos pessoais servem como principais veículos para suscitar descobertas e *insights*”. Concordando com o autor, pensa-se que a grande vantagem do trabalho de campo com observação participante enquanto exercício antropológico foi, precisamente, esta possibilidade de se produzir conhecimento através da criação de ligações próximas com os sujeitos da investigação, ligação que constantemente nos recorda que os sujeitos são, como todas as pessoas, pluridimensionais. Assim, mais do que colher dados, o trabalho de campo com observação participante pressupõe um engajamento com evidência com as pessoas.

Contudo, esta forma de trabalho cria também alguns dilemas que parecem irresolúveis. Se é verdade que as amizades e os afectos gerados durante o trabalho de campo são genuínos, esta intimidade também é por nós usada como uma ferramenta de investigação (*idem*: 3). No caso da realização de um trabalho de campo com observação participante que atravessa o (nosso) quotidiano habitual, o dilema acentua-se, uma vez que, concluída a pesquisa, os encontros com as pessoas, que foram os “sujeitos” da investigação, continuam a acontecer, embora a (nossa) disponibilidade (e interesse) já não seja a mesma.

## CAPÍTULO 2. A comunidade de inserção como lugar de habitar

### As relações fazedoras de um lugar

“A tensão maior é entre espaço e lugar e o grande problema (...) será, a meu ver, aquele que enuncia *esta metamorfose do espaço em lugar*: como é que universos sociais distintos realizam esta transição? Como é que a imaginação alicerça o espaço em unidades descontínuas em que se inscrevem ordens simbólicas e representacionais que são negociadas e conflitivamente constituídas pelos oficiantes do lugar” (Quintais 2006:40)<sup>33</sup>.

O espaço não é apenas um meio físico sobre o qual se desenrola a acção humana, é também toda uma diversidade de significados simbólicos que lhe são atribuídos *nas* e *pelas* acções humanas. Com a actividade humana os espaços organizam-se, recriam e adquirem significados simbólicos, que se vão transformando com a sua ocupação e com as relações sociais que aí se processam. Como Low *et al.* (2003: 13, 185) referem, há uma relação próxima entre a construção dos espaços e as relações sociais que aí se estabelecem ou, por outras palavras, as pessoas, pela forma como agem e experienciam o espaço, “inscrevem” a sua presença nos espaços que ocupam. Desta forma, há espaços que se “metamorfoseiam” em “lugares”, ao se “potenciarem certo tipo de efeitos relacionais que se desenham no espaço” (Quintais, 2006: 41).

Se as pessoas ocupam espaços que não são apenas superfícies espaciais, cenários inertes, revela-se essencial incluir as reflexões sobre esses mesmos espaços nas análises sociais (Low *et al.* 2003). Apesar da forma como se constroem recíproca e mutuamente pela marca da acção humana suscitar reflexões importantes, nem sempre o espaço assumiu a relevância analítica que hoje lhe é atribuída (Low *et al.* 2003: 1). No passado, criticando a perspectiva kantiana, Durkheim (2002 [1912]) reafirmou-o como questão central no pensamento social ao demonstrar que este não poderia ser “*um meio vago e indeterminado*” pois, se assim fosse, não seria sequer possível pensá-lo:

“O espaço não seria o que é se, tal como o tempo, não fosse dividido e diferenciado. Mas estas divisões que lhe são essenciais, donde lhe vêm? Por si só, o espaço não tem direita nem esquerda, nem alto nem baixo, nem norte nem sul, etc. Todas estas distinções vêm evidentemente do facto de valores afectivos diferentes terem sido atribuídos às regiões, e como todos os homens de uma mesma civilização se representam no espaço da mesma maneira é preciso evidentemente que esses valores afectivos e as distinções que deles dependem lhes sejam igualmente comuns, o que implica quase necessariamente que sejam de origem social.” (Durkheim 2002 [1912]: 14-15)

Durkheim percepcionava o espaço como uma categoria de génese social, que não existia *a priori*, como Kant a concebera, estruturante e reguladora, “uma espécie particular de necessidade moral” (Durkheim 1991: 53 *apud* Silva 2006: 186). No entanto, como Silva (2006: 186-187) refere, estas explicações “deslizam sub-

---

<sup>33</sup> *Itálicos* no original.

repticiamente para um idealismo sociológico camuflado, quando, em última instância, apelam à consciência colectiva espaço-temporal, em termos abstractos, impessoais e comuns”, pois se o espaço, tal como o tempo, são “uma das condições e eixos inerentes à sociedade humana (...) a organização do espaço comporta a marca da acção humana”. Pela marca dessa acção humana, plural, que Silva (*idem*) refere, certos espaços “*ganham a textura e a densidade de lugares*” (Quintais 2006: 40). Deixam de ser meras marcações espaciais, tornando-se locais de encontro de perspectivas, de interacção de diferentes pessoas que, pela sua acção e neste encontro, o ordenam, recriam e atribuem significados simbólicos variáveis ao longo do tempo, por vezes, conflitivos e contraditórios, transformando assim o que era simples espaço em lugar (cf. Quintais 2006).

No capítulo que se segue procura-se reflectir sobre as relações sociais que se desenrolam no espaço onde as mulheres com quem se conversou vivem. Pretende-se pelas relações que aqui têm lugar, reflectir sobre a forma como as moradoras percebem, experimentam e significam o momento que atravessam, indissociável do lugar onde se encontram no presente mas que se cruza com lugares do passado e futuros. Assim, pela marca destas mulheres, pelas suas experiências ali vividas, a comunidade de inserção enquanto lugar adquire formas particulares, que vão sendo continuamente moldadas na relação com as pessoas que ali habitam.

A comunidade de inserção é também um lugar de habitar particular na medida que é simultaneamente um espaço doméstico<sup>34</sup> partilhado, lugar onde temporariamente moram mulheres e crianças, mas também um espaço de trabalho onde, diariamente, pessoas trabalhadoras entram e saem<sup>35</sup>. No quotidiano do equipamento social, relações de trabalho e relações domésticas entrecruzavam-se constantemente dando tanto forma de lugar ao espaço comunidade de inserção como textura a novos lugares dentro desse lugar, ordenando e recriando os espaços pela marca humana de quem ali trabalha e habita. Para além dos trânsitos quotidianos domésticos e profissionais, a comunidade de inserção é também marcada por trânsitos institucionais mais profundos e imprevisíveis, marcados pela entrada e saída de mulheres e dos seus filhos e filhas.

---

<sup>34</sup> O termo doméstico é aqui utilizado de forma aberta com o propósito de caracterizar um lugar onde se desenrolam um conjunto de actividades quotidianas ligadas à produção e consumo de comida, higiene pessoal e também ao ter e cuidar de crianças, entre outras actividades consideradas pelas pessoas em estudo como parte do seu universo doméstico. Procurando fazer uma súmula sobre a forma como “família” e “unidade doméstica” (*household*) tinham vindo a ser descritas na literatura antropológica Yanagisako (1979: 166) refere que o termo doméstico aparece muitas vezes associado a dois tipos de actividades funcionais: “as relativas à produção e consumo de comida e as que são relativas à reprodução social, incluindo o ter e o cuidar de crianças”.

<sup>35</sup> Note-se que apenas uma funcionária não trabalhava em regime de turnos. Relativamente à equipa técnica, não trabalhavam por turnos com excepção dos períodos fora das horas habituais de trabalho, uma vez que, por exemplo, existia sempre uma técnica “de prevenção” nas 24 horas de funcionamento do equipamento social que se deslocaria à comunidade de inserção caso a sua presença fosse necessária.

Neste encontro, a percepção e a experiência que se tem dos espaços está profundamente ligada às emoções que se vivem no momento (Le Breton 1998, 2006). Numa troca mútua e recíproca quem aí mora e vive um momento significativo nas suas vidas, não só transforma como se deixa transformar *pela e na* relação com o lugar e com as pessoas com quem coabita ou se cruza no seu quotidiano, com os outros ocupantes do lugar. Deste modo, por negociações e rejeições, o espaço comunidade de inserção assume significações simbólicas profundas para quem aqui habita “transitoriamente”. Mesmo enquanto lugar de passagem, marcado por transformações aceleradas, lugar em que, por vezes, se rejeita de todo viver, relações profundas são geradas, ficando seladas no tempo histórico de vida destas mulheres e jovens mulheres e, também, das suas famílias, sobretudo dos seus filhos e filhas que com elas residem nesta casa.

Como veremos, se algumas mulheres, pela sua acção, pelo modo como experienciam e sentem o viver neste equipamento social, pela forma como se relacionam neste espaço, procuram não pertencer ao lugar comunidade de inserção, a comunidade assume sempre significados marcantes, também marcados por elas. Assim, o espaço institucional percebido por quem transita como um espaço temporário é experienciado na vida quotidiana das mulheres e dos seus filhos e filhas como lugar de habitar que, pela natureza das relações sociais vividas, se revela, por vezes, ambíguo e paradoxal, mas cheio de possibilidades.

Em termos comparativos com o contexto das pessoas trabalhadoras assalariadas rurais no Brasil – os “bóias-frias” – (Dawsey 1997) que, enquanto migrantes rurais, tal como as mulheres com quem se conversou, deslocaram-se no espaço: “nenhuma migração pode ser compreendida exclusivamente como um deslocamento geográfico. As migrações representam também uma movimentação no universo social e é deste ponto de vista que elas nos interessam de modo particular”<sup>36</sup> (Durham 1978: 136 *apud* Dawsey 1997: 194). É com este ponto de vista que se parte.

## 2.1 Os movimentos da comunidade de inserção

“Certos aspectos do espaço de carácter fixo somente são perceptíveis se observarmos o comportamento humano que neles se inscreve”. (Hall 1986 [1966]: 124)

Da rua movimentada, a comunidade de inserção camufla-se na paisagem urbana. Como se de um bloco de apartamentos se tratasse, sobressaindo dos demais por ser *muito movimentado, com gente sempre a entrar e a sair, onde se vêem muitas meninas,*

---

<sup>36</sup> Aspas no original.

*senhoras, crianças, lá no pátio.* Foi assim que uma vizinha da comunidade descreveu, casualmente, num lanche com pessoas da paróquia local e algumas mulheres da comunidade, o edifício que vê da sua janela. Em funcionamento há cerca de quatro anos, foi ainda durante o processo de transformação do espaço habitacional no equipamento social comunidade de inserção, que os vizinhos souberam que não se tratava de uma requalificação de um prédio, mas que, para aquele edifício vizinho, *vinham pessoas com problemas. Falava-se que iam trazer toxicodependentes para o bairro,* explicaram com uma expressão preocupada.

Com o propósito de esclarecer e envolver os residentes locais, foi-lhes enviada uma carta, remetida pela instituição que projectou e gere a comunidade de inserção, explicando o que era e a quem se destinava o projecto ali implementado: um espaço que iria acolher mulheres, com ou sem os seus filhos, que se encontravam em situação de vulnerabilidade social e que, por isso, necessitavam de ser socialmente protegidas. Hoje, para além do que *se vê da janela* e dos contactos esporádicos com as mulheres que aí residem, pouco mais sabem sobre o equipamento social.

Inserida numa área urbana em profunda expansão, marcada pela crescente presença de população “de fora”, as dinâmicas do espaço comunidade, quem entra ou sai, não são particularmente notadas pela maioria das pessoas que moram nas proximidades.<sup>37</sup> Por sua vez, a comunidade de inserção, quer pela sua forma de actuação mas, sobretudo, devido às questões a que dá resposta, actua com descrição e algum encerramento face aos que estão ao seu redor. Assim, se casualmente alguém toca à campinha com donativos como, por exemplo, roupas, sapatos e outros objectos, para mulher e para criança, muito raramente alguém “de fora” passa do portão de entrada e é convidado a entrar nos espaços da comunidade.

Como noutros contextos, há uma relação assumida entre a necessidade de uma certa reserva e cuidado em relação a esse “mundo externo” e o sucesso do trabalho que aqui se desenvolve (Goffman 1961; Foucault 2009 [1975]). Do ponto de vista de algumas mulheres que aqui residem essa reserva traduz-se em protecção por contraposição ao perigo que viviam nas suas casas. Por outro lado, para outras mulheres que não sentiam vivenciar os mesmos “perigos” essa reserva traduzia-se em reclusão.

---

<sup>37</sup> Note-se, contudo, que as pessoas dos comércios locais frequentados pelas mulheres da comunidade conheciam-nas e identificavam-nas, usualmente, como as *meninas e senhoras da casa X*, referindo uma cor ou, simplesmente, *daquela casa*, esta colectivização incomodava algumas mulheres. Por exemplo, J. referiu: *aqui dentro é uma coisa, lá fora é outra. Elas condenam a C. [outra residente] por não passar cartão a ninguém quando não está aqui. Mas eu compreendo e concordo. Já viu o que era aquela que todos sabemos [referindo-se a uma ex-moradora] ver-me na rua e vir cumprimentar-me? As pessoas vão perguntar, donde é que elas se conhecem? Cá dentro é uma coisa, lá fora é outra.* Em termos comparativos, esta postura de algumas mulheres assemelhava-se à dos grupos Anónimos (Frois 2009: 166-167).

Como referem, na *instituição*<sup>38</sup> sentem-se *protegidas* ou, em certos casos, demasiado protegidas. A propósito de outras instituições, Goffman (1961: 16) refere que todas ligam de alguma forma os sujeitos e, por isso, têm alguma tendência de “*fechamento*” em relação a quem não pertence à mesma, ao que está de fora. Pelas suas palavras: “toda a instituição conquista parte do tempo e do interesse de seus participantes e lhes dá algo de um mundo; em resumo, toda a instituição tem tendências de ‘fechamento’” (*idem*: 16)<sup>39</sup>. Esse grau de encerramento em relação ao mundo externo, que era variável, podia ser também conseguido por “proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico – por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, florestas ou pântanos” (Goffman 1961: 16).

A comunidade de inserção distancia-se das *instituições* caracterizadas como *totais* por Goffman (1961)<sup>40</sup> uma vez que a sua existência só faz sentido *na* relação com o mundo exterior, relação que, por se desenrolar num contexto institucional, assume características particulares. Assim, o equipamento social protege-se do exterior mas não se encerra sobre si próprio. Há um constante fluxo quotidiano semelhante a qualquer outro espaço habitacional que, neste caso, é também de trabalho, com frequentes saídas e entradas, breves e mais prolongadas, de acordo com os ritmos diários de quem aqui reside ou trabalha. São as rotinas laborais ou de procura de emprego, as deslocações a escolas, as frequências hospitalares, as deslocações a serviços públicos em geral, as idas ao supermercado ou os momentos de lazer no exterior que se cruzam com as rotinas de quem entra na comunidade de inserção para ali trabalhar.

Se as dinâmicas domésticas e profissionais tornam os movimentos mais imprevisíveis do que noutros lugares de habitar, verifica-se uma grande sincronia nos percursos diários das mulheres que aqui moram. As actividades quotidianas conciliadas com os momentos das refeições em conjunto geram momentos de intenso movimento que contrastam com outros de tranquilidade e silêncio. Como referem, as *horas de*

---

<sup>38</sup> “Instituição” e “casa” eram as palavras frequentemente usadas pelas mulheres quando se referiam ao equipamento social comunidade de inserção. Havia uma certa tendência para utilizar o termo “casa” quando se referiam a actividades mais domésticas ou do quotidiano (como, “vai agora lá a casa?”). Por sua vez, o termo “instituição” era mais utilizado para descrever estados mais abrangentes relativos à circunstância de se estar a residir numa comunidade de inserção enquanto espaço onde se desenrola um processo de “reinserção social”. Assim, “estar/viver na casa” e “estar numa instituição” traduziam, frequentemente, sentidos diferentes. Pelos exemplos de campo seguintes estas diferenças tornam-se mais perceptíveis: *viver nesta casa é uma confusão, está sempre tudo fora do sítio, não vejo a hora de voltar para a minha casa [...] é que na nossa casa a gente arruma e tá arrumado; isto de estar numa instituição não é nada fácil, é só regras, regras para isto regras para aquilo, não é nada fácil [...] só penso em sair daqui, fazer a minha vida como eu quero sem ninguém me estar a dizer isto ou aquilo*. Relatos de C.

<sup>39</sup> Aspas no original.

<sup>40</sup> Sucintamente, “uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada” (Goffman 1961: 11). Por outras palavras, para além de um grande “*fechamento*” em relação ao mundo exterior, já referido, Goffman (1961: 16) designava-as por *totais* por estarem subordinadas a um controlo mais autoritário, por controlarem ou procurarem controlar a vida dos indivíduos, e por subsistirem e se organizarem de forma muito independente, limitando as interações sociais com o mundo exterior.

*ponta, só barulho*, versus as *horas em que nada se passa, que silêncio*, dois ritmos que caracterizam os fluxos no espaço comunidade. Se a percepção destes movimentos é também visual, são principalmente os sons que marcam os discursos das mulheres. Como Le Breton (2006: 116) refere, sem a audição, a visão apenas “contemplaria uma superfície”. Neste sentido, a “existência” também se podem tecer pela permanência e pela ausência dos sons (*idem*: 118). Pelos sons e pelo silêncio, memórias passadas reconstroem-se no presente e ritmos quotidianos são marcados. Deste modo, “o som introduz uma sucessão, um ritmo, que deixa espaço para a espera ou para a fugacidade” (*idem*: 117). Também as rotinas dos dias de semana (úteis) contrastam com as dos fins-de-semana, momento em que muitas mulheres e os seus filhos e filhas permanecem mais tempo *em casa*, ou, em certos casos, deixam os espaços da comunidade de inserção para irem para a *sua casa*. Por vezes, quando aqui permanecem, pequenos passeios<sup>41</sup> são organizados pelas próprias mulheres, geralmente em pequenos grupos. Por tudo isso, exceptuando o período dedicado às limpezas gerais, não havia propriamente uma rotina durante o fim-de-semana<sup>42</sup>.

Como foi referido, por vezes as mulheres não permaneciam na comunidade durante o fim-de-semana e *iam a casa*. “Ir a casa”, ou seja, ir visitar um irmão, uma irmã, outros parentes, alguém com quem mantinham relações íntimas de proximidade, ou até, uma casa que consideravam tanto sua como das outras pessoas que também lá moram ou regressam com frequência, significava ir a um lugar que era seu ou mais seu, onde se pertencia mais. Se a comunidade era a casa possível do momento<sup>43</sup>, existia uma outra casa, essa sim percebida como mais sua, ou até uma outra casa institucional<sup>44</sup>, à qual esperavam regressar ou permanecer ligadas. A comunidade de inserção, por sua vez, podia ou não potenciar a reconstrução de uma outra casa, a *sua casa*. Assim, o “ir a casa” podia não só representar a saída do contexto institucional para o mundo “de fora” (Goffman 1961: 23), mas também marcar que continuava ainda a existir uma entrada

---

<sup>41</sup> Em geral, idas a parques com as crianças e a centros comerciais, em pequenos grupos. No período de trabalho de campo foi organizada uma visita colectiva ao “Lugar dos Afectos”. Com o “bom tempo”, outros passeios seriam programadas, explicou uma técnica, embora algumas mulheres não tivessem particularmente entusiasmadas em sair “em grupo”. Era habitual no verão passarem alguns dias numa colónia de férias, mães e crianças (e alguém da equipa técnica e auxiliar) e mesmo as mulheres que geralmente não queriam participar nos passeios em grupo ansiavam pelo momento de irem para a praia. Para além disso, ocasionalmente organizava-se almoços, jantares, lanches, pequenas festas, principalmente com o propósito de celebrar alguma data ou acontecimento (aniversário, partida de alguém, Páscoa, Carnaval, Natal). Fotografias destes momentos decoravam os espaços colectivos, sendo também uma marca dos itinerários institucionais. Nas fotografias, cruzavam-se rostos de mulheres e crianças ainda na comunidade de inserção com os de outras mulheres e crianças que, entretanto, saíram.

<sup>42</sup> Refira-se que as limpezas gerais eram geralmente feitas de sexta-feira a domingo, existindo alguma flexibilidade em termos de gestão do tempo destinado à execução das mesmas. Contudo, quem ficava com tarefas nos espaços de refeição e de cozinha executava-as, quase sempre, sábado depois de almoço e embora cada mulher tivesse uma tarefa específica, nos espaços de refeição deveriam executá-las mais ou menos à mesma hora (*se não nunca está limpo*).

<sup>43</sup> Se a comunidade era frequentemente percebida pelas mulheres como uma casa que não era sua, certos lugares na comunidade ganhavam a densidade de “verdadeiras” casas.

<sup>44</sup> Como veremos pela história de vida de M., uma jovem mulher que está na comunidade com o seu filho.

para o mundo do qual foram separadas, por vezes de forma brusca, reconstruindo-o assim no seu presente relacional. Veja-se alguns exemplos, em certos aspectos, contrastantes.

### 2.1.1 Breves pontes com as histórias

R., na casa dos 20 anos e com duas filhas pequenas, frequentemente passava fins-de-semana em *casa dos seus pais (na sua casa)*. A frequência destas saídas era variável, no entanto, era quem passava mais fins-de-semana fora. Esta jovem era também a única que referia em qualquer circunstância que ia a *sua casa*<sup>45</sup>, sendo perceptível pelo seu discurso e acções uma forte ligação aos pais. Quando estava na comunidade raramente se encontrava nos espaços mais comuns, somente nas horas de refeição, optando por permanecer no seu quarto a ver televisão. R. raramente frequentava as actividades em grupo<sup>46</sup> porque tinha de cuidar das filhas, como explicava: *a minha filha mais velha demora muito tempo a adormecer*. Numa sexta-feira, antes de sair, conversava com uma funcionária e com outras duas mulheres:

“Oh Aux.<sup>47</sup> já fiz as minhas tarefas, falta-me só ali aquilo, mas o meu pai já está aí a chegar. (...) O meu pai já está mesmo aí. (...) Ai tão bom... Vou para minha casa, nunca mais saio daqui! Nunca mais, esta casa cansa. (...) Eu se não fosse de vez em quando a casa não aguentava! (...) Lá a minha mãe faz-me tudo. Trata-me da roupa e também aproveito para sair um bocado que também preciso. (...) As minhas filhas ficam lá em casa com a minha mãe e eu saio um bocado. [J., outra mulher responde] Aproveita porque as mães não duram sempre, escuta o que te digo. [R. mostra-se indiferente]

Como se ilustra com o excerto transcrito, R., tal como a maioria das outras mulheres, ansiava pelo momento de saída da comunidade de inserção. A comunidade era a casa possível do momento, lugar onde preferia não estar<sup>48</sup>. Comparativamente ao que Goffman refere (1961: 23), para R. o “ir a casa” marcava a saída do contexto institucional para o “mundo de fora”, sendo que essa saída para esse mundo era marcada por uma transição entre dois lugares não necessariamente opostos mas que assumiam significados diferentes. O espaço comunidade era o lugar possível onde se habita no quotidiano, e a casa dos pais, o lugar onde se pertence e onde ainda também se habita. No entanto, nem todas as mulheres conseguem manter no seu presente relacional lugares a que pertencem. Por isso, para estas mulheres, mais do que representar uma

<sup>45</sup> R., como pode explicar, está na comunidade por “*problemas*” com o ex-companheiro, pai da sua filha mais nova, com quem chegou a coabitar. Para além de violência doméstica desconhece-se se existem outros motivos para estar na comunidade de inserção. É sua percepção que continua aqui por causa de uma disputa pela guarda da sua filha mais nova que, como referiu, *não está resolvida. Tenho de esperar que o processo ande*. Apesar do seu antigo companheiro se encontrar com frequência na cidade onde os pais moram, visitava os pais com frequência: *já não há problema, o problema é com a menina*.

<sup>46</sup> As actividades aconteciam uma ou duas vezes por semana.

<sup>47</sup> Ao longo do trabalho, utiliza-se a designação “Aux.” em substituição do nome da funcionária ou auxiliar da casa, com excepção de um caso (G.) uma vez que se revelou importante para a compreensão das percepções e experiências das mulheres.

<sup>48</sup> Note-se, no entanto, que ao contrário de outras mulheres, como veremos noutros capítulos, para R. continuava a fazer sentido estar ali, uma vez que a comunidade era percebida como um importante apoio “no seu processo”, designadamente, na disputa pela manutenção da guarda da sua filha mais nova.

saída da instituição (Goffman 1961: 23), “ir a casa” é uma forma de marcar como suas, relações e sentidos de pertença desafiados pelo presente vivido.

Ab., 28 anos e com dois filhos com menos de 7 anos a residirem consigo, tinha uma irmã que vivia na cidade de Coimbra, relativamente perto da comunidade. Por vezes, Ab. deslocava-se a esta casa e, em determinadas ocasiões, aí dormia. Numa outra situação, apenas os seus filhos foram dormir à casa da sua irmã pois estava a trabalhar durante o fim-de-semana e não *tinha conseguido nenhuma ama para cuidar deles*, como explicou.<sup>49</sup> Também com alguma frequência a sua mãe vinha visitá-la a Coimbra para *ver os netos*. Mais do que R., sempre que não “ia dormir” na comunidade dizia, com grande excitação, que “ia a casa” ou “de fim-de-semana”. Por exemplo, certa vez, num encontro casual no quarto de C., cujo quarto era no mesmo piso, quase contíguos, interrompeu a conversa para se despedir:

“Pode-se? Olá -- tá boa? (...) Este fim-de-semana não tá cá ninguém<sup>50</sup>. Eu despeço-me já de si porque este fim-de-semana não tou cá: vou a casa! Tou só aqui a acabar de organizar tudo. Já tou a precisar de sair daqui. (...) Mas não é à T<sub>1</sub><sup>51</sup>, vou aqui a casa da minha irmã, vou sempre aqui a casa da minha irmã, é já aqui ao lado, não vou longe [risos]. Não posso ir a minha casa, à minha terra, já viu isto? Não posso ir à terra onde nasci. Os meus filhos nem já conhecem a terra deles, onde nasceram. Onde nasceram salvo seja, porque eles não nasceram lá, foram nascer às T<sub>2</sub> [risos] Mas pronto onde nasceram.”<sup>52</sup>

“Ir a casa” ou “ir de fim-de-semana”, tal como R. significava sair do lugar onde habitava, mas que não era *seu*. No entanto, os lugares e as pessoas que visitava e com quem mantinha relações de parentesco, tomavam significados de pertença diferentes, reflectidos na forma como deles falava. Por vezes, quando necessitava de clarificar o lugar onde iria, o “ir à sua casa” podia transformar-se e desdobrar-se no “ir à sua terra” ou “ir a casa de uma irmã”, passando “a sua casa” a ser “a sua terra”<sup>53</sup> e a “casa da sua irmã” uma casa à qual não pertencia tanto<sup>54</sup>. As referências à *sua terra*, a terra dos seus pais e da sua filha e do seu filho, como acrescentava, eram frequentes e assumiam sentidos de pertença profundos, que se opunham à casa onde vive no quotidiano (o equipamento social), mas também se afastavam da casa que é geralmente “tomada” como sua nos fins-de-semana. “À terra” que valoriza, onde nasceu e cresceu, *tão cedo* não poderá ir. Noutro exemplo de campo, ao contar o que aconteceu após uma visita atribulada, judicialmente programada, dos filhos ao pai, na terra de origem, revela-se a

<sup>49</sup> De notar que Ab. procurou arranjar uma ama até ao último momento para cuidar dos seus filhos enquanto trabalhava. Uma vez que não conseguiu, telefonou à irmã que, como referiu, frequentemente a *desenrascava*.

<sup>50</sup> Refira-se que uma significativa parte das mulheres permaneceram nesse fim-de-semana na comunidade.

<sup>51</sup> Referência ao nome da terra onde nasceu e vivia antes de residir no equipamento.

<sup>52</sup> Ab. e a sua família são de uma vila piscatória de outro distrito. Ab. não podia ir à “sua terra”, como refere, porque foi vítima de violência doméstica. Uma vez que o ex-companheiro reside na vila e continua, directa e indirectamente, a dirigir-lhe ameaças, caso aí se desloque, a sua vida está potencialmente em perigo. “Ter um lugar seguro” foi o motivo que a conduziu a residir na comunidade de inserção. A sua história de vida será discutida no próximo capítulo.

<sup>53</sup> Note-se que Ab. ao vir morar para este equipamento social deixou de ter uma casa para onde voltar após este processo. Pelas suas palavras: *é começar tudo de novo*.

<sup>54</sup> Em termos comparativos ver Pina Cabral (1984, 1989).

importância simbólica, também enquanto *terra natal* dos seus filhos, que *a sua terra* adquire por contraposição ao estar a viver num equipamento social, *deslocada*:

“Isto é grave. Isto é muito grave. Eu já disse aqui à doutora que isto era grave. Eu nem devia saber isto porque são tudo coisas técnicas que vão logo para tribunal, mas pronto, sube [*sic* soube], mas eu não devia ter acesso a elas. (...) Eu disse que queria saber o que se tinha passado e que tinha pleno direito de saber o que se tinha passado.<sup>55</sup> (...) [Descreveu o que aconteceu e concluiu]. A [filha] apercebeu-se de tudo, vieram de lá apavorados, e ela como se apercebeu disse que nunca mais queria ir à T, que detestava a T e isso é muito grave. Foi o que eu disse. Isso é muito grave para uma miúda de 6 anos não gostar de ir à terra dos avós (...) A miúda veio tão assustada que nem sequer quer voltar à terra dela? É a terra deles, onde eles nasceram e onde moram os avós.”

Ab. frequentemente evocava a sua terra e trazia-a para o interior da comunidade, comparando-a a cada estranhamento e similitude que experienciava: *isto na T. nã [*sic*] é assim que se faz, lá também é assim, então eu lá sempre fiz assim porque é que não posso fazer assim aqui também [?], lá na T. é que se faz isso como deve ser*. Falar da terra permitia-lhe manter na memória a sua terra de origem nesta viagem inesperada e situar os seus filhos, reflectindo o facto da sua trajectória de vida se ter tornado, bruscamente, itinerante. Assim, em termos comparativos, há proximidades entre os seus discursos e os discursos e práticas das diásporas<sup>56</sup>, concretamente, quando mantém uma certa “memória, visão ou mito sobre a sua terra de origem” (Safran 1991: 83)<sup>57</sup>. No entanto, ao contrário do que Safran (1991: 83-84) genericamente aponta como característico das diásporas, Ab. não planeia regressar à T., *gosto daqui, quero recomeçar aqui*, o que queria era também poder ir “à sua terra” quando quisesse, sem ter medo. Como tal não é possível<sup>58</sup>, há 7 meses na comunidade de inserção, os seus planos futuros passam por lugares próximos ao lugar onde se encontra no presente:

“A minha mãe já me disse, organiza-te que eu vou para aí ajudar-te. Ela só não faz mais porque não pode. Mas elas aqui [referindo-se às técnicas] podiam ajudar um bocadinho mais. Não vejo a hora. Já não aguento muito mais estar aqui. (...) Viver aqui é muito complicado. (...) Eu cheguei aqui só com a roupa do corpo. Ah, e com os meus filhos! [risos] É só arranjar trabalho, resolver tudo lá no tribunal, procurar uma casinha. Eu gosto daqui. A minha mãe vem para cá, ajuda-me com a casa e com os miúdos e eu trabalho.”

<sup>55</sup> Apesar de as mulheres referirem, com grande frequência, que não tinham acesso à informação técnica, o contrário sempre foi assegurado pela equipa técnica: *o processo é delas, está aqui para elas consultarem, tudo o que aqui está, elas têm acesso*.

<sup>56</sup> A propósito do termo diásporas e citando Rapport *et al.* (2003 [2000]: 156), “originalmente um termo que se refere ao exílio e à dispersão dos Judeus da terra de Israel após perseguição [...], o termo tem sido desde então aplicado mais amplamente para incluir essas populações separadas de uma casa de outrora e espalhados pelo mundo que, no entanto, retêm um sentido de si mesmos como estranhos do presente.”

<sup>57</sup> Ver também Silvano (2006: 6).

<sup>58</sup> Quando a circunstância que a fez vir morar para ali aconteceu, a alternativa proposta foi a de deixar a sua casa, sendo que a outra hipótese seria regressar a esta casa não estando reunidas, na opinião dos técnicos que a acompanhavam, as condições necessárias para estar em segurança. Esta situação mantinha-se. Para se compreender melhor a análise que se apresenta é necessário fazer-se algumas breves considerações sobre o contexto do seu caso em Portugal. Na legislação nacional, a violência doméstica é um crime público que se encontra previsto no artigo 152º do Código Penal (CP) existindo, para além deste artigo específico, outros artigos que criminalizam, por exemplo e citando a página da *web* disponibilizada pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), “as ameaças, a coacção, a difamação, as injúrias, a subtração de menor, a violação de obrigação de alimentos, a violação, o abuso sexual e o homicídio ou tentativa de homicídio”. Trata-se, também, de uma prioridade nacional identificada que se reflecte numa política concertada vigorando, actualmente, o quarto Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (IV PNCVD), válido até 2013. No entanto, é opinião de todas as pessoas com quem se conversou que embora a legislação o permita há uma resistência por parte das instâncias judiciais na aplicação de medidas coercivas mais gravosas, sendo o Termo de Identidade e Residência (TIR) a medida mais comum. Recentemente, os tribunais passaram a poder aplicar medidas de vigilância electrónica (artigo 31 e 35, Lei 112/2009, de 16 de Setembro). Contudo, em Dezembro de 2010 encontravam-se apenas em execução 20 medidas de vigilância electrónica no âmbito do crime de violência doméstica (DGRS 2010: 10), sendo que nesse ano foram registadas 31235 participações de violência doméstica pelas Forças de Segurança, correspondendo em média, a 2603 participações por mês. Em Fevereiro de 2012, por exemplo, segundo um artigo da Agência Lusa, 66 agressores acusados de violência doméstica estavam com pulseira electrónica.

Em suma, para Ab., a casa da sua irmã potenciava sentimentos de pertença por contraposição ao lugar onde habitava no quotidiano que, simbolicamente, não era sentido como seu. No entanto, a sua casa, que já não existia fisicamente, continuava a estar na terra de origem, à qual permanecia intimamente ligada, trazendo constantemente memórias reconstruídas desse passado recente para o seu quotidiano relacional. Porém, sendo impossível aí residir, era importante, pelas suas palavras, *esquecer* o passado mau, e *recomeçar*. Na sua casa do passado, como explicou noutra ocasião, nunca teria *o descanso* que tem aqui, pois não sentia segurança, física e emocional, para aí residir, uma vez que acreditava que o ex-companheiro agressor assim que a visse lhe fosse *fazer de novo mal, ou pior*. Assim, apesar de desejar sair o mais brevemente possível da comunidade de inserção, este é o lugar que lhe permite construir, no futuro, um lugar seu. Neste itinerário entre a casa que já não existe fisicamente na terra de origem, a casa da sua irmã que, por vezes, a acolhe aos fins-de-semana, a casa possível do quotidiano e a casa planeada do futuro, Ab. vai negociando, recriando e projectando, pelos seus discursos e práticas, novos sentidos de pertença, numa dinâmica processual que reflecte a sua forma de vida actual. Por comparação, no entanto, reflectindo processos de construção identitária em contextos de migração:

“Ainda que pareça invocar uma origem a partir de um passado histórico com o qual continuam em correspondência, as identidades, de facto, referem-se a questões de como usar os recursos da história, da linguagem e da cultura no processo de nos tornarmos em vez de sermos: não é tanto o “quem somos nós” ou “de onde viemos”, como aquilo em que nos podemos tornar, como é que temos sido representados e como é que isso tem algo a ver com o como é que nos poderemos representar a nós próprios.” (Hall 1996: 4 *apud* Silvano 2006: 4)

Em termos comparativos, tal como em contextos migratórios (e de exílio), a deslocação forçada da sua casa, da sua terra de origem, para *começar de novo* numa cidade, colocava Ab. em diversas situações em que, como Silvano (2006: 4) refere, “a construção das identidades pessoais se joga no interior de negociações internas que implicam a manipulação de discursos, imagens, valores e capitais diferentes”. Assim, neste jogo sério<sup>59</sup>, Ab. projectava a sua casa do futuro, esperando que esta fosse mais *sólida, mais leve e ampla* que a sua casa de um passado recente (Bachelard 1994[1958]:61).

### 2.1.2 Notas finais

O termo *casa* quando referido pelas mulheres, tal como noutros contextos, assumia significados diversos, reveladores de diferentes sentidos atribuídos a lugares, a

---

<sup>59</sup> Também no sentido que Ortner (2006: 45-46) atribui a “jogos sérios”: “assim como na teoria da prática, a vida social, sob a perspectiva dos jogos sérios, é vista como algo ativamente jogado, voltado para metas e projetos culturalmente constituídos e envolvendo tanto práticas de rotina como ações intencionalizadas. Mas a perspectiva dos jogos sérios [...] permite-nos dar nitidez a formas mais complexas de relações sociais, especialmente relações de poder, e a dimensões mais complexas da subjetividade dos atores sociais”.

peessoas, que eram apropriados e negociados, de forma conflitiva e contraditória, nos discursos e práticas do quotidiano (Pina Cabral 1984, 1989; Bourdieu 2001 [1994]: 93-102; Bourdieu 2002 [1972]: 37-56). A frequência com que casas do passado, a casa ou “o tecto” do presente e a casa do futuro eram temas de conversa indicavam o grande motivo porque entendiam estar na comunidade de inserção: a ausência de uma casa alternativa, onde se sentissem seguras ou onde o “sistema de protecção” considerasse que reuniam as condições necessárias para poder cuidar dos seus filhos em autonomia.

Por outro lado, ao falarem de lugares do presente, do passado e do futuro, as mulheres e jovens mulheres revelavam também o modo como percebiam, experienciavam e significavam o processo que atravessavam, inseparável do acto de habitar na comunidade de inserção. Porque muitas deixaram as suas casas, repentina e inesperadamente, mesmo que essa decisão, por princípio, tenha sido considerada como voluntária<sup>60</sup>, as suas narrativas revelavam proximidades com as narrativas de “exílio”. Na literatura antropológica, o exílio tem sido frequentemente abordado, desde van Gennep<sup>61</sup>, como um “ritual de desagregação forçada” de um lugar a que se pertence para uma *zona liminar* – lugar incerto, confuso “que tem poucos ou nenhuns atributos do estado passado ou do que vem” [a seguir], mas que, por isso mesmo, torna-se campo das “puras possibilidades” (Turner 1967 [1964]: 94, 97; 1974a: 232) – que, neste caso, assumiria forma no campo de refugiados (Conquergood 1988 *apud* Rapport et. al. 2003 [2000]: 155). A fase liminar, por sua vez, só seria ultrapassada através de “um ritual correspondente de reagregação em novas identidades” (idem: 155). Assim, numa viagem individual, as mulheres que vivem temporariamente na comunidade de inserção reconstroem os seus laços de parentesco e os seus lugares de pertença num “jogo [sério] de negociações internas” (Silvano 2006: 4).

\*

Os trânsitos de fim-de-semana davam um certo tipo de movimento ao espaço comunidade. Para além disso, contribuía para a percepção da comunidade de inserção enquanto lugar passagem, lugar onde as mulheres e jovens mulheres podiam “reorganizar” o seu universo relacional, criar as bases para um “novo começo”

---

<sup>60</sup> Como já foi referido, as histórias (“os casos”, como os técnicos referiam) que conduziram as mulheres à comunidade de inserção variavam consideravelmente. Contudo, com excepção do caso de M. (ver capítulo quarto), nenhuma mulher programou deixar a casa onde residia, tendo esta decisão sido sempre tomada na sequência de um acontecimento – evento, sendo o grau de gravidade variável. Algumas mulheres foram recebidas na comunidade na sequência de episódios de violência doméstica recente ou como acolhimento de emergência, acabando por assinar um contrato com a comunidade dias mais tarde, outras, na iminência de verem os seus filhos serem-lhes retirados, aceitaram deixar as suas casas. Não englobando todas as situações e omitindo as particularidades, as três circunstâncias gerais descritas eram as mais comuns. Deste modo, entende-se que, na generalidade das situações, não existiam muitas alternativas e, por isso, a decisão de abandono da casa resultou de escolhas “menos livre” (Sen 2005, 2010 [2009]; Pussetti *et al.* 2011: 469) acentuando a situação de vulnerabilidade e de desigualdade social em que se encontravam.

<sup>61</sup> Referência à obra de van Gennep *Os Ritos de Passagem* (1960 [1909]). Van Gennep definiu “os rituais de passagem como rituais que acompanham toda a mudança de lugar, estado, posição social e idade” (Turner 1967 [1964]: 94; 1969: 80).

autônomo e até estar intimamente ligadas, mas onde não podiam permanecer indefinidamente. O próprio processo de “inclusão social” implicava esse movimento. Era necessário manter, reconstruir, criar ligações com “o mundo exterior”, pois só assim seria possível ultrapassar os desafios futuros, ou seja, criar condições propícias para a desejada saída da comunidade de inserção.

Outros movimentos caracterizavam a comunidade, mais marcantes e definitivos, são os trânsitos institucionais (cf. Goffman 1961). Uma saída pressupõe uma entrada, a chegada de alguém que não se conhece. Representa também uma partida, programada ou inesperada<sup>62</sup>, que pode ser de alguém com quem mantinham relações de proximidade ou com quem nunca conversaram muito, ou até, a partida de alguém de quem não se gostava. Parte do viver numa instituição, estes movimentos também marcam e são marcados pelos seus filhos e filhas. As crianças dão forma ao universo doméstico da comunidade (cf. Yanagisako 1979). Assim, a saída das crianças é particularmente notada, sobretudo quando repentina. Por outro lado, com o tempo de permanência na instituição, para os adultos, as saídas e entradas tornam-se o quotidiano. Pelas palavras de Cl. que vive na comunidade há cerca de dois anos, sendo uma das mulheres há mais tempo na comunidade, estando em processo de saída:

“Eu no início não me dava com ninguém, a sério [risos]. Tinha muito mau feitio. (...) Mas também é melhor não se fazer amizades aqui, não quero fazer amigas aqui. (...) Depois nunca mais sabemos da vida delas, sabe? Acompanhei uma gravidez aqui, depois nunca mais ouvi falar deles. Fiquei próxima mas agora já sei que não posso.”

As saídas e entradas, para algumas mulheres, também traziam uma certa “leveza” ao espaço comunitário. *Há mais problemas quando são as mesmas mulheres durante mais tempo, às vezes é bom que saiam algumas e entrem outras, torna o ambiente mais leve*, explicava J., a viver na comunidade com dois filhos pequenos. Quer nos movimentos do quotidiano quer nos trânsitos institucionais, se quem sai e entra

---

<sup>62</sup> Durante a realização do trabalho de campo ocorreram três situações marcantes de “abandono” do equipamento social, ou seja, saídas definitivas não informadas ou preparadas resultando na cessação do contrato de prestação de serviços. Duas situações envolveram jovens mulheres na casa dos 20 anos, com filhos. Por isso, as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ), que já acompanhavam estas famílias, foram informadas destas saídas não previstas da comunidade. Após a saída das jovens, algumas residentes iam recebendo notícias sobre as mesmas que partilhavam, selectivamente, com outras residentes mas, também, com certas auxiliares e técnicas da comunidade. Uma terceira situação envolveu a saída de uma mulher, T., na casa dos 40 anos e com seis filhos, sendo que apenas o seu filho bebé estava a residir consigo (esteve na comunidade até aos 3-4 meses de idade). Outros dois, já quase maiores de idade, residiam na *sua casa*, com o seu companheiro, e as restantes crianças estavam sob tutela do Estado numa outra instituição. O “abandono” da comunidade ocorreu após ser-lhe “retirado” esse filho bebé. T. tinha uma trajectória de vida marcada por situações de violência doméstica, violência sexual, consumo excessivo de álcool, prostituição, entre outras. Estava na comunidade, pelas suas palavras, *para ver se consigo ficar com este, com o meu mais novo, mas não acredito*. Há menos de um mês na casa, cerca de dois meses antes de abandonar a comunidade, mostrou uma carta onde vinha escrito que este seu filho bebé estava também referenciado para adopção. *Deve ser engano, explicou, porque eu estou aqui com ele, não é (?), eles deram-me esta hipótese (...) se não for assim o que é que estou aqui a fazer (?)*. Refira-se que T. nas últimas semanas de permanência na comunidade foi questionada em relação ao incumprimento de certas “metas” e regras definidas no contrato que assinou para ali permanecer, regras essas que a comunidade considerava como importantes para a prestação de cuidados adequados ao seu filho.

Uma saída de uma outra mulher, Cl., com um filho com cerca de três anos a residir consigo na comunidade, estava a ser programada para breve. Para além deste filho, tinha outros três, um rapaz com 18 anos, já independente, uma rapariga com 16 anos que estava num colégio em regime de internato e um rapaz com 13 anos que vivia com uma tia. Os dois mais velhos visitavam-na ocasionalmente sendo que apenas a rapariga podia permanecer na comunidade.

marca, também o faz quem fica. Num lugar em constante movimento, permanecer constitui um desafio ainda maior. Assim, a comunidade de inserção “pesa mais” às mulheres que não podem sair porque o “seu caso” (ainda) não o permite, não têm emprego, não existe um outro lugar onde desejem ou possam ir e ainda não conseguiram reconstruir um lugar seu. Pelo diálogo de campo que se transcreve, ficam patentes as sensações ambíguas geradas:

C.: Onde é que estás metida M.? M.: Vou de fim-de-semana também [diz, com ironia], vou sair e não apareço cá mais. Fim-de-semana C. é fim-de-semana.

(...)

C: Vão se embora com os filhos, vai-se embora o barulho, é um descanso para mim e para o meu filho também. É que o f. [filho de Ab.] se acordar vai para a minha porta a chorar porque já sabe que se o meu filho o ouvir, trá-lo para aqui [para o quarto], vai ficar com ele. (...) Mas isto assim não tá certo. As crianças que estão cá a dormir também precisam de descansar. Ele está sempre, sempre na minha porta a chorar. Eu gosto dos fins-de-semana quando vai tudo embora. (...) Nunca mais vou para a minha casa, nunca mais saímos daqui.

Pelo que foi explicitado ao longo deste ponto pode-se estabelecer relações com o que Dawsey (1997: 200) refere, reflectindo outros contextos, e começar a construir a entrada no espaço comunitário e o viver na comunidade de inserção, como “um processo que leva a pessoa a defrontar-se com a alteridade”, porque, entre outras razões, “deslocamentos geográficos acompanham deslocamentos da subjetividade”. Deste modo, pelas palavras do autor, a pessoa é provocada a se ver como “outra”. “Concepções de tempo e espaço são alteradas. Tempos e espaços naturalizados decompõem-se. Tornam-se ‘outros’”<sup>63</sup> (*idem*: 200).

## 2.2 De instituição (segura) a uma casa (de transição)

“... Todo o espaço verdadeiramente habitado traz a essência da noção de casa. (...) A imaginação trabalha nesse sentido quando o ser encontrou o menor abrigo: veremos a imaginação construir “paredes” de sombras impalpáveis, reconfortar-se com a ilusão de protecção – ou, inversamente, tremer atrás de espessos muros, duvidar das mais sólidas muralhas. Em suma, na mais interminável dialéctica, o ser abrigado dá limites perceptíveis ao seu abrigo. Ele experiencia a casa em sua realidade e em sua virtualidade, através do pensamento e dos sonhos.” (Bachelard 1994 [1958]: 5)

A construção de um espaço seguro revelava-se essencial na organização do equipamento social, uma vez que grande parte das mulheres e jovens mulheres a quem a comunidade procurava dar uma resposta social necessitavam dessa segurança e protecção<sup>64</sup>. Contudo, os sentidos associados à palavra segurança não se materializavam na estética do espaço: os muros não são mais altos, os portões não aparentam maior resistência e as janelas e portas não estão mais protegidas que as dos restantes edifícios da rua. A segurança percebida não resulta de barreiras físicas à semelhança de outras instituições (Goffman 1961: 16), pelo contrário, resulta *efeitos* relacionais específicos

<sup>63</sup> Aspas no original.

<sup>64</sup> Como já foi referido, muitas mulheres corriam perigos vários, inclusive perigo de vida, caso permanecessem nas suas casas.

geradores de uma sensação de segurança (*idem*: 16). Deste modo, pelas acções das pessoas que aqui vivem e trabalham, pelo cumprimento de regras que todos obrigatoriamente conhecem, tais como a obrigação de informar sempre que se ausentam, referindo para onde vão, com quem vão estar e quando estão a prever regressar, e pelo dever de manter em sigilo a localização da casa, mesmo com quem mantenham contacto próximo<sup>65</sup>, a comunidade de inserção transforma-se e é percebida como um lugar seguro. Por isso, trata-se de uma casa sem morada onde, por exemplo, uma carta nunca chega directamente. Incumprir esta regra é como deixar uma qualquer porta de um edifício aberta, exposta a uma possível intrusão. Por outro lado, se as portas e os portões não são mais altos, estes devem permanecer sempre fechados, não só pelo risco de uma entrada indevida na casa, como também para prevenir que alguma criança pequena, por descuido, saia sozinha do espaço.

Para as mulheres a sensibilidade face a questões de segurança, intrinsecamente ligadas ao residir nesta comunidade de inserção, modifica-se ao longo dos momentos que atravessam, ou até, está condicionada, desde o início, pelas circunstâncias que as trouxe até ali. Com efeito, se para C. que está na comunidade porque, pelas suas palavras, a *encostaram à parede, ou saía com o meu filho ou saía só o meu filho*, a comunidade é *como uma prisão* pois, entre outras coisas, está *sempre tudo fechado, sempre aqui fechadas, temos de dar satisfações para tudo*<sup>66</sup>, para outras residentes foi nalgum momento, ou continua a ser, *um abrigo*, um espaço onde, precisamente por serem apoiadas nas relações que estabelecem, por estarem protegidas *nos e dos* contactos com o exterior, se sentem ou sentiram-se mais livres (cf. Baptista 2002).

A relevância atribuída à segurança, quer pelas mulheres como por quem aqui trabalha, conduz a que momentos de abertura indevida ao mundo exterior sejam vividos com particular intensidade por todos, como uma quebra na ordem estabelecida que potencialmente afecta toda a gente que faz parte do lugar, residentes e trabalhadoras, lembrando que *nesta casa* em particular, é *mesmo* necessário que *todos tenham sempre cuidado*<sup>67</sup>. Assim, se cada “caso” é percebido e vivido como um caso isolado,

---

<sup>65</sup> Existiam excepções a esta regra, previamente discutidas com a directora. Por exemplo, casos de mães ou familiares próximos que visitavam as filhas, as noras, as irmãs, aconteciam mas eram raros. Durante a realização do trabalho de campo, com excepção das aulas de ginástica leccionadas por um professor, apenas numa circunstância entraram adultos do sexo masculino na comunidade, trabalhadores que iam fazer pequenas reparações. Todas as mulheres e funcionárias foram avisadas previamente que haveria *homens na casa* para que *não ficassem assustadas*. O professor de ginástica, por sua vez, deslocava-se todas as segundas-feiras a este espaço.

<sup>66</sup> Note-se que C., sobretudo por motivos de saúde, gostava de informar uma funcionária quando se ausentava, como referia, *nós nas nossas casas também avisamos quando vamos sair e dizemos onde vamos, não é?* Assim, a insatisfação de C. prendia-se com mais com a liberdade de poder ou não fazer o que queria e com o facto de ter que avisar, na sua percepção, *toda a gente* (Sen 2010 [2009]).

<sup>67</sup> Douglas (1996 [1969]) em *Purity and Danger* sugere que uma categoria de perigo é accionada diante da entrada de elementos estranhos ao grupo. Essa “desordem”, percebida como uma ameaça, tem o “poder” de recriar a “ordem”.

certos acontecimentos afectavam e marcavam todos. Por exemplo, os incumprimentos de certas regras de segurança eram geradores desse tipo de acontecimentos, afectando tanto as mulheres que se sentiam (potencialmente) ameaçadas por esse mundo externo como as que não se sentiam, bem como quem ali trabalhava, ecoando, em termos comparativos, os “dramas sociais” desenvolvidos por Victor Turner (1974a). Com efeito, destacando-se do quotidiano comunitário, certos acontecimentos transformavam-se, de forma “espontânea e livre” (Turner 1974a: 49), em momentos de verdadeiro *communitas*<sup>68</sup>, onde todos os que fazem parte da comunidade partilhavam, em conjunto, uma experiência intensa que os colocava na mesma posição, anulando-se, por momentos, as diferenças que os separavam<sup>69</sup> (Turner 1967 [1964], 1969, 1974a, 1974b). Veja-se, por exemplo, o relato de C. numa manhã de segunda-feira, contando o acontecimento inesperado do fim-de-semana:

“Sabe lá, este fim-de-semana apareceram aí os familiares da L. [mulher com três filhos na comunidade] parece que lhes disse a morada. Mas não pode! Se calhar foram os filhos, sei lá. A sério, foi aqui uma cena. Que stress, um stress mesmo. Então mas ela não sabia? É mesmo à L.inhas (...) aqui tem que se espreitar sempre antes de abrir a porta, nunca se sabe. (...) Teve de se fechar tudo, ficar tudo cá trancado até que se fossem embora. Estava tudo com medo. Crianças tudo, funcionária, tudo fechado. Estávamos todas com medo. (...) Estava cá a Aux. estas coisas só lhe acontecessem a ela. Olha coitada. (...) Fomos fechar tudo e ficámos ali todas à espera que se fossem embora. (...) Toda a gente a fechar tudo [risos]. Umas a vigiar, outras com as crianças [risos]. (...) Estas coisas perturbam muito, uma pessoa fica nervosa, não é? Bolas, nesta casa tem que se ter sempre cuidado.”

Do excerto acima transcrito destaca-se os momentos de confusão e a insegurança sentida que mobilizaram todas as pessoas presentes, profissionais e não profissionais, no processo de garantir a segurança, ou seja, de restabelecer uma nova ordem<sup>70</sup>. Com efeito, mesmo C., que se sentia asfixiada (*não posso respirar*) com a segurança da casa e que frequentemente se mantinha, por opção, alienada dos assuntos da comunidade (*não sei, não vi e não quero saber*, dizia), se sentiu envolvida pelo momento e participou no restabelecimento da ordem, passando a estar de sobreaviso: *nesta casa tem que se ter muito cuidado*. Pelo mesmo ponto de vista também se compreende que Ab. ao ser “chamada à atenção” pela sua conduta de vida, concretamente, por questões relativas à gestão do seu orçamento, se recorde, por associação, do momento em que “salvou a doutora”<sup>71</sup>, ao evitar que uma ex-moradora da comunidade a agredisse, colocando-se à sua frente, protegendo-a. Assim, como num momento liminar, onde as ordens estabelecidas se anulam, Ab. tornou-se momentaneamente poderosa, assumindo uma posição que no quotidiano das relações não possuía (Turner 1967 [1964], 1969,

<sup>68</sup> Como Pina Cabral (2000: 871-872) refere a propósito do conceito definido por Turner (1969, 1974a, 1974b), *communitas* é a condição sob a qual o relacionamento humano seria só rudimentarmente estruturado ou indiferenciado, enquanto as pessoas seriam todas iguais e igualmente sujeitas a submissão.

<sup>69</sup> Note-se que Turner opõe o conceito de *communitas* ao conceito de estrutura social (Turner 1974b: 231).

<sup>70</sup> Em termos comparativos, veja-se também Douglas (1996 [1969]).

<sup>71</sup> Referindo-se à directora do equipamento social comunidade de inserção.

1974a, 1974b). Desta inversão de posições onde quem era protegida assumia, por momentos, o estatuto de protectora, abriam-se possibilidades de comunicação privilegiadas, criando-se “relações inesperadas e reveladoras” entre ambas, Ab. e directora (Dawsey 2005: 165). Deste modo, “no espelho da anti-estrutura, figuras vistas como estruturalmente poderosas podem mostrar-se como sendo extremamente frágeis. Inversamente, personagens estruturalmente frágeis transformam-se em seres de extraordinário poder” (Turner 1969b: 94-130 *apud* Dawsey 2005: 165-166).

Os “dramas sociais” ao representarem momentos extraordinários que propiciam experiências liminares em que os universos se decompõem – estão *betwixt e between*<sup>72</sup> (Turner 1967 [1964]) – abrem novos campos de possibilidades porque, por outras palavras, se “a liminaridade pode porventura ser vista como o Não a todas as asserções estruturais, é também, de alguma forma, a fonte de todas elas, como o reino da pura possibilidade donde surgem novas configurações de ideias e novas relações” (Turner 1967 [1964]: 97 *apud* Pina-Cabral 2000: 871). Em circunstâncias liminares as hierarquias desaparecem e as pessoas apresentam-se como iguais. Deste modo, nos momentos em que as relações quotidianas ficam suspensas podemos vislumbrar os laços que unem as pessoas:

“Despojadas dos sinais diacríticos que as diferenciam e as contrapõem no tecido social, e sob os efeitos de choque que acompanham o curto-circuito desses sinais numa situação de liminaridade, pessoas podem ver-se frente a frente. Sem mediações. Voltam a sentir-se como havendo sido feitas do mesmo barro do qual o universo social e simbólico, como se movido pela acção de alguma oleira oculta, recria-se. A essa experiência Turner dá o nome de *communitas*” (Dawsey *et al.* 2005: 166).

Mas se a comunidade de inserção é um lugar seguro, é também um espaço (uma casa) de transição. Por isso, não descurando as questões de segurança, procurava não proteger em demasia as mulheres pois, nas palavras da directora, *viver é [também] um risco, não podemos eliminar todos os perigos, eles vão sempre existir*. Se as medidas de segurança aplicadas se adequavam em grande medida às “necessidades dos casos” e se existiam mulheres que, como vimos, as consideravam como excessivas, o inverso também se passava. Não era incomum ouvir *as mães* reclamarem por uma suposta “falta de segurança da casa” e a desejarem muros mais altos, portões mais robustos, janelas mais fechadas, mecanismos que, nas suas palavras, lhes dessem garantias que *nada de mal possa acontecer* [Fa.<sup>73</sup>]. Quando uma criança pequena conseguiu empurrar uma porta e quase sair do espaço, apelos a maiores cuidados, designadamente, em manter as

<sup>72</sup> Os termos *Betwixt e between* quando utilizados em conjunto referem-se a uma posição intermédia, indecisa, que em português corrente poderia ser traduzida como “nem carne nem peixe”.

<sup>73</sup> Fa., das residentes mais antigas da comunidade, tem uma filha (maior de idade) e um filho pequeno (entre 2 a 3 anos). A filha chegou a residir consigo na comunidade.

portas sempre correctamente trancadas, foram considerados, por algumas mães, insuficientes (*o meu filho é capaz de abrir portas, mesmo quando estão trancadas* [Ab.]) Em suma, a comunidade procura ser percebida como um lugar seguro, porém a disposição do espaço não corporifica essa segurança, por comparação a outras instituições (Goffman 1961; Foucault 2009 [1975]), estando mais próxima de uma casa do que de uma instituição “total”. Por sua vez, para as mulheres que aqui vivem e atravessam um processo de “inclusão social”, a segurança do espaço assumia significados múltiplos, variando com o tempo e com as situações, embora sempre profundamente marcados pelas ambiguidades do momento que atravessam.

Mas se as situações que se vivem na comunidade, intimamente ligadas à circunstância que desencadeou o deslocamento das mulheres dos seus lugares, possibilitam uma profusão de experiências liminares<sup>74</sup>, a comunidade de inserção enquanto equipamento social situa-se a si própria também num plano ambíguo, *liminar*, não sendo bem uma casa ou uma instituição, onde um universo doméstico familiar e um universo institucional nunca se materializam plenamente. Como, por exemplo, fica exposto no próximo excerto retirado de uma reunião de utentes extraordinária, na medida que contou com a presença surpresa da directora da comunidade<sup>75</sup>. A reunião foi motivada por diversas situações que estavam a acontecer, designadamente, conflitos entre residentes e dificuldades ligadas ao funcionamento do equipamento enquanto espaço doméstico, familiar e institucional. Assim, no decurso da reunião foram sobretudo debatidas questões relativas à distribuição e execução em segurança das tarefas domésticas e à presença de crianças neste espaço, sendo que os dois temas se interligavam:

[Palavras da directora, a propósito dos cuidados a ter no manuseamento de produtos de higiene pessoal e de limpeza, num lugar onde residem crianças]

Dir.: “é assim isto é um problema porque grande parte de vocês está aqui por processos de Comissão e Protecção<sup>76</sup>. Não vai cair a responsabilidade só sobre nós. Em primeira instância, sobre vocês. Em segunda instância sobre nós. Vocês enquanto progenitoras, nós enquanto intervenientes cuja função é salvaguardar a segurança, equilíbrio, saúde e bem-estar das crianças. (...) Isto são acidentes domésticos [deixar produtos de higiene pessoal como, por exemplo, shampoos, na casa de banho], que podem acontecer, o problema é que nas nossas circunstâncias esses acidentes não podem acontecer. Porque ou nós somos considerados uma instituição que não é competente para salvaguardar o bem-estar das crianças, consideram que vocês não estão a ser supervisionadas o suficiente, ou consideram que vocês foram negligentes. São situações muito complicadas”.

<sup>74</sup> Note-se que algumas mulheres previamente à sua chegada à comunidade de inserção já se encontravam (ou se sentiam) deslocadas, física ou emocionalmente. Seguindo a mesma analogia, já se sentiam *liminares*.

<sup>75</sup> Pelas palavras de J., *agora vai poder registar um momento único*, referindo-se ao carácter excepcional da presença da directora numa reunião de utentes, reuniões que geralmente eram conduzidas pela animadora sociocultural. Como Cl. explicou, *coisa boa não será, para vir cá a estas horas, ou é pelos problemas ou vem aí mudanças*.

<sup>76</sup> Referindo-se às Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ). “Estar por processo” significa que a família (mãe, filhos e filhas) está a ser acompanhada pelas CPCJ e que a ida para a comunidade de inserção poderá ter resultado numa proposta feita à família na sequência desse acompanhamento. A família poderá também ter sido “sinalizada”, palavra utilizada pelos profissionais que trabalham nestes contextos, depois de estar na comunidade ou até na sequência do evento que motivou a ida para um equipamento social.

[Em relação ao manuseamento em segurança dos produtos de limpeza, algumas mulheres sugerem que só a técnica auxiliar *possa abrir e fechar a porta, tenha as chaves*, dos espaços onde os produtos se encontram e controlem os seus usos.]

Dir.: “Isso já foi assim em tempos, mas para além de implicar que a funcionária andasse cima para baixo constantemente, para todos os efeitos, para aplicar essa estratégia implica fazer de vocês tontas (!). Vocês são mães, vocês são as mães, esta é a vossa casa agora”

Deste modo, a comunidade de inserção enquanto equipamento social encontra-se numa posição ambígua e intermédia, *intervindo* como mediador entre o “sistema de protecção social” e as mulheres a quem o “sistema” pretende “proteger” e “(re)inserir”. Deste ponto de vista, a comunidade não é nem uma casa nem uma instituição, mas sim uma “casa-instituição”, onde questões domésticas e institucionais estão intrinsecamente ligadas, fazendo parte do quotidiano das famílias que aqui são acompanhadas e *supervisionadas*<sup>77</sup>. Por isso, se um “descuido” doméstico, mesmo que único e de pouca gravidade, comporta sempre riscos, devem ser as mulheres (*as mães*) a gerir esses mesmos riscos sob constante supervisão das pessoas que aqui trabalham. O que acarreta um triplo desafio para as mulheres: fazer bem, mostrar que se faz bem e esperar que a supervisão corrija quem faz mal, uma vez que uma falha pode afectar todas. Assim, muitas vezes, as mulheres auxiliavam (denunciando quem não cumpre) quem as estava a supervisionar, principalmente na gestão (“tempo”) e execução de tarefas domésticas<sup>78</sup>. Neste sentido, a supervisão (“vigilância”) exercida aproximava-se do que Foucault (2009 [1975]: 170) define como “poder disciplinar” que se revela eficaz porque está em toda a parte, tornando as pessoas “fiscais” uma das outras – “fiscais perpetuamente fiscalizados”:

“O poder na vigilância hierarquizada das disciplinas não se detém como uma coisa, não se transfere como uma propriedade: funciona como uma máquina. E se é verdade que sua organização piramidal lhe dá um chefe, é o aparelho inteiro que produz poder e distribui os indivíduos nesse campo permanente e contínuo. O que permite ao poder disciplinar ser absolutamente indiscreto, pois está em toda parte e sempre alerta, pois em princípio não deixa nenhuma parte às escuras e controla continuamente os mesmo que estão encarregados de controlar.”

Neste “aparelho”, todos os que transitam na comunidade de inserção participam. Para Foucault (2008 [1979]: 182), o poder é relacional e é precisamente nas práticas reais, onde se relaciona directamente com o seu “objecto”, “onde se implanta e produz os efeitos reais”, que se deve estudar “o poder”. Assim, para percebermos como se estabelecem as relações de poder temos de estar atentos ao modo “como funcionam as coisas ao nível do processo de sujeição ou dos processos contínuos e ininterruptos que sujeitam corpos, dirigem gestos, regem os comportamentos” (*idem*: 182). Deste modo, o poder percebe-se melhor nas periferias dos centros de poder (“nas margens”), mas também, pelo mesmo ponto de vista, nos lugares ambíguos, *liminares*.

<sup>77</sup> A tarefa de supervisão era realizada sobretudo pela equipa auxiliar, exercida segundo a orientação da equipa técnica.

<sup>78</sup> Em relação a questões relativas à vida privada das mulheres, a “denúncia” não era tão frequente. No entanto, para evitar “julgamentos” ou “consequências” pelos seus actos, as mulheres procuravam manter uma grande reserva sobre aspectos da sua vida privada, acreditando que daí advinha um possível sucesso dos “seus processos” ou “projectos” na comunidade de inserção.

Conforme Turner (1967 [1964], 1969, 1974a, 1974b), é nas posições ambíguas, *liminares*, que os mundos se revelam melhor, como espelhos inversos desses mundos. Assim, as mulheres ao vivenciarem este processo na comunidade de inserção comunicam algo sobre si e sobre os outros (Dawsey 1997: 186), trazendo ao de cima aspectos fundamentais (Turner 1974a: 35). Por isso, pela forma como vivenciam e significam as suas vidas podemos também pensar as transformações mais abrangentes que têm vindo a ocorrer nos últimos anos, questões que dizem respeito a todos nós, não apenas às mulheres e jovens mulheres.

### **2.2.1 Forjando comparações: outras trajectórias institucionais - Parte I** **Algumas diferenças com a outra instituição**

“A técnica da outra casa perguntou-me o que era para mim uma instituição. E eu disse-lhe logo, é como uma prisão, horas para dormir, horas para sair, não ter a sua liberdade. Nunca pensei ter de voltar novamente a uma instituição, quando me disseram que tinha de voltar se não ficava sem o meu F.<sup>79</sup>, pensei, lá vou eu bater no fundo outra vez. Mas na outra instituição era diferente, era tudo muito diferente. Era uma situação diferente também. Em --- não nos tiravam os filhos, aqui quando falhamos, ameaçam-nos logo<sup>80</sup>. [Relato de C. sobre a primeira vez que foi viver para uma instituição, por comparação ao momento actual].

A decisão de deixar a casa, os seus pertences e as pessoas de quem se é próximo e ir morar para um lugar desconhecido que, nas palavras de C., *só o nome diz tudo – instituição* –, não será certamente uma decisão óbvia, mesmo quando esse deslocamento é uma consequência de circunstâncias tão dramáticas como são, muitas vezes, os casos de violência doméstica. Se, como Baptista (2002: 58) refere, a propósito das mulheres que estão temporariamente a viver em casas de abrigo, “a saída de casa e a entrada no centro de acolhimento é inicialmente vivida como um momento de verdadeira libertação de um processo doloroso e que se tornara insustentável”, é também vivida “como uma perda, (...) uma fase de alguma incerteza face à perda de todo um conjunto de referências que, se muitas delas eram claramente negativas, outras pelo contrário constituíam recursos e experiências positivas que agora se quebram.”

O ponto que se segue tem como objectivo situar a história de vida de C. desde que saiu de casa e foi, pela primeira vez, *para uma instituição*. Pela segunda vez num equipamento social, as circunstâncias que a levaram novamente a *bater no fundo* são agora diferentes. Assim, desde que chegou à comunidade de inserção C. nunca viveu o

<sup>79</sup> Referência ao nome do filho.

<sup>80</sup> Ao longo do trabalho de campo nunca se observou qualquer “ameaça” ou pressão directa contra as mulheres, embora por diversas vezes se tenha observado uma certa “pressão” relacionada, sobretudo, com questões relativas à gestão do orçamento que dispunham e à procura activa de trabalho, questões que condicionavam em muito o sucesso dos seus “projectos de vida”. Como as técnicas e as próprias mulheres referiam “sem trabalho e sem algum dinheiro dificilmente sairão dali”. Porém, *elas querem tirar-nos os filhos, elas querem os nossos filhos*, eram acusações que as mulheres faziam com bastante frequência, sobretudo sempre que existiam conflitos, situações no seu entender mal resolvidas, problemas domésticos em geral. Após duas jovens, com filhos, terem abandonado (“fugido”) a comunidade e um filho ter sido “tirado” a uma mãe (T.) estas acusações circularam diariamente entre as mulheres (não eram directamente feitas às técnicas) durante um determinado período de tempo. Refira-se ainda que, para a generalidade das mulheres, as jovens abandonaram a comunidade porque “deviam saber”, “ter ouvido” ou “imaginar” que lhe iam “tirar os filhos”.

*momento de verdadeira libertação* que Baptista (idem: 58) refere. Pelo contrário, se da primeira vez pensava que uma instituição era como uma prisão agora vive, pelas suas palavras, *mesmo sob pressão, em regime prisional*. As diferenças que aponta entre as duas “instituições” ressaltam sobretudo os diferentes motivos que a conduziram a estes lugares juntamente com os seus filhos<sup>81</sup>. Porém, nesta parte, para além dos motivos, importa apresentar brevemente as diferenças que C. percebe entre os dois lugares que, por sua vez, também constituem dois tipos de respostas sociais diferentes direccionadas para o grupo “Família e Comunidade em Geral”, neste caso concreto, para o grupo das mulheres e seus filhos e filhas (MTSS 2006).

Após anos de convivência com situações de violência doméstica dirigidas contra si, pelo actual ex-marido, pai do seu segundo filho, C. decidiu pedir ajuda e sair da “casa do pai do seu F<sub>2</sub>”<sup>82</sup>. Como a casa que era para si, uma casa camarária, ainda não estava pronta porque *precisava de obras*, foi pela primeira vez para uma casa de abrigo ou, como refere, *uma instituição. Até foi bom, eu estava muito em baixo, precisava de apoio, não podia estar sozinha. Quando lá entrei aqueles muros altos, as grades pensei, pronto, agora é que vou ficar presa*. Pelo contrário, apesar da aparência do que para si era uma prisão, não se sentia presa mesmo que, como refere, *uma instituição é sempre uma instituição*. Desta vez, os motivos que a conduziram a “bater no fundo” são outros<sup>83</sup>. C. vivia *na sua casa* camarária onde gostava muito de estar e de onde não desejava sair. Contudo, na iminência de ver o seu filho “ser-lhe retirado” pelo “sistema de protecção social”, concordou com a proposta alternativa de sair com o seu filho e vir de novo para uma instituição onde iria construir, durante um determinado tempo, um novo projecto de vida e de família: *começar tudo de novo outra vez*, como refere<sup>84</sup>.

Para C. *as duas instituições são totalmente diferentes, não se podem comparar*, também porque da outra vez *precisava e agora não: agora tinha a minha casa*, diz. *Nesta casa*, como refere, *não há silêncio, não há descanso, não há tempo a perder* porque *tudo tem de ser feito quando elas [as técnicas] querem, tenho de cumprir tudo para depois podermos sair*, referindo-se a uma saída definitiva com o seu filho. Para além disso, acredita que na casa de abrigo dispunha de um maior suporte emocional. Como refere, *na outra instituição tinha mais coisas, mais descanso, físico e emocional*. Segue-se um excerto de uma conversa sobre este assunto:

---

<sup>81</sup> Na primeira instituição estava com os dois filhos rapazes, filhos de pais diferentes, maiores de sete anos, com um ano de diferença. Hoje vive apenas com o seu filho mais velho (12 anos). O outro filho encontra-se a viver com o pai, o seu ex-marido.

<sup>82</sup> Quando se referia à casa que partilhou com o actual ex-marido, dizia *a casa do pai do meu F*. (nome do filho).

<sup>83</sup> Como veremos pela sua história de vida no próximo capítulo.

<sup>84</sup> Por “outra vez” C. refere-se por contraposição, à primeira vez que deixou uma casa sua para ir viver para uma instituição.

“Entreí na casa de - chorava, chorava. E a doutora mostrou-me a casa. Mas era muito diferente daqui, não havia esta pressão, não ameaçavam que nos iam tirar os filhos, havia mais apoios, lá eu nunca tive de pagar por uns óculos e o ATL dos meus filhos fazia parte do mesmo (...) Mas lá era diferente, eram menos pessoas, tínhamos mais apoio, estava mais descansada. Nunca gostei de estar fechada, que me controlassem, fui eu que tomei sempre conta de mim, não gosto de dar satisfações a ninguém, mas lá, se eu ficasse muito tempo no quarto iam logo lá bater para saber se estava tudo bem, havia mais apoio a esse nível não nos estavam sempre a pressionar. Aqui vão lá bater para nos chamar. [risos]. (...) Os meus filhos estavam num quarto e eu noutra. Aqui, já viu? Partilhar o quarto com o meu filho? Ele é meu filho mas já é crescidinho, já percebe das coisas. (...) Aqui, como há toda essa pressão, o medo que nos tirem os filhos, não é? Não podemos conversar com ninguém, só com a G.<sup>85</sup> é que se falarmos com as outras técnicas, contarmos os namoricos [risos], elas [as técnicas] sabem logo e isso pode prejudicar tudo, compreende? Por isso, eu gosto de falar com pessoas de fora. (...) Elas aqui, não sei, não acho bem. Sempre ameaças. Os filhos devem estar com as mães, claro se não os tratarem mal. Não sei, eu lá não tinha medo que nos tirassem. Aqui é um *stress*. (...) Lá ajudavam, aqui é só pressão.”

O facto de ser uma *casa muito grande, com muita gente* e, conseqüentemente, *muita coisa para limpar, muitas tarefas para fazer e dividir, muito trabalho*, bem como o facto de ter de partilhar o quarto com o seu filho rapaz, adolescente, eram algumas das diferenças que apontava com frequência e que, na sua opinião, dificultavam que encontrasse o mesmo “descanso”. Para além disso, se na comunidade os apoios seriam menores, *as pressões*, como refere, eram maiores. Assim, por diversas vezes, C. revelou sentir que *na outra instituição* preocupavam-se mais consigo, enquanto *aqui só olham para outras coisas (...)* o que importa é o trabalho, o ter condições para criar o meu filho e que tenha juízo [risos], *que pense primeiro no meu filho como me disse a doutora*.

Se em grande medida as diferenças percebidas entre os dois equipamentos sociais resultam de circunstâncias e motivações divergentes, que podem ser pensadas como antagónicas (sentir que se precisa de ajuda e não ter um outro lugar onde se queira/possa permanecer *versus* sentir que não se precisa de ajuda e ter um lugar onde se quer/pode permanecer), poderão ser também reveladoras de modos de actuação distintos, relacionados com a população-alvo a que cada equipamento pretende dar uma resposta social. As casas de abrigo destinam-se exclusivamente a vítimas de violência doméstica. Por sua vez, a comunidade de inserção onde as mulheres e as suas famílias se encontram pretende dar resposta a diversas situações, entre elas, a violência doméstica.

### **2.3 Entrando na “casa-instituição”**

#### **Depois do portão: os dois edifícios**

Hall (1986 [1966]: 125) relembra, “é essencial compreender que o espaço de carácter fixo constitui o molde que afeiçoa uma boa parte do comportamento humano.” Mas as *práticas* humanas (Bourdieu (2002 [1972]: 163-184), ancoradas a espaços e a lugares, intencionalmente construídas, por vezes, de forma conflitiva e contraditória,

---

<sup>85</sup> Referência à única funcionária que não trabalhava por turnos, trabalhando apenas nos dias de semana (úteis), sendo as suas tarefas mais direccionadas para a administração da parte doméstica do equipamento social.

marcadas por essa nossa acção, se são relativamente autónomas nos momentos de confronto inicial com as situações, com os lugares, nunca são como papéis, partituras, que as pessoas naturalmente representam no espaço (cf. Geertz 2006 [1983]). As pessoas não são actores das suas próprias vidas assim como o espaço não é um pano de fundo para o comportamento humano. Como Bourdieu (2002 [1972]: 167) sugere, “as práticas são um produto de uma relação dialéctica entre uma situação e um habitus, percebido como um sistema de disposições duradouras e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma *matriz de percepções, de apreciações e de acções*”<sup>86</sup>, que, de certo modo, nos configura enquanto as configuramos, como “estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes” (Bourdieu (2002 [1972])). Age-se nos espaços que nos são próximos, cujos significados se conhece, dá-se marca e formas humanas, assim como esses espaços parecem agir em nós. Deste modo, certos comportamentos desenham-se e são desenhados no espaço, construindo-o e construindo-nos.

O espaço físico compreende dois edifícios, ladeados por espaços calcetados e algumas zonas verdes, existindo alguns canteiros ajardinados, mais cuidados, na parte mais exposta à rua. De frente para a rua, um antigo prédio de habitação, requalificado, que está organizado em espaços de dormir, instalações sanitárias e de higiene, adaptadas tanto para adultos como para as crianças, e duas salas de estar comuns de reduzida dimensão, uma delas com uma televisão, DVDs com filmes de animação para crianças e diversos brinquedos (“a sala amarela”), a outra, com livros e uma mesa redonda, em tempos uma “sala de reflexão”, como designavam, hoje uma biblioteca, utilizada sobretudo pelas crianças para fazer os trabalhos de casa e para “se esconderem” das mães e dos adultos. No segundo edifício, mais interior, construído de raiz para ser um equipamento social, localizam-se os espaços de cozinha, o refeitório, a despensa, alguns arrumos, a lavandaria, a maior sala de estar comum (“sala de convívio” ou “sala azul”) e três instalações sanitárias. É também neste edifício que se encontram os gabinetes de trabalho da equipa técnica e auxiliar. Há ainda uma sala de actividades para crianças (“*ludoteca*”), adjacente aos gabinetes de trabalho e um depósito onde, por exemplo, em caso de “abandono” da comunidade os pertences da mulher são guardados.<sup>87</sup>

Os dois edifícios encontram-se unidos por uma passagem superior coberta, que transparece o interior e o exterior, cujo (sonoro) movimento de passagem se faz notar

---

<sup>86</sup> *Itálicos* no original.

<sup>87</sup> Note-se que há um custo associado, desconhecendo-se o montante e a forma de funcionamento deste serviço.

mais nos momentos próximos às saídas e entradas quotidianas e nos tempos de refeições. Esta passagem, para além de ligar dois blocos fisicamente independentes é também uma *ponte* entre dois espaços com dinâmicas relacionais e significados distintos e que, interligados, constroem e corporificam a “casa-instituição”. Note-se que os dois edifícios compreendem espaços domésticos, no entanto, os espaços de trabalho apenas se localizam no bloco mais interno. Assim, se com frequência a equipa auxiliar se desloca entre os quartos, os gabinetes e o refeitório-cozinha, a equipa técnica, por sua vez, opta por permanecer no edifício mais interno, evitando deslocar-se “aos quartos”. Nos corredores que ligam os dois edifícios, os *espaços arruados da casa* (DaMatta 1997 [1984]: 40), encontram-se diversos painéis informativos onde constam, por exemplo, o plano diário e semanal de distribuição das tarefas domésticas, que deverão ser realizadas pelas mulheres<sup>88</sup>, bem como outro tipo de informação direccionada para as “utentes da comunidade de inserção”. Nas paredes desses mesmos corredores, assim como na “sala de convívio”, fotografias e frases estão expostas gerando-se uma atmosfera particular procurando-se marcar o espaço também enquanto lugar de afectos e de histórias felizes. Nas fotografias, sobressaem mulheres e crianças que se reconhecem, residentes e ex-residentes com os seus filhos e filhas, técnicas, auxiliares, por entre outras que não se conhece, marcando assim o *tempo* da casa e da instituição, pela marcação de momentos significativos na vida das mulheres mas, principalmente, na vida da instituição. As mulheres partem, a comunidade de inserção permanece.

Como um *habitus*, técnicas, funcionárias, residentes e até mesmo pessoas externas à Comunidade, entram no edifício comunitário pelo piso térreo do bloco mais interior, pelas portas adjacentes quer ao refeitório quer à cozinha. O facto de não existir funcionalmente uma porta principal de entrada comporta sentidos e significados que se interligam com o que foi explicitado nos pontos anteriores. Quem entra na casa faz parte da mesma ou, de alguma forma, encontra-se ligada a este lugar ou aos processos que aqui se desenvolvem (por exemplo, ex-residentes, outros técnicos de diversas áreas, advogados, pessoas ligadas à instituição que gere o espaço). Por outro lado, ao entrarem raramente atravessam “a ponte” que une os dois edifícios, permanecendo no edifício mais interno, que não está voltado para a rua, onde se concentram as divisões

---

<sup>88</sup> A equipa auxiliar e a funcionária que só trabalhava durante o período diurno geralmente auxiliavam as mulheres na execução das tarefas domésticas, bem como prestavam cuidados pontuais às crianças. Para as mulheres, existia uma grande diferença entre as trabalhadoras que eram “donas de casa”, como designavam, e as outras. Na sua opinião, as primeiras *ajudavam mais, sabem como pôr tudo a andar, são mais despachadas, sabem o que custa*. Era também frequente ouvir-se frases como *nota-se que a Aux. está em casa, hoje janta-se cedo, hoje está tudo pronto mais cedo que ela põe tudo a andar, orienta isto tudo*. Note-se que ser considerada “dona de casa” envolvia um conjunto de situações (saber quer tinham “uma casa”, “filhos”, “maridos”, “família” para cuidar) que se interligavam com a forma como as trabalhadoras se movimentavam nos espaços domésticos do equipamento.

directamente relacionadas com o trabalho que se desenvolve na comunidade de inserção (os gabinetes). A visita inesperada de uma pessoa da paróquia local vem reforçar esta ideia. Frequentemente as mulheres recorriam a espaços da paróquia local, muitas vezes, só para conversar *com alguém de fora*, necessidade que frequentemente expressavam. Procurando ser mais participativa, sensibilizada pelas dificuldades que as mulheres lhe revelavam em conciliar o trabalho e o cuidar das crianças, uma senhora resolveu dirigir-se à comunidade de inserção, sem aviso prévio, para oferecer os “seus serviços”, não tendo sido recebida, na sua opinião, de forma adequada: *a minha missão é religiosa, essa é a minha missão, é integrar estas mulheres na paróquia, afinal elas estão a viver aqui, ou não estão? (...) Fui lá com espírito de missão oferecer os meus serviços e olhe que quase nem da porta dos fundos passei. Receberam-me assim [alguém da equipa técnica ou auxiliar]<sup>89</sup>. A situação descrita revela dois aspectos importantes, designadamente, o facto de no contexto da comunidade de inserção qualquer pessoa externa, que chega de forma inesperada, constituir uma possível “ameaça”<sup>90</sup> e o facto de não existir um espaço “automaticamente” destinado para receber (como nas *suas casas*) essas mesmas visitas inesperadas, ou seja, pessoas fora da rede de relações institucional.*

Junto ao refeitório e cozinha, os locais por onde geralmente se entra na casa, não é preciso esperar-se muito tempo para que alguém passe. Com efeito, os pátios e os espaços de refeição e de cozinha são os lugares comuns mais frequentados, ponto de encontro entre as pessoas que aqui se movimentam, mulheres, crianças e trabalhadoras. Porém, as poucas actividades de grupo ou reuniões decorrem na “sala de convívio”.

Com excepção da existência de gabinetes de trabalho e da própria dimensão das divisões característica de um espaço onde habitam muitas pessoas, a maioria dos espaços atribui à comunidade de inserção uma organização semelhante à de uma casa comum (Hall 1986 [1966]: 122). Contudo, a sua ocupação também é reveladora das relações sociais particulares que aqui têm lugar. Como vimos, novas pessoas entram e saem com grande frequência, não permitindo a “estabilidade” necessária para que se criem outro tipo de relações mais próximas (Bourdieu 2001 [1994]: 94), como as que existem em muitos conjuntos habitacionais onde certos espaços que compõem uma casa (Hall 1986 [1966]) são partilhados (por exemplo, “as ilhas” ou “os cortiços”).

Tal como a casa é considerada um dos primeiros espaços para a socialização (Bourdieu 2001 [1994]), também a comunidade de inserção passa a ser a casa,

---

<sup>89</sup> Para além da senhora em questão, C. e Ab. relataram esta situação, no entanto, a mesma não foi presenciada.

<sup>90</sup> A propósito ver também Goffman (1961) e Douglas (1996 [1969]).

temporária e transitória, onde as mulheres reconstróem as suas “redes”<sup>91</sup> de relações. Contudo, é no quarto que se revela “o ser íntimo” de cada mulher e dos seus filhos e filhas, das famílias. Por outras palavras, é nos quartos que os universos familiares se realizam e se constroem enquanto “a casa” porque, como Baudelaire disse, *num palácio não há lugar para a intimidade* (Bachelard 1994 [1958]: 29).

### 2.3.1 Construindo a intimidade: o quarto enquanto a casa

“O meu cantinho, estou tão bem no meu cantinho. Fecho os olhos, durmo e lá me vêm chamar, lá tenho de ir para a rua” [C.]

Para Bachelard (1994 [1958]), a palavra *casa* comporta todo um conjunto de significações simbólicas que nos remetem para um espaço onde o *Eu* se sente abrigado, protegido. Neste sentido, a comunidade de inserção mesmo tratando-se de uma casa provisória constrói-se como o lugar de abrigo e protecção. No entanto, no quotidiano das relações que se estabelecem na comunidade são os quartos que se tecem como casas. Se a comunidade é o espaço em que habitam, o quarto transforma-se progressiva e gradualmente no lugar de habitar. Assim, a disposição dos quartos e a forma como as mulheres vivem os quartos são um reflexo do modo como percebem e significam o presente momento que atravessam, mas também reflectem momentos passados agora reconstruídos (Berlato *et al.* 2008: 12). Na comunidade, o quarto torna-se a expressão da individualidade, por um lado, e do seu universo familiar, por outro.

A própria distribuição inicial dos quartos conduz nesse sentido. Com efeito, em cada quarto procura-se alojar uma família: *mesmo que o quarto seja pequeno e que sejam três, procuramos que as famílias fiquem juntas (...) até agora tem sido possível*, explicava a directora. Deste modo, num primeiro momento, a disposição do quarto adapta-se à nova família que chega. Da disposição padrão, camas, berços, cómodas são moldadas ao espaço e à família. Com o tempo de permanência, o quarto vai adquirindo a marca dessa família. Fotografias, colchas, lençóis, almofadas, rádios, televisões, objectos decorativos começam a decorar os quartos substituindo os objectos *standard* cedidos durante a entrada.<sup>92</sup> Não há muitas regras estabelecidas em relação aos usos e disposição dos quartos e as que existem prendem-se com a limpeza e segurança dos mesmos e segurança e bem-estar das crianças.

Desta forma, cada quarto espelha a família que aí vive, os seus gostos, preferências, *habitus*, tornando-se um encontro de perspectivas, de memórias passadas

<sup>91</sup> “Rede”, termo muito utilizado pelas psicólogas e pelas mulheres.

<sup>92</sup> Note-se que muitas mulheres e os seus filhos e filhas chegam sem os seus pertences, sendo que a recuperação dos mesmos está, muitas vezes, dependente de processos judiciais, não sendo, portanto, imediata e pode nunca ocorrer.

com o presente que agora se constrói na comunidade de inserção (Berlato *et al.* 2008: 12). Se a aparência dos quartos é reveladora dos diferentes modos de estar no mundo, os usos dos quartos trazem profundidade ao que o olhar capta. Cada mulher relaciona-se com o seu quarto de uma forma muito própria que se traduz, por exemplo, no manter a porta aberta ou fechada, as persianas corridas ou não, nos hábitos de limpeza e nas próprias actividades que aí desenvolve (*idem*: 13). Assim, existindo uma lavandaria equipada na comunidade, algumas mulheres preferiam passar a ferro nos seus quartos. Como C. referiu: *vou passar a ferro para o meu quarto, fico lá, ligo a televisão e ocupo o tempo. Distraio-me, estou lá sossegada, fecho a porta, o meu filho está a brincar lá fora com o filho da Ab. e assim se passa o tempo (...). Na minha casa também fazia o mesmo (...). Não penso no que não devo* [risos]. Outro exemplo elucidativo era o deixar ou não a porta aberta quando se ausentavam. Para prevenir e controlar pequenos roubos, uma das regras de funcionamento do equipamento era a de que a porta deveria manter-se trancada se as ocupantes se ausentassem. Contudo, algumas mulheres pareciam bastante relutantes em trancar a porta dos seus quartos alegando que o que era preciso era “apanhar a ladra”, mesmo perante o argumento das auxiliares e de outras mulheres “que a ocasião faz o ladrão”.<sup>93</sup> Em contra-resposta, uma mulher (Ab.) referia: *se eu na minha casa nunca tranquei nada, não é aqui que vou trancar. Na minha casa deixava tudo aberto e nunca me desapareceu nada. A porta está aberta se quiserem entrar entrem. Agora se eu nunca tranquei a porta!* A “falta” de limpeza de alguns quartos também era um assunto muito comentado entre mulheres e funcionárias que, por sua vez, frequentemente atribuíam como motivo a “origem” e inexperiência das mulheres, neste caso, quando se tratava de jovens. Com efeito, certos comentários eram comuns como, por exemplo: *elas ainda têm de aprender, não podem fazer o que não sabem; temos de ensiná-las, temos de estar sempre em cima delas; com algumas tem de se começar a explicar regras daquelas básicas porque nunca tiveram quem lhes ensinasse.*

Para além de objectos pessoais, os quartos têm fotografias que transportam as mulheres para tempos e lugares passados, muito deles recentes. Casamentos, baptizados, aniversários, fotografias de passe que trazem memórias reconstruídas passadas para o presente comunitário (*idem*: 12). Assim, ao descreverem as fotografias, mais do que falar dos eventos que elas retratam as mulheres falam de relações e de lugares que, na situação particular que atravessam, lhes parecem impossíveis de

---

<sup>93</sup> Uma jovem mulher há relativamente pouco tempo na comunidade, foi acusada por outra de roubar objectos e dinheiro. As opiniões dividiam-se, havendo quem achasse que era alguém que se estava a aproveitar da fragilidade dessa jovem para a incriminar. Para a análise, importa referir que semanas mais tarde, já bastante isolada, a jovem fugiu com a sua filha bebé.

reconstruir, reencontrar ou regressar. Para além das fotografias expostas, muitas mulheres guardam nas suas gavetas fotografias e outras recordações como, por exemplo, as fotografias dos seus companheiros e ex-companheiros. Como no caso de uma mulher, T., *na comunidade para poder ficar com o seu filho* e de Ab., vítima de violência doméstica<sup>94</sup>.

Assim, se esta é a casa onde vivem no presente momento, onde socializam, é o quarto que é tecido como a casa. Quando falamos dos quartos, os corredores que lhes estão adjacentes ganham a forma de ruas, as famílias que dormem nos quartos ao lado tornam-se vizinhas e os restantes espaços tornam-se zonas de serviços. Como DaMatta (1997 [1984]: 40) refere, a propósito da casa brasileira, “se a casa distingue esse espaço de calma, repouso, recuperação e hospitalidade, enfim, de tudo aquilo que define a nossa ideia de ‘amor’, ‘carinho’ e ‘calor humano’, a rua é um espaço definido precisamente ao inverso”<sup>95</sup>. Para as mulheres, se a comunidade é um lugar de “abrigo e protecção” (Bachelard 1994 [1958]), quando estão nos seus quartos, os restantes espaços transformam-se “em ruas”.

#### **2.4 Os sentidos do lugar: os sons e os sabores da casa.**

“... não há outro meio de sentir o mundo, de ser permanentemente atravessado e alterado por ele. O mundo é uma emanção de um corpo que o penetra. Um vai e vem instala-se entre a sensação das coisas e a sensação de si. Antes do pensamento, há os sentidos. Dizer com Descartes “*eu penso, logo existo*”, é omitir a imersão sensorial do homem no mundo. “*Eu sinto, logo existo*”, é uma outra forma de afirmar que a condição humana não é inteiramente espiritual, mas primeiro corporal.” (LeBreton 2006: 13)

As percepções sensoriais são antes de mais “projeções de significados sobre o mundo” a partir das relações que estabelecemos com esse mesmo mundo, pela forma como o percebemos através do nosso corpo (LeBreton 2006: 16). Assim, a forma como fomos ensinados simbolicamente a perceber o que nos rodeia e as nossas experiências pessoais marcam as nossas percepções sensoriais (LeBreton 1998, 2006). Como LeBreton (2006: 17) refere, os sentidos não são como espelhos que registam as coisas com indiferença, “são filtros que retêm apenas na sua peneira o que o indivíduo aprendeu a colocar ou o que ele procura identificar precisamente através da mobilização dos seus recursos”. Percebido desta forma, o homem não é um organismo biológico mas sim uma “criatura de sentidos, por isso, diante do mundo, o homem nunca é um olho, uma orelha, uma mão, uma boca ou um nariz” mas sim um olhar, um ouvir, um tocar, um degustar, um cheirar, ou seja, toda uma actividade que lhe permite apropriar-se simbolicamente desse mundo em que se insere (*idem*: 27).

---

<sup>94</sup> Ab- guardava algumas fotografias do ex-marido com os filhos, para os filhos saberem quem é o pai, principalmente o filho mais novo que tinha menos de um ano quando chegou ao equipamento social.

<sup>95</sup> Aspas no original

Neste ponto pretende-se pensar o modo como as mulheres experienciam, percebem e significam o momento que atravessam também como um encontro entre percepções sensoriais. Se pensarmos na metáfora da peneira que LeBreton (2006: 17) refere, na comunidade de inserção as mulheres reconstruíam e ajustavam as redes e os arames das suas peneiras, não só diminuindo as arestas mas também aumentando-as, tornando-se indiferentes ao que antes lhes era significativo. Principalmente os sons e os sabores, mas também os cheiros, marcavam profundamente as suas percepções e experiências salientando uma forma particular de engajamento com o lugar comunidade. Se são os sentidos que conduzem este ponto do trabalho, recorre-se aos mesmos enquanto contributo importante para a análise que se apresenta.

#### **2.4.1. Os sabores da casa**

O acto de comer tem mais “sentidos” do que o simples alimentar de um corpo (LeBreton 2006: 390). Os gostos alimentares são particularmente diversos e envolvem uma pluralidade de aspectos, variando entre culturas, bem como ao longo dos tempos, estando relacionados com a própria história de vida das pessoas (*idem*: 390). Com efeito, comer é um “sistema de valores em acção” (*idem*: 399) em que o que é considerado como “gostos legítimos ou agradáveis” corresponde também ao estabelecimento de normas alimentares (*idem*: 418). Assim, o que é percebido como “bom” ou “desagradável” (*dégoûtant*) mais do que advir de características naturais são construções sociais e culturais que começam a ser tecidas desde que nascemos (*ibidem*), ou até, antes mesmo de nascermos. Gostar e não gostar de um alimento resulta de processos de socialização (*idem*: 389, 419), *habitus* simbolicamente construídos *no e pelo* quotidiano das relações sociais, sobretudo nas que se processam no grupo doméstico a que pertencemos onde o acto de comer assume significados profundos (Yanagisako 1979; Drake 1996 [1994]; Bourdieu 2001 [1994]; Creed 2000). Como LeBreton (2006: 337) refere, “os hábitos culinários familiares introduzem a criança aos diferentes gostos, às suas quantidades, à sua sucessão, acostumando-o aos sabores, aos produtos, aos condimentos, que eventualmente se tornarão indispensáveis para ele”. Aprender a saborear um prato é em primeiro lugar entrar “num registo cultural e numa partilha de valores” (*idem*: 337). Saborear a comida “é uma forma interiorizada de escolha e evitamento, uma memória num acto da infância tal como a história pessoal a matizou ou refinou” (*ibidem*).

Os momentos das refeições são dos poucos momentos verdadeiramente partilhados entre todos. As mulheres, as crianças e quem aqui trabalha almoçam, lancham e jantam no mesmo período de tempo, embora nos almoços e lanches dos dias de semana de trabalho apenas um número reduzido participe nos mesmos. Pelo contrário, praticamente todas as mulheres e os seus filhos e filhas jantam em casa, bem como, pelo menos, uma auxiliar. Para preparar o momento de jantar, desde o acto de preparar a comida até à limpeza do refeitório, são necessárias cerca de quatro horas. Todos os dias, pessoas diferentes preparam as refeições e limpam o refeitório em regime de rotação de tarefas, envolvendo quotidianamente cerca de quatro mulheres.<sup>96</sup> As refeições, definidas semanalmente, são compostas por pratos comuns em Portugal e organiza-se em sopa, prato principal, sempre acompanhado de carne ou peixe, e sobremesa, geralmente fruta. Há ainda comida para bebés e crianças de várias idades. A maioria das mulheres considera que a comida é fácil de preparar, porém, no caso de uma jovem mulher ganense, Gr., decifrar a ementa e saber como prepará-la revela-se uma tarefa “menos fácil”. Num almoço de um dia de semana em que Ab. e Gr. estavam como habitualmente escaladas, Ab. tentava explicar a Gr. como preparar “massa à bolonhesa” e “salada à juliana”:

Ab.: Oh Gr., isto não tem nada que saber, *understand?* É que eu falo inglês, aprendi lá na praia quando atendíamos os turistas. Posso te explicar em português ou inglês. Então, olha azeite, sabes o que é azeite? Picar cebola e lá para dentro, não tem nada que saber, *OK?* Não stresses que isto não custa nada, picar cebola não custa nada. A salada, eu vou ligar lá para cima<sup>97</sup> (...). É só ver a que sobrou de ontem e ver se é preciso fazer mais. Hoje saís daqui a saber fazer massa com carne, amanhã não digas que não sabes. *Understand what I say, she knows, she knows*, ela às vezes também faz que não sabe, não é?

Para além de não conhecer muito bem “a comida”, de não compreender ou se expressar bem em português, Gr. também não sabe ler<sup>98</sup>, tornando-se impossível decifrar a ementa sem a ajuda de funcionárias ou de outras mulheres. Por sua vez, as restantes mulheres reclamavam quando dividiam as tarefas com Gr.: *tem de se explicar tudo, ela nem descascar batatas sabe, tira metade da batata*, aludindo à forma como Gr. descascava as batatas, diferente da que estavam habituadas e desadequada para os materiais de corte que existiam na cozinha. Nem sempre era possível estarem duas mulheres escaladas para cozinhar. Contudo, havia quem de facto preferisse “estar sozinha na cozinha” e que optasse por preparar o jantar quase sem ajuda.

---

<sup>96</sup> Em termos proporcionais, cerca de um terço das mulheres. Já no período final de trabalho de campo foi decidido pela equipa técnica que, para além das mulheres envolvidas na preparação da comida e posterior limpeza do refeitório, uma outra mulher ficaria a tomar conta dos filhos e filhas das primeiras. Quando três mulheres abandonaram, inesperadamente, o equipamento social, num curto espaço de tempo, as tarefas chegaram a ser repartidas apenas entre 9 mulheres. Embora, na generalidade, gostassem de ter “menos gente em casa”, referiam que era importante manter um equilibrado de mulheres por causa das tarefas domésticas.

<sup>97</sup> Junto à porta contígua à cozinha estava um telefone, muito usado pelas mulheres para trocar “recados” ou esclarecer dúvidas com a equipa auxiliar.

<sup>98</sup> Note-se que apenas uma mulher sabia que Gr. não sabia ler.

A percepção de que as tarefas domésticas não eram equitativamente distribuídas ou bem desempenhadas era dos focos de tensão mais comuns, motivo de frequentes reclamações e de algumas discussões. Algumas mulheres apontavam como solução arranjar alguém “de fora” para, por exemplo, cozinhar, uma funcionária ou uma voluntária, como J. referia: *devia existir uma funcionária na cozinha, uma voluntária, alguém de fora que viesse cá só nessas horas, não devíamos ser nós a cozinhar. É que há aqui mulheres que não sabem cozinhar, não têm cuidados de higiene e nós e as crianças temos de comer aquela porcaria*<sup>99</sup>. Era também comum conversarem sobre os seus hábitos culinários, referindo, *isto é melhor assim, nós na praia sabemos muito bem preparar peixe e marisco* ou isto é bom quando se põe este ou aquele ingrediente. Ideias de como preparar pratos diferentes dos habituais gerava intensas e animadas conversas envolvendo tanto as mulheres, como as auxiliares e as técnicas da casa.

Como um *habitus*, na hora de jantar, momento em que praticamente todas as mulheres e os seus filhos e filhas estavam em casa, os mesmos lugares eram ocupados pelas mesmas mulheres e crianças. Quem dispunha os pratos na mesa, distribuía-os quase sempre sabendo a quem os pratos, que posicionava num determinado lugar específico, se destinavam. Assim se compreende que a saída inesperada da comunidade de inserção de duas jovens mulheres, levando os seus respectivos filhos, bem como a saída de uma mulher depois lhe ter sido retirado o seu filho bebé, choque mais as mulheres nos momentos de refeição. A propósito diziam: *faz-me confusão olhar ali para a mesa e ver aquele canto vazio, já estava habituada a ver a An. com os meninos ali* [Cl.]; *quase desde que nasceu ver o menino ser ali alimentado à nossa frente e agora tiraram-lhe o menino, estas coisas mexem connosco, é que ele estava todo o tempo connosco* [C.].

Os momentos de refeição, sobretudo durante o jantar, nem sempre são tranquilos. Como referia R., *é muita criança e muita mãe junta, uma chora a outra chora a seguir*. Por exemplo, E., vítima de violência doméstica, única mulher sem filhos ou grávida com quem se conversou, após alguns dias na comunidade de inserção comentou: *quem olha para este refeitório pensa que esta é uma casa de loucas, meu deus e olhe que eu trabalhava num infantário antes de vir para aqui*. Por vezes, alguns

---

<sup>99</sup> Note-se que tal será muito difícil, pois a instituição que gere este espaço não dispõe de fundos ou funcionárias disponíveis para desempenhar esta função. Contudo, não se sabe se caso tivessem disponibilidade recorreriam a esta solução, uma vez que “saber fazer comida” faz parte dos cuidados básicos que uma mãe/ pai/ pessoa tem de estar apta a fazer para cuidar sozinha de um bebé ou criança. Durante o período de trabalho de campo, muitas mulheres estavam na comunidade com processos relativos à guarda dos seus filhos e filhas. Assim, a comunidade de inserção tinha de supervisionar (ou, como as mulheres referiam, *avaliar*) se seriam ou não capazes de cuidar das suas crianças em autonomia.

conflitos mais sérios chegavam mesmo a eclodir nos momentos de refeição espelhando *habitus* diferentes que se interligavam com o presente momento vivido pelas mulheres e crianças. Tal fica patente numa discussão motivada pelo facto de uma das crianças não desejar comer sopa. Pelas palavras da mãe [C.]:

“O meu F. não gosta de sopa, é como eu. Mas eu sou adulta e sei que tenho de comer sopa aqui, Só que ele não gosta e ele já não é uma criança, já tem 12 anos, não se dá uma palmada e ele cala-se. Então ele diz que não quer comer a sopa. Às vezes ele quando não apanha ninguém deita a sopa fora. Mas no outro dia a doutora embirrou com ele, que ele tinha de comer a sopa. Ele também a não ceder, não como, não como e não como. Ela, não sais daqui enquanto não comeres a sopa. Ali a embirrar com ele. Aquilo tava-me a fazer tanta confusão. A G.<sup>100</sup> também estava a ver e disse come um bocado, para ver se passava. (...) Até a G. se foi embora. (...) Embirraram ali os dois um com o outro. Acha que disse alguma coisa? Eu ali cheia de vontade de dizer. Ó pá se o miúdo não quer a sopa deixa-o em paz. Eu disse ao meu F. que ele tem de vir almoçar antes das doutoras para elas não verem. Mas eu sou adulta e ele é uma criança. (...) Em minha casa ninguém come sopa, na minha casa ninguém gosta de sopa. Eu aqui como porque sei, já era assim na outra instituição. Esta casa... ser obrigada a comer sopa ao almoço e ao jantar. São regras da casa mas ser obrigada a comer sopa custa-me. Eu não sou capaz de dizer e isto custa-me muito. Quando é comigo é uma coisa mas quando é com ele custa-me muito, quando implicam com ele. (...) É muito chato, porque não implicam comigo? Aquilo mexe muito comigo. Se fosse outra mãe se calhar era capaz de lhe dizer, mas ele não come sopa, quem manda sou eu e pronto. Não sei, mas eu não consigo. Nem devo [risos]. Se eu for mal-educada [risos] caem-me em cima, assim se for bem-educada... Como sopa e pronto, mas ele não percebe estas coisas e só arranja confusão. Eu tenho de me ir embora quando estas coisas acontecem porque depois já se sabe, enervo-me. O meu filho depois ainda apanhou uma palmada no quarto”.<sup>101</sup>

Como o excerto transcrito revela, *habitus* familiares alimentares têm muitas vezes de se ajustar a *habitus* mais institucionais. Porém, não se trata apenas de “reter” novos gostos “na peneira” das percepções sensoriais. Na comunidade de inserção, o que é considerado como “*bom*” interliga-se com o processo que aqui se vive e, por isso, não gostar e não querer comer sopa é rejeitar um “alimento legítimo” que faz parte das *normas*, podendo tornar-se um pequeno “obstáculo” ao processo que aqui se vive.

#### 2.4.2. Os sons e os ecos

“Os almoços até que nem são complicados mas o jantar é muito complicado. (...) Aqui o ambiente é muito pesado, ainda não me consegui enturmar (...) Você sente que o ambiente é pesado. Ver aquilo tudo ali em baixo ainda me faz confusão. Talvez daqui a uns dias eu também esteja ali a gritar junto com elas, daqui a dois, três dias, uma semana, um mês eu possa sentar e conversar com uma das meninas, igual como estou agora conversando com você. (...) Eu já estou acostumada, minhas colegas gritavam muito umas com as outras e eu pensava, se falassem comigo assim eu partia para cima. Mas depois nada acontecia, fica tudo normal. Eu acostumei com isso. Eu até agora só falo com a Gr., ela não fala muito a língua, mas não grita. É mais fácil. De manhã se você sabe que as pessoas estão a dormir o que você tem de fazer é falar baixo, evitar os gritos e não é nada disso. Isso às 7:30. As crianças gritam porque a mãe grita. Grita uma, gritam todas de seguida. Uma dor de cabeça. Eu consigo levar as pessoas numa boa desde que não gritem comigo. Aqui todo o mundo grita. Gritou comigo eu sou outra pessoa. Não consigo”. [Relato de E. recém-chegada, sem filhos consigo, tendo permanecido menos de um mês no equipamento social)

Um som contínuo acompanha o quotidiano das nossas vidas dando-lhe tons familiares (LeBreton 2006: 115). No entanto, se é possível controlar o que se vê com relativa facilidade pela acção de um fechar de olhos, deixar de ouvir sons revela-se uma tarefa bastante mais difícil, uma vez que estamos (aparentemente) constantemente abertos para o mundo sonoro que nos envolve (*idem*: 113). Assim, sons familiares são

<sup>100</sup> Funcionária da comunidade, a única que, por opção, se individualiza.

<sup>101</sup> Nessa mesma semana, C. levou o filho a lanchar numa casa ligada à paróquia local, lugar que frequentava habitualmente perto da hora do lanche. *O meu filho gosta de lá ir porque tem coisas que não tem ali* [comunidade de inserção], *é para o compensar*, referia.

criados ao serem associados a uma determinada acção e a um determinado objecto, construindo um conjunto de significados que participam na forma como se percebe e experimenta o mundo (*idem*: 116). Os sons, como LeBreton (2006: 118) refere, “estão associados à afectividade e a uma significação que os filtra”, que permite estarmos atentos ou ignorar certas sonoridades de acordo com as circunstâncias com que nos deparamos, onde também participam as nossas experiências e memórias passadas. Deste modo, o que é um som aceitável para uma pessoa pode ser interpretado como um ruído por outra (*idem*: 131). Por outro lado, as percepções sonoras não são contínuas, são construídas numa constante mediação com o mundo que as rodeias, que vai tornado as pessoas sensíveis ou indiferentes a certos sons, também de acordo com os momentos e com os lugares que ocupam no quotidiano das suas vidas.

Para quem chega à comunidade de inserção, os sonoros (ou ruidosos) jantares constituíam geralmente um problema. Muitas mulheres faziam mesmo referência a certas propriedades contagiantes que esse *barulho*, como designavam, parecia possuir: *quando cheguei não era nada assim, a casa transforma-nos* [C.]; *até eu já grito com o meu filho* [Cl.]. Para as mulheres, existia uma clara associação entre o barulho e a sua própria irritabilidade e das crianças no dia-a-dia, alegando ser impossível controlarem-se e controlarem os seus filhos e filhas com tanto ruído.<sup>102</sup> Como referiam, *aquele chora o meu chora também depois não há quem aguente, assim não dá* [M.], *isto há dias em que só apetece fugir, o problema são as mães que não têm mão nos filhos, quando duas [mulheres] não estão nota-se logo* [C.]. Com efeito, algumas mães e crianças eram muitas vezes identificadas como as causadoras de toda aquela *confusão*, como diziam. No processo de falar fazer-se ouvir pelos seus filhos e filhas, por outras mulheres e pelos filhos e filhas dessas mesmas mulheres, os jantares eram marcados por uma escala sonora cujos picos variavam de acordo com as tensões geradas.

Num espaço com momentos de ruído tão intensos, os momentos de silêncio eram particularmente notados, trazendo outros lugares para a comunidade de inserção. *Ai que silêncio, nem parece que estamos onde estamos, já parece a minha casa* [J.]; *Paz e sossego, não se ouve ninguém, não está ninguém, só estamos nós* [Fa.]. Deste modo, a comunidade pelas percepções sensoriais construía-se enquanto lugar “de barulho”, de movimento, por oposição à casa, como lugar do silêncio, da tranquilidade (Bachelard 1994 [1958]). Assim também o quarto se transformava na casa (*idem*). Mas se os sons

---

<sup>102</sup> Hall (1986 [1966]: 58) faz referência à história de um arquitecto que conseguiu reduzir os conflitos e a tensão que existia numa empresa pela harmonização do campo visual e auditivo.

revelavam-se perturbadores para quem aqui mora, os seus *ecos* no futuro tornam-se ambíguos. Com efeito, no momento da saída eram os sons que pautavam as memórias reconstruídas do passado, trazendo para o presente a “casa-instituição” que agora também se tecia apenas como *casa*, uma casa do passado.<sup>103</sup> Como J. constatou, *ainda no outro dia encontrei a dona M. ai a chorar, chorava, chorava. Elas [ex-moradoras] vêm cá, sentem falta disto. Não percebo como. (...) Eu até entendo, saem daqui e sentem falta do barulho desta agitação toda. Mas eu quando sair é nunca mais. (...) Se calhar vai-me acontecer o mesmo.* Nas palavras de Ra., que morou nove meses na comunidade sobre os primeiros tempos fora da comunidade de inserção:

“No princípio foi muito difícil [depois de sair da comunidade de inserção] (...) Lá, cheguei a ter dores de cabeça só de olhar para a porta, antes de entrar. As crianças sempre aos gritos a chorar. Lá há mães de uma mama só. Só querem saber dos seus, se o outro chora não interessa. E batem nos filhos dos outros se for preciso. Só interessa o choro bom dos delas. E eu não me meto em briga de criança, minha filha é ensinada a se defender. Assim que o meu filho nasceu e eu fiquei bem dos pontos comecei logo a rezar para sair. Ia para a varanda rezar. (...) Aquela casa é como um barco que fica ali e demora a partir. Finalmente saí dali. (...) Pensei que os meus filhos iam estranhar mas afinal quem estranhou fui eu. Pensei que iam sentir falta das outras crianças, iam estranhar o silêncio. Eles ficaram muito felizes. Aquele barulho acredita que senti falta? [risos] Eles não, eles habituaram-se logo, afinal fui eu que demorei mais. Ficava aqui, não conseguia dormir. Lembrava-me de tudo, dos jantares [risos], das conversas. Foi um momento importante na minha vida. Estive grávida ali. (...) Sempre que vou lá e vejo aquilo tudo lembro-me. Marcou-me mas foi bom sair dali. Os meus filhos são outros. Minha filha estava muito mal-educada, gritava, reclamava. Já não tinha controlo nela. Eu ali não podia educá-la como eu quero porque as crianças vêem os outros fazer e querem fazer também. Eu não quero ter que estar sempre em cima da minha filha. (...) Mas sempre que lá entro e ouço a gritaria toda lembro-me. (...) São momentos da vida, também houve coisas boas apesar de tudo o que eu ali passei.”

Pelas percepções dos sentidos apropriamo-nos dos espaços que nos envolvem transformando-os em lugares, pela activação de memórias passadas que se relacionam, por vezes de forma conflitiva e contraditória, com as vivências do presente. Numa troca simbólica constante, vamos desejando estar em lugares e rejeitando estar noutros. Por vezes, lugares que se rejeitava do passado adquirem significados profundos no presente, espaços que poucos significados pareciam ter, como mostra o exemplo de Ra., tornam-se nos lugares do passado. As pessoas não só percebem o espaço de forma diversa, mas também o experimentam de forma diferente e produzem percepções sensoriais sobre os mesmos também diferentes (Hall 1986 [1966]; LeBreton 2006). Assim, pelas percepções sensoriais produzidas pelas pessoas pode-se atribuir sentidos *densos* ao modo como percebem, experimentam e significam os lugares que lhes são significativos, contribuindo para enquadramentos teóricos mais abrangentes (*idem*).

---

<sup>103</sup> Rapport *et al.* (2003 [2000]:161) referem alguns paradoxos presentes na literatura antropológica associados à construção da casa (*home-making*), por exemplo, a ideia de que por vezes “é por meio da transitoriedade e pelo deslocamento que se alcança um sentido de pertencimento”.

## 2.5 "Uma casa de mulheres": breve nota sobre questões de género

"Isto nem parece uma casa de mulheres". [Comentário de uma auxiliar, entre o refeitório e a cozinha, ao encontrar o espaço sujo e desarrumado.]

O desenvolvimento dos estudos sobre o género, impulsionado pelos trabalhos feministas da década de 70, abriu novas áreas de investigação e levantou novas questões sobre as diferenças percebidas entre homens e mulheres nos diversos contextos de investigação (Ortner 1974; Rosaldo 1974; Yanagisako *et al.* 1987; Morgen 1989: 9; Ortner 1996; Bourdieu 2002 [1972]). Na tentativa de encontrar explicações sociais para as diferenças e desigualdades percebidas, as análises acabaram por cair em universalismos antigos ao procurarem explicar as diferenças entre homens e mulheres através de dualismos como, por exemplo, natureza/ cultura<sup>104</sup> e doméstico/ público<sup>105</sup>, nos quais se inscrevem relações de poder, tidos como universais (Yanagisako *et al.* 1987; Morgen 1989: 9; Ortner 1996). Ao pensarem as diferenças (e desigualdades) entre homens e mulheres como universais, por um lado, e como resultantes dos mesmos processos, por outro, acabavam, de certa forma, por legitimá-las. Nem todas as culturas percebem da mesma forma as diferenças entre homens e mulheres (Yanagisako *et al.* 1987: 49; Ortner 1996; Bourdieu 2002 [1972]) e, em termos analíticos, como a realidade tem mostrado, revela-se mesmo pouco vantajoso pensá-las enquanto categorias analíticas limitadas (Ortner 1996: 137). Partindo deste ponto de vista, procura-se pensar brevemente o equipamento social comunidade de inserção enquanto lugar, por vezes, percebido por quem aqui transita também como um lugar "de mulheres para mulheres": "uma casa de mulheres".

As mulheres que viviam e trabalhavam na comunidade de inserção, por vezes, percebiam este lugar também como uma "casa de mulheres". Como Fa. costumava referir, *aqui não há homens, aqui não entram homens, ó égua*. No entanto, o recurso ao termo "casa de mulheres" não era propriamente uma afirmação positiva<sup>106</sup>, reafirmando a casa enquanto "casa de mulheres". Com efeito, estávamos numa "casa de mulheres" quando a casa se encontrava de forma diferente da que deveria estar, ou seja, suja, desarrumada, desorganizada (*nem parece uma casa de mulheres*), quando se falava dos aspectos menos bons que entediavam também mediar as relações entre homens e mulheres e, por isso, era melhor que os homens se mantivessem afastados da comunidade de inserção, mas também, pelo contrário, precisamente por estarem numa "casa de

<sup>104</sup> Cf. Ortner (1974)

<sup>105</sup> Cf. Rosaldo (1974)

<sup>106</sup> Utiliza-se o termo "positivo" no sentido de "empoderamento".

mulheres”, algumas mulheres consideravam que “fazia falta um homem” Veja-se, por exemplo, o excerto de uma conversa com J.:

“Eu acho que os problemas na casa começam por ser só mulheres na casa, isto é uma casa só de mulheres estavam à espera que não houvesse problemas? Há muita cusquice, toda a gente quer saber da vida de toda a gente, toda a gente se mete na vida de toda a gente. Faz falta aqui um homem. É o que eu digo, faz falta aqui um homem [risos]. Mas por motivos óbvios não podem haver homens na casa. (...) A dona D., por exemplo, tem fobia a homens. Ela por causa dos anos de violência que viveu não pode ver um homem à frente. E como ela há muitas. Falta um homem cá para acalmar os ânimos mas como não pode ser temos que nos entender. Mas que faz falta, faz”.

Diversos estudos etnográficos mostraram que em muitos contextos existe uma associação do masculino e do feminino a diferentes domínios espaciais, sendo que o universo feminino estava frequentemente associado a esferas mais domésticas (Yanagisako *et al.* 1987; Ortner 1996; Bourdieu 2002 [1972]; Low *et al.* 2003: 8). Assim, quem mora na comunidade também reflectia, em parte, os “papéis sociais” que frequentemente aparecem atribuídos a cada género. Contudo, mais do que representar “papéis”, o que os recursos ao termo “casa de mulheres” demonstravam é que a sua utilização tornava-se uma forma de mediação entre a instituição e as próprias mulheres transmitindo-se, por exemplo, a ideia que tinham de cuidar do espaço, entre vivências passadas e o presente momento e entre os diversos ocupantes do espaço que, às vezes, pareciam não se entender.

Por outras palavras, a comunidade era uma “casa de mulheres” quando existia a necessidade de atribuir novos sentidos ao que se tinha desorganizado ou estava em situação ambígua, reflectindo mais os processos que se vivem, individual e colectivamente, nas suas histórias recentes (às vezes não tão recentes) e na comunidade de inserção, do que representar formas de perceber simbolicamente o mundo que as rodeia e no qual vivem as suas vidas. Assim se explica, por exemplo, que Fa. para quem os homens *longe com eles*, olhe para o seu filho rapaz e comente *o meu filho vai ser um grande homem, não vai?*

Reflectindo uma tendência para um dualismo vítima/ agressor que caracteriza os processos vividos por algumas mulheres que estão na comunidade de inserção, os homens, em certas circunstâncias, são representados como figuras diabólicas ou, pelo mesmo efeito, mas em reflexo inverso, como seres com poderes tais que são capazes de trazer ordem onde os outros seres não conseguem. Contudo, como foi exposto, no quotidiano das vidas das mulheres e dos seus filhos e filhas, estas representações diluem-se em múltiplos sentidos, muitas vezes, ambíguos e contraditórios.

### CAPÍTULO 3. As histórias nas conversas

Em termos gerais, duas formas de *narrar* as suas “estórias” – *stories* – (Burgess 1997; Poirier *et al.* 1999) sobre os seus percursos até à comunidade de inserção marcavam as narrativas das mulheres que viviam ou viveram na comunidade de inserção<sup>107</sup>. Discursos profundamente desorganizados, confusos, emocionados, cujo sentido é difícil de tecer uma vez que as datas, os nomes e os lugares são constantemente trocados, pautavam frequentemente as narrativas de quem chega pela primeira vez à comunidade, muitas vezes depois de uma experiência, em toda a sua dimensão, traumática. Da mesma forma, discursos também eles desorganizados e ambíguos marcavam as narrativas contadas por outras mulheres, recém-chegadas ou não, cuja entrada na comunidade de inserção continuava a não fazer muito sentido, uma vez que, por vontade delas, teriam permanecido em suas casas com os seus filhos e filhas. Outros discursos, pelo contrário, revelavam-se profundamente coerentes, evidenciando todo um processo de reflexão e até mesmo de aprendizagem individual, mas também orientada por técnicos(as) e especialistas das mais diversas áreas como, por exemplo, psicólogos, assistentes sociais, advogados, juízes, médicos e outros técnicos de saúde<sup>108</sup>.

Com efeito, as “estórias” das mulheres que estavam na comunidade por terem sido vítimas de violência sobre o seu percurso até à comunidade de inserção eram, muitas vezes, apresentadas como se tivessem sido previamente escritas pelas próprias, o que de facto aconteceu em alguns casos<sup>109</sup>. Organizadas, interiorizadas, controladas, deixando, consciente ou inconscientemente, pouco espaço para possíveis interpretações que fossem muito além da informação que era transmitida e também pouco espaço para mudanças, adquirindo uma dimensão quase mítica que se assemelhava, em muito, às narrativas de exílio (Malkki 1995; Rapport *et al.* 2003 [2000]: 156). Como Malkki (1995: 52) refere, a propósito das narrativas construídas por refugiados Hutu do Burundi

---

<sup>107</sup> Note-se que apenas se conversou com duas ex-moradoras da comunidade de inserção.

<sup>108</sup> Como linha orientadora segue-se a perspectiva de que para se compreender a linguagem mais do que a estrutura do discurso é importante estar-se atento aos seus usos sociais (Bourdieu 1998 [1982]).

<sup>109</sup> Estas mulheres foram vítimas de violência, doméstica e não só. Para além de estarem a ser seguidas por profissionais de diversas áreas com quem tinham de conversar sobre as situações de que foram vítimas, tinham, ou tiveram recentemente, processos em tribunal relativos às mesmas. Foram estas circunstâncias que também as conduziram a residir no equipamento social comunidade de inserção. Existia uma significativa diferença entre as mulheres que estavam no início, a meio e em fase final dos processos, como Frois (2009: 82-86) nota em relação aos membros que participavam nas reuniões das associações Anónimas por comparação com as pessoas que já participavam há mais tempo. Por exemplo, os discursos de dona M., ex-moradora, sobre certas situações de que foi vítima revelavam, muitas vezes, um processo de aprendizagem. Contudo, o facto de apresentar uma narrativa quase “pronta”, indicando, minuciosamente, por exemplo, datas, detalhes dos locais, nomes de pessoas, não significava que todas as “estórias” que contava surgissem como “todos coerentes”. No caso de dona M., a conversa tornava-se controlada quando se falava de aspectos que directa ou indirectamente foram ou podiam ser usados no seu processo em tribunal. Assim, quando queria contar algo que acreditava “fugir” ou acrescentar detalhes à versão que estava a narrar pedia que o gravador fosse desligado. Por outro lado, após opção por parte do pesquisador em não ligar o gravador, dona M. insistia que o mesmo fosse ligado: *é melhor, depois é só ouvir*. Refira-se que não significa que estivesse a mentir, era antes de mais uma selecção organizada de elementos e eliminação de outros de forma a, nas suas palavras, *tornar o [seu] caso mais forte*. Porém, quando falava da recente saída de casa da sua filha para ir viver com o pai, ex-marido (acusado de violência doméstica), os seus discursos também se revelavam profundamente perturbados e desorganizados.

que se encontravam na Tanzânia, as histórias eram contadas e recontadas certificando-se que quem as ouvia as compreendia bem, dando detalhes, mostrando documentos, como acontecia quando mostravam relatórios médicos ou pareceres jurídicos e psicológicos<sup>110</sup>. Para além disso, as mulheres mostravam também as marcas corporais que possuíam que, para elas, era a *grande prova*, como referiam.

Frois (2009: 82-86) a propósito das reuniões das associações Anónimas e das intervenções dos seus membros para “contar as suas histórias” nota a existência de uma diferença entre os que o faziam pela primeira vez e os que já participavam há mais tempo nas reuniões. Como refere, “a primeira intervenção do novo membro é feita de uma forma perturbada, as pessoas não sabem por onde começar a contar a sua história. (...) misturam vários assuntos em simultâneo, choram, emocionam-se, pedem desculpa por chorar...” (*idem*: 82). Há medida que as intervenções se sucediam, os discursos denotavam a existência “de um processo de aprendizagem, interiorização e racionalização nos membros revelando a importância do discurso como veículo terapêutico” *conjunto* nas associações Anónimas (*idem*: 83). As mulheres na comunidade de inserção, pelo contrário, mantinham uma grande reserva sobre a sua história e apenas a narravam, selectivamente, a funcionárias, técnicas, pessoas “de fora”, raramente a outras residentes. “Cada caso é um caso” e “cada caso é privado e individual” eram premissas intimamente ligadas aos processos aqui que se desenrolam. As poucas actividades em grupo<sup>111</sup> (*as dinâmicas*), realizadas à noite, abordando temas como os afectos, o amor, a necessidade de fazer escolhas conscientes entre diversas opções, os processo de tomada de decisões, a parentalidade - e o que é ser mãe (*uma boa mãe*) - aproximavam-se do que Frois (2009: 83) descreve para as associações Anónimas, evidenciando também “a importância do discurso enquanto veículo terapêutico” conjunto que, na comunidade de inserção, assumia contornos próprios ligados aos processos que aqui têm lugar, em termos comparativos também próximos a “uma certa economia dos discursos de verdade” (Foucault 2008 [1979]:179- 180)<sup>112</sup>.

---

<sup>110</sup> Como Bourdieu (1998 [1982]: 15) refere “a gramática só muito parcialmente define o sentido, e é na relação com um mercado que se opera a determinação completa da significação do discurso...” o “produto linguístico” só se realiza “completamente como mensagem quando é tratado como tal, ou seja, decifrado”. Quem (e como) orienta a produção do discurso contribui para o seu “valor simbólico” mas também para “o sentido ao discurso”.

<sup>111</sup> Inicialmente, uma vez por semana. Mais tarde, a pedido das mulheres, uma vez de quinze em quinze dias para não as *sobrecarregar tanto*, como referiram. De quinze em quinze dias geralmente ocorria uma reunião de utentes (residentes). Para além disso, uma vez por semana tinham uma sessão de ginástica organizada na comunidade por pessoas externas à mesma.

<sup>112</sup> Foucault (2008 [1979]: 179-180) refere: “...em uma sociedade como a nossa, mas no fundo em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso. Não há possibilidade de exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcione dentro e a partir desta dupla exigência. Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através da produção da verdade.”

No capítulo que se segue apresentam-se duas breves histórias de vida sobre os caminhos de duas mulheres até à comunidade de inserção e uma história de vida mais desenvolvida sobre a trajectória *institucional* de uma jovem mulher. Pretende-se pelos seus olhares sobre as suas vidas e experiências quotidianas numa comunidade de inserção pensar os sentidos atribuídos ao viver um processo de “transformação” pessoal e familiar num lugar também pensado, pelas mulheres, enquanto *instituição*.

### 3.1. Sobre o método biográfico

“...Enquanto os grandes saltos teóricos tendem a ser absorvidos mais cedo ou mais tarde por todas as disciplinas socioculturais, as diferenciações metodológicas – as diferentes ‘formas e fazer ciência’ – tendem a seguir rotas disciplinares. Trata-se de algo que decorre necessariamente da ‘aprendizagem’ da tarefa científica, que não se limita a transmitir atitudes ou disposições cognitivas mas que envolve o cientista como pessoa social integral” (Pina Cabral *et al.* 2005: 355)

O recurso às histórias de vida como metodologia que permite trazer as perspectivas das pessoas, ao nível do vivido, sobre as suas estórias, não sendo exclusiva da teoria antropológica continua a ser-lhe muito própria (Poirier *et al.* 1999; Pina Cabral *et al.* 2005) enquanto ferramenta que ao explorar *densamente* um ponto de vista vivido contribui para a percepção das realidades sociais enquanto plurais (Poirier *et al.* 1999; Pina Cabral *et al.* 2005). Para além destas possibilidades que o método tem revelado, ao longo da pesquisa de terreno, a construção de histórias de vida tornou-se essencial enquanto método de criação de relações de proximidade e de confiança com quem se conversava na comunidade de inserção (Poirier *et al.* 1999: 92), contribuindo igualmente para uma familiarização mais profunda com os contextos das situações com que se deparava (*idem*: 93).

Fundamentalmente, dois objectivos e pontos de vista orientaram a elaboração das histórias de vida. Por um lado, procurou-se construir narrativas de vida individuais sobre os caminhos que conduziram à comunidade de inserção, por outro, pretendeu-se, sempre que possível, identificar pontes entre as diversas histórias sobre o momento vivido na comunidade que, por sua vez, se completavam com os registos da observação participante em campo e com a literatura disponível que permitisse enquadramentos mais abrangentes (Burgess 1997; Poirier *et al.* 1999). Deste encontro de perspectivas resultou um conhecimento mais profundo sobre os processos vividos na comunidade de inserção. Assim, apesar de “cada caso ser um caso”, como referiam, as histórias de vida, por vezes intencionalmente cruzadas<sup>113</sup>, sobre os momento que viviam, revelavam proximidades importantes entre as histórias das mulheres, como a que entrecruza as

---

<sup>113</sup> A história de vida cruzada “trata-se de uma perspectiva múltipla, centrada num só objectivo” (Poirier *et al.* 1999:94).

histórias de Ab. e C., desenvolvida na próxima alínea, contribuindo para interpretações mais profundas do viver num equipamento social enquanto realidade social.

Não esquecendo a análise crítica de Bourdieu (2001 [1994])<sup>114</sup>, as histórias de vida que se apresentam são textos elaborados a partir dos relatos contados por três mulheres que já residiam na comunidade de inserção no momento de início da pesquisa, permanecendo aí no final da mesma.

### **3.2 De um abrigo a uma obrigação: duas histórias de vida contadas**

“Ao avaliarmos as nossas vidas, temos razões para estarmos interessados, não apenas no tipo de vida que conseguimos levar, mas também na liberdade de que realmente dispomos para escolhermos entre estilos e maneiras de viver diferentes. Com efeito, a liberdade para determinar a natureza das nossas vidas é um dos mais valiosos aspectos do viver que temos razões para considerar como valioso” (Sen 2010 [2009]: 227).

O viver numa comunidade de inserção não é necessariamente percebido como um momento negativo pelas mulheres, limitador da “liberdade” das suas vontades e escolhas pessoais. Se nenhuma mulher da comunidade terá desejado algum dia viver numa instituição, para algumas mulheres foi precisamente por viverem aqui que readquiriram a sua liberdade individual, retomaram o controlo dos destinos da sua vida, puderam ouvir-se novamente e fazer-se ouvir. Quer por escolha pessoal, quer como desfecho inesperado e tumultuoso de um drama pessoal, a entrada na comunidade de inserção foi percebida enquanto momento libertador, emancipador (cf. Baptista 2002). Contudo, outros casos há em que esta opção não foi de todo de encontro aos seus desejos e necessidades sociais que entendiam privar, ou em que a permanência neste lugar se prolongou para além do percebido pelas próprias como necessário.

Nos contextos de pesquisa actuais, a liberdade de que realmente as pessoas dispõem para fazer o que consideram como importante e significativo para as suas vidas revela-se uma questão central (cf. Sen 2005, 2010 [2009]; Pussetti *et al.* 2011). Seguindo a proposta de Sen (2005, 2010 [2009]), a liberdade torna-se num valor, como refere, “pelo menos por duas razões diferentes”, designadamente, porque uma maior liberdade implica uma maior “oportunidade” de fazer o que se valoriza e na medida que valorizamos alcançar algo sem que tenhamos sido forçados a isso (Sen 2010 [2009]: 228). Por outras palavras, “a oportunidade de perseguirmos os nossos objectivos”, por exemplo, viver como desejamos viver, e ter liberdade no “processo dessa escolha” (*idem*: 228). No contexto da comunidade de inserção, esta perspectiva revela-se bastante

---

<sup>114</sup> Sucintamente o autor alerta que “produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como a narrativa coerente de uma sequência signficante e orientada de acontecimentos, é talvez sacrificar a uma ilusão retórica, a uma representação comum da existência, que toda uma tradição literária não cessou e não cessa de reforçar”.

pertinente uma vez que permite, como será exposto, dar sentidos mais vastos a escolhas e decisões interpretadas como *menos livres*, uma vez que não existiam muitas outras alternativas possíveis (cf. Sen 2005, 2010 [2009]; Pussetti *et al.* 2011: 469).

Para Ab. e C., as duas mulheres cujas histórias de vida conduzem este ponto, a entrada na comunidade de inserção assumiu sentidos e significados diferentes, quase opostos. Para Ab., apesar de “trágico”, chegar à comunidade abriu-lhe as portas para *começar de novo*<sup>115</sup>. Pelo contrário, para C., como foi referido no capítulo anterior, foi novamente um *bater no fundo*. Apesar das diferenças, ambas estão na comunidade de inserção porque aqui querem estar. Note-se que nos dois casos, a escolha alternativa de ficar em casa assumia custos pessoais elevados uma vez que, no caso de Ab., implicava correr “risco” de vida e, no caso de C., deixar de poder viver com um dos seus filhos.

Apesar dos caminhos que as conduziram à comunidade serem diferentes e de, por essa mesma razão, reflectirem significados e sentidos diferentes sobre o momento de entrada na comunidade de inserção, estes tendem a aproximar-se com a permanência na comunidade, ou seja, à medida que as mulheres atravessam o processo de transformação e reorganização das suas vidas. Apesar das diferenças entre as histórias particulares, a experiência de institucionalização revela-se mais do que uma experiência singular. Com efeito, com o tempo de permanência na comunidade de inserção os dois casos particulares tendem a diluir-se por entre experiências partilhadas.

### 3.2.1 O abrigo de Ab.<sup>116</sup>

Os actos violentos contra si começaram desde que se casou. No entanto, só após o nascimento da filha mais velha soube que o seu marido consumia estupefacientes. *Quando descobri, comecei a perceber o porquê das reacções dele, ele mudava muito, disse, referindo-se aos efeitos das drogas e abstinência das mesmas. Eu nunca perguntei ao patrão dele quanto é que ele recebia, chegava ao fim do mês e ele dava-me dinheiro e eu aviava-me, por isso nunca estranhei, acrescenta. Nunca nos faltava nada, como eu ia adivinhar?*<sup>117</sup> Por outro lado, quando o companheiro faltava ao trabalho também evitava perguntar-lhe o motivo, porque *ele tornava-se logo violento e por isso eu nem lhe dizia nada*. Quando descobriu que ele se injectava a sua vida transformou-se:

<sup>115</sup> Cf. Baptista (2002: 58)

<sup>116</sup> As referências à história de Ab. feitas ao longo do trabalho complementam o ponto que se segue.

<sup>117</sup> Sabia que o companheiro consumia drogas (*charros*) contudo, só descobriu que se injectava ao fim de seis meses de casamento, já com uma filha bebé. São ambos da mesma vila, descendentes de famílias de pescadores e casaram ao fim de um mês de namoro. Ab mantém uma relação próxima com algumas pessoas da família do ex-companheiro. Os seus pais também tinham, nas suas palavras *muitas discussões* [relatou situações, numa das quais o pai agrediu a mãe]. *Lá é comum, eles ficam ali, bebem, comem uns petiscos, lá faz-se muito isso e depois chegava a casa e às vezes não se entendia com a minha mãe mas nada a ver com o que se passava comigo. (...) Eles agora [os pais] nem estão na mesma casa.*

“Ele dizia, vou ali beber um copo em frente ao café, não queres vir? Já sabia que eu nunca ia por causa da menina (...) Fui dar com ele a consumir. Aquilo foi um impacto de tal maneira tão forte, tão forte que eu nessa noite só disse para a minha mãe fica-me com a minha filha que eu não sei o que vou fazer. (...) Andei ali a pensar a noite toda. Vou deixá-lo? Já havia confusões e eu comecei a associar a tudo o que se passava. Ele fazia isto por causa disto. (...) Andou toda a gente à minha procura nessa noite, ninguém sabia de mim. (...) Ele hipnotizou-me de tal maneira que durante seis anos eu não me consegui livrar daquele homem. Tenho aqui um processo, tenho as fotografias e tenho este corte aqui [apontando para a cara] fui à medicina legal, aliás fui várias vezes...”

Juntamente com o companheiro começou a frequentar as consultas do centro de atendimento a toxicodependentes (CAT) cujo médico responsável também era seu médico de família. Como conta, *apanhava a maior vergonha no meio daquilo tudo porque eu sentia-me envergonhada porque não consumia nada daquelas coisas, mas para tentar ajudá-lo, eu ajudei-o tanto...* Como causa para o descontrolo do companheiro aponta sobretudo as amizades *da praia*, o facto de todos os amigos do companheiro serem *daquele meio*. Assim, uma vez que na vila não havia muito emprego de inverno e o companheiro, que estava sem consumir há algum tempo<sup>118</sup>, dava sinais de querer *voltar à mesma vida*, grávida do seu segundo filho, resolveram ir para Espanha *tentar de novo*, aproveitando o facto de lá estar um casal amigo. Em Espanha permaneceu menos de um mês:

“Fui no dia - de Setembro, nunca mais me esqueço porque são datas, não é? Tive lá 15 dias vim-me embora no dia - de Outubro (...) Depois houve um dia que nós saímos com esses amigos nossos e ele começou a beber (...) os meus pés e as minhas mãos já estavam a ficar inchados das tarefas, de arranjarmos a casa<sup>119</sup>, a barriga já tava grande (...) então a minha mãe foi para lá ajudar-me. (...) Ele que foi sempre uma pessoa obsessiva tornava-se violento (...) no meio de uma conversa [Relata uma situação violenta presenciada pelo casal amigo e pela sua mãe] (...) nisso [o amigo] viu que eu já estava a perder sangue [metrorragia] agarra-o e diz: lá para fora! Tu vais é já de volta para a tua terra (...) Ele agarrou nas coisas dele e foi directo e eu fui para o hospital. (...) Tive aquele anjinho a proteger-nos como também tive com a minha filha. (...) Depois voltei também com a minha mãe. (...) Ele veio com aquela lenga, lenga toda e eu voltei. (...) Chegou a um ponto que deixaram de me ligar. Diziam ó ela gosta mas é de apanhar, porque eu voltava sempre, caía sempre na esparrela dele”.

Entre separações e reconciliações, entre a casa dos seus pais e outras casas, o tempo foi passando. Toda a gente sabia que ele *lhe batia*, família, vizinhos e amigos mas, com o tempo, tornaram-se indiferentes. Sempre que se reconciliavam, passado pouco tempo os abusos recomeçavam, muitas vezes, à frente de terceiros, nomeadamente, da sua filha, da sua família e da família dele. Enquanto trabalhava num restaurante a adição do companheiro ia-se agravando. A chegada do verão, a afluência de turistas à vila e a falta de mão-de-obra para trabalhar na restauração levou a que o seu patrão, contra a sua vontade, contratasse o seu marido<sup>120</sup>. Ao partilharem o mesmo local de trabalho os “momentos de crise” agravaram-se em casa, tornando-se mais

<sup>118</sup> Por esta altura, a família passou a ser acompanhada pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) após uma denúncia feita pela irmã do ex-companheiro. Por isso e por ter sido “sinalizada” não se esquece dessa data. O acompanhamento próximo por parte da CPCJ fez com que *ele ganhasse medo e parasse de consumir, porque eles lá disseram logo o que ia acontecer se ele não parasse* [perder a guarda da filha]. Contudo, continuava a ser violento só que agora Ab. procurava esconder esta situação porque *tinha medo que me levassem os meus filhos, então eles iam lá e eu dizia sempre que tava tudo bem*, como referiu.

<sup>119</sup> Partilhavam a casa com o casal amigo enquanto reparavam uma outra parte da casa, independente, onde iriam habitar.

<sup>120</sup> Note-se que apenas algumas colegas de trabalho mais próximas sabiam da situação que vivia em casa, uma vez que viam as marcas que tinha no corpo e *já não dava para arranjar mais desculpas*, como contou.

frequentes e graves. Contudo, foi *aguentando* até o marido a ter agredido no local de trabalho, sem ninguém ver mas, para ela, ser *agredida ali já era de mais*. Esta circunstância desencadeou o acontecimento que acabou por transformar a sua vida uma vez mais:

“A nossa cozinheira era muito brincalhona, assim como a G.<sup>121</sup>, e às vezes ela estava assim com aquelas piadas dos homens e não sei quê. Ah, e os empregados de mesa com ela. Pronto como havia sempre e não era eu que ia mudar aquilo. E ele ouvia aquilo, depois já se sabe chegava a casa [Relata situações de violência] (...) houve um dia, ele disse, este gajo já me está a meter nojo. E eu disse: ó pá pára sossegado com essas coisas, tu deixas-me trabalhar? E ele tava a arranjar polvo, nunca mais me esquece, a arranjar polvo para as saladas. Já sabia o que ia dar em casa e eu tinha ido ao armazém. Não tem mais nada dá-me um empurrão logo ali e eu fiquei logo, como ele estava a mexer no polvo, eu fiquei logo toda coisa e aquilo parecia sangue. Eu assim não trabalho, basta, eu não quero mais (...) até no local de trabalho não me respeitas? (...) O patrão não estava e eu vim-me embora. Fui-me embora assim mesmo fardada pelo paredão. O meu pai já tinha as barracas montadas e a minha mãe o negócio de verão. Então o que se passou? [A mãe de Ab. liga para o patrão e convence-a a voltar para o local de trabalho. Perante a presença do patrão, o companheiro afirma que se vai embora e, como partilhavam o mesmo cacifo, pede-lhe que vá consigo buscar os seus pertences]. (...) O meu azar e a minha sorte também, não sei. Estas coisas ainda não consigo muito bem perceber. Só vejo ele a fechar a porta [Relata actos violentos com tentativa de sufocamento]. (...) Vim a mim e começo a gritar, lá apareceram as minhas colegas para me ajudar”.

Assistida pelas mesmas pessoas que lhe prestaram assistência noutras circunstâncias, o delegado de saúde e o seu médico de família disseram-lhe que aquela situação não podia *continuar porque ele se não te matou hoje foi porque alguma coisa lhe passou pela cabeça*, contou o que ouviu. Cinco meses antes<sup>122</sup>, tinha quase tomado essa decisão mas houve algo no discurso que ouvia que lhe provocou um receio de uma possível separação dos seus filhos e recuou. Desta vez, pelo contrário, a violência do acto perpetrado contra si e a garantia que não ia separar-se dos filhos deram-lhe *coragem para seguir*, como refere. Entre esquadras, quartéis e as casas dos seus pais e dos pais dele, onde habitavam nesse momento, teve tempo de separar algumas roupas. Não se esquece do medo que sentia de que ele pudesse aparecer antes de *estar segura*, medo que afirma ter sido partilhado com os agentes de segurança locais *que já o conheciam e sabiam do que ele era capaz, por isso também tavam com medo*, apressando-a para que deixasse o mais rapidamente possível os espaços que lhe eram familiares. Só no dia seguinte chegou, com os seus filhos, à comunidade de inserção. Para além da roupa que entretanto vestiu, *uns calções azuis e uma t-shirt amarela*, trazia algumas roupas para os filhos e fraldas. O primeiro mês foi muito difícil, sentindo-se protegida mas, ao mesmo tempo, muito confusa. Progressivamente, com a ajuda da sua psicóloga na comunidade de inserção e dos outros profissionais que aqui trabalham começou a sentir-se melhor, a *recuperar*. Pôde também contar principalmente com a ajuda da sua mãe que lhe ia comprando *coisas* para si e para os seus filhos, enviando-lhe

<sup>121</sup> Funcionária da instituição que se optou por individualizar.

<sup>122</sup> Já em acompanhamento pela CPCJ, a cada situação mais séria propunham-lhe que deixasse a sua casa, como aconteceu cinco meses antes: *eles perguntaram-me se eu queria sair de lá porque nessa altura já fomos ouvidos um por um por médicos e assistentes sociais, essa coisa toda. E eu disse-lhes mesmo que tava tudo bem, que tinha havido uma discussão e não sei quê e que eles [os filhos] nem sequer assistiram nem nada, e eu a mentir ....* Como já foi referido, Ab. tinha medo que lhe *levassem os filhos*.

também algum dinheiro<sup>123</sup>. Assim, para Ab., ser quase sufocada pelo companheiro foi “o seu azar ou a sua sorte”, ainda não sabe bem. A comunidade de inserção foi o abrigo que precisava no momento certo *ou era naquele momento ou se calhar não era nunca mais e se não houvesse um lugar assim para ficar com os meus filhos eu tinha lá ficado.*

Meses passaram, *recuperada*, com emprego, é agora a sua mãe que precisa de si. *Graças a deus eu agora estou bem e a minha mãe quando vinha cá, ó mãe não mandes mais nada que eu um dia quando sair daqui tem de ser um camião TIR* (risos), *agora já é ela que precisa de mim e eu não lhe posso valer?* Há sete meses na comunidade de inserção, se quando aqui chegou sentia-se abrigada, mas também confusa por não conseguir encontrar sentidos que explicassem como foi possível viver (*aguentar*) tudo o que viveu, agora sentia-se profundamente grata aos que a acolheram mas, simultaneamente, expressava uma *revolta muito grande* por ainda estar na comunidade sem um *projecto de vida de jeito*, como refere. Deste modo, impaciência, ansiedade, agitação e até indignação marcavam os seus discursos sobre o presente momento que vivia, estados que contrabalançavam com palavras de gratidão, sobretudo para com a técnica da comunidade sua psicóloga que, como a própria refere, acaba muitas vezes por ser *o alvo injusto* da sua revolta porque *é quem confia mais aqui*. Com emprego na área da restauração mas *sozinha e com dois filhos*, expressa muitas dificuldades em conseguir conciliar o trabalho com o cuidar dos filhos. Sentindo viver um conflito, não *vê maneira* da sua situação se resolver, pelas suas palavras:

“Há coisas aqui que eu não percebo, ser chamada à atenção por ajudar a minha mãe, por mandar dinheiro para a minha mãe? A minha mãe que me andou a sustentar 7 meses! Vê só. [em tom muito baixo refere:] por ter comprado uma pulseira de ouro para o B<sup>124</sup>, para o meu afilhado [volta ao tom normal] se eu não devia gastar o dinheiro só com os meus filhos. (...) Elas disseram mesmo que percas o emprego aqui não te falta casa e comida. Como é que cabe isto na cabeça? Eu tou em tribunal com um processo em tribunal, salvo seja, ele é que está. Eu tou no tribunal para resolver a questão da guarda dos miúdos. (...) Se eu chegar a tribunal e ver que eu não tenho trabalho, não tenho casa, essas coisas todas, durante este tempo, eles tiram-me os filhos! (...) Se eu não tiver trabalho e chegar ao juiz o que é que faz: nada. Isso depois é tudo contra mim. Casa? Não, instituição. Projecto de vida? Não tem. Porque não há projecto de vida assim. Elas deviam ajudar-me mais com os miúdos, eu tenho de conseguir manter este emprego. Se o meu filho ficar doente e eu faltar perco o emprego e elas isso não vêm<sup>125</sup>. A mim não me interessa ter casa e comida! Só ter

<sup>123</sup> As mulheres ao entrarem na comunidade de inserção não têm direito ao Rendimento Social de Inserção (RSI). Assim, nos primeiros tempos, para além de, como refere, *casa e comida* assegurado pela comunidade, para outros gastos, apenas dispunha Prestação familiar relativa aos filhos (o abono) e de algum dinheiro que a sua mãe lhe enviava.

<sup>124</sup> Nome do filho de T., retirado à mãe cerca de um mês após esta conversa. Ia ser “a madrinha” do bebé, por isso, comprou-lhe *uma lembrança*. Como foi referido, o momento em que T. perdeu o filho, levando-a a deixar o equipamento, marcou as mulheres (*mães*) porque entendiam que *apesar de tudo*, como referiam, *ela não era má mãe*. Este exemplo, também ilustra a dificuldade em se criar laços de proximidade na comunidade de inserção, porque há uma grande imprevisibilidade em relação à possibilidade de manutenção dos mesmos. Daí que, por exemplo, quem está há mais tempo “na casa” (como Cl.) saiba que não se pode “envolver”.

<sup>125</sup> Referiu que lhe tinham dito na comunidade de inserção que não voltariam a cuidar dos seus filhos na sua ausência, apenas pontualmente. Embora tivesse ocorrido uma situação de conflito, não foi possível interpretar bem os factos subjacentes, pois não se conversou com o pessoal técnico sobre os mesmos, uma vez que essa era a postura que se tinha no terreno, e não se observou situações que permitissem perceber e interpretar o que se passou neste caso concreto. Para o trabalho que se apresenta, importa as certezas que Ab tem. De facto, a comunidade de inserção valorizava bastante a independência das mulheres por um lado, e a capacidade que tinham em estabelecer relações “de compromisso” estáveis com outras pessoas, por outro. Por exemplo, com os seus familiares, colegas de trabalho, amigos(as) e com outras mulheres na comunidade de inserção. A criação de relações de “parceria” entre mulheres neste espaço era mesmo percebida como uma “chave” para reorganizarem as suas vidas, particularmente “em momentos tão difíceis de crise”, como a directora referia: “sozinhas não vão a lado nenhum”. A comunidade de inserção procurava também que as mulheres saíssem duas a duas e pudessem até, numa fase inicial, partilhar uma casa. Como uma auxiliar explicou,

casa e comida para os meus filhos ali! (...) Isto tudo conta muito. Essas coisas dão-me a volta à cabeça e eu vou, sei que faço mal, descarregar na T<sup>126</sup>. E depois caem-me as doutoras em cima. E depois porque eu sou directa e tenho este feitio já ninguém me ajuda e tudo piora ainda mais. Eu assim não vejo maneira. Assim, só pode correr mal. Eu não punha a hipótese de perder os meus filhos mas agora já nem isso sei.”

[Após procurar-se perceber o que a leva a pensar isto, explicou]

“Eu entrei aqui com os meus filhos e daqui vou sair com eles. (...) A doutora também me disse, ó Ab quanto a isso pode estar descansada que o seu caso não tem nada a ver com os outros casos. O seu caso é muito diferente. Quando houve aquela reunião em Fevereiro [ainda na sua vila] eu tive medo que os metessem numa instituição e eu noutra. Eu não queria isso, eu queria os meus filhos. Porque fui eu que os tive, eles têm que permanecer ao lado de mim porque eu nunca fui má mãe para eles. (...) Eu sei que nunca devia ter mentido sobre as brigas e já me fizeram ver que eu prejudiquei muito os meus filhos. A minha filha agora é uma criança que precisa de muito apoio e eu sinto-me muito culpada. Mas eu não acho que seja má mãe, só não devia ter mentido quando era vítima. Mas eu vejo tanta coisa a falhar que já nem sei. Isto aqui é sempre uma incógnita.”

Se por um lado referia que as técnicas a podiam ajudar mais, por outro lado, afirma compreender esta atitude uma vez que, como refere, *quando sair daqui tenho de ser capaz de fazer tudo sozinha, elas não vão para minha casa né?* Contudo, começava a considerar que estava há demasiado tempo numa instituição e o motivo desse facto, na sua opinião, era não conseguir conciliar o trabalho com os filhos ou, alternativamente, encontrar alguém que a apoiasse com as crianças, pelo menos, até estabilizar. Por outro lado, começava a sentir-se demasiado controlada na comunidade, sendo que, para si, *a gota de água* foi quando lhe pediram o extracto bancário e questionaram a sua decisão em ajudar monetariamente a sua mãe naquele mês, como referiu: *elas querem saber tudo, tudo e depois admiram-se. Eu agora cada dia que chego a casa estou sempre a perguntar, já mais alguém se foi embora* [risos]? Por entre desabafos (negativos) e elogios às pessoas que trabalham na comunidade, Ab reforça a sua posição, *assim eu nunca mais saio daqui, ele é que tem direitos, não sou eu aqui que nem na minha casa estou, que tenho de dizer tudo* [o que faço] *a toda a hora*.<sup>127</sup>

### 3.2.2 A obrigação de C.<sup>128</sup>

“Hoje a novidade que tenho é triste (...) Acha bem que nos façam isto? Então afinal estão a ajudar-nos ou a tramar-nos ainda mais? São estas coisas que nos dão medo, ficamos a pensar que também nos podem tirar o nosso. Já viu?” [Questiona-se ao contar a notícia triste: “vão tirar o filho à T.”]

Hoje com quase quarenta anos foi “mãe solteira” do primeiro filho (12 anos), um *choque* para a sua família. Era a irmã mais nova de quatro, a *menina* da família

---

quando duas mulheres “se entendem de verdade” é muito mais fácil “organizarem-se e saírem daqui”. Note-se que as situações eram bastante diversas e que nem todas as mulheres não tinham um lugar para onde ir.

<sup>126</sup> Refere o nome da técnica sua psicóloga na comunidade.

<sup>127</sup> Para além de estar aqui e ele não, ou seja, de ter sido ela a ter de se *afastar de tudo e de todos*, como referia, apresentou mais dois exemplos: a última visita judicialmente programada dos filhos ao pai, em que os técnicos que acompanhavam as crianças foram forçados a deixar as instalações à pressa mas com procedimentos de segurança para garantir que não eram seguidos, envolvendo presença policial. *Porque não cancelaram logo a visita, porque permitem que isto aconteça? O que é que eu digo às crianças quando elas dizem que não querem ir, sou eu que as obrigo a ir? Eu não quero dizer mal do pai, é pai delas mas serem obrigadas a ver certas coisas não acho bem, ele anda consumir porque eu sei, disseram-me e eu avisei-as.* Como já foi explicado, Ab mostra-se muito “triste” com o facto de os seus filhos não quererem ir à terra do qual são originários. Alega, igualmente, que durante uma audiência o ex-companheiro terá proferido ameaças contra a juíza, que não foram registadas na acta da audiência.

<sup>128</sup> As referências à história de C. feitas ao longo do trabalho complementam o ponto que se segue.

habituada a ter *as atenções voltadas* para si. Para confirmar o que diz, conta que a irmã teve de ir trabalhar cedo mas ela não, pôde estudar um pouco mais, *deixaram-me*. Na aldeia refere que se destacava porque andava sempre arranjada, de salto alto e as pessoas reparavam nela. Não foi fácil ser mãe solteira num meio pequeno: *foi muito duro, fiquei na maternidade uma semana e ninguém nos foi visitar, a minha mãe ligava todos os dias mas ninguém nos foi ver*. O filho mais velho nunca conheceu o pai, *um grande amor* do passado. Depois conheceu o X., com o qual manteve novamente uma relação antes de vir para a comunidade, mas os irmãos não gostavam dele, *achavam que eu devia conhecer alguém que fosse bom pai para o meu filho*, e o X. não era:

“Os meus irmãos não gostavam dele, pronto. Foi então que eu tive a infelicidade de conhecer o pai do F<sub>2</sub>.<sup>129</sup>, com quem casei. Foram anos terríveis. Foram nove anos de violência até que resolvi pedir ajuda. (...) Já conhecia as assistentes de lá, uma era até com quem conversava mais<sup>130</sup>. E fui para a [outra] instituição.”

Dessa relação nasceu o seu segundo filho com pouco mais de um ano de diferença do primeiro, mas não foi feliz, pelo contrário, foram *anos muito maus*. Após enunciar uma sucessão de aspectos menos bons sobre o pai do filho mais novo, pára por momentos e salienta, *uma coisa é certa e é verdade portanto tenho de reconhecer, apesar de tudo nunca nos faltou nada em casa quando eu estava com o pai do F<sub>2</sub>, nada, ele não me deixava trabalhar, nesse aspecto tinha uma vida descansada*. Mas a violência que exercia contra si era impossível de suportar e, também, já não gostava dele. Resolveu pedir ajuda para sair de sua casa ou, como refere, da casa do pai do seu F<sub>2</sub>. As assistentes sociais já a conheciam “bem” uma vez que quando foi mãe solteira *precisou de ajuda* e, por isso, era acompanhada por eles desde o nascimento do seu filho mais velho. Faz questão de salientar: *não era porque fosse má mãe, elas sabiam que eu era boa mãe e olhe se calhar é por elas saberem isso que eu estou aqui. Foi mesmo porque precisei muito quando fui mãe solteira, estava quase sozinha*.

Na instituição que a acolheu, uma casa de abrigo, conseguiu refazer a sua vida. Quase dois anos passaram e a casa camarária pela qual aguardava ficou pronta e mudou-se para a mesma. Antes, na casa de abrigo, teve um acidente vascular cerebral (AVC) do qual ainda tem subtis marcas físicas e algumas marcas psicológicas. Por essa razão, não gosta de ir a lado algum sem dizer onde vai.<sup>131</sup> Na outra instituição era tudo diferente, a começar pelo motivo que a conduziu até à mesma. Naquele momento desejava sair de casa, desta vez não, tinha a sua própria casa na qual, como foi referido no capítulo

<sup>129</sup> Refere o nome do seu filho mais novo.

<sup>130</sup> Com quem mantinha uma relação próxima, confidenciando-lhe certos actos de violência contra si perpetrados pelo companheiro.

<sup>131</sup> Apesar de C. se expressar frequentemente contra o facto de ter de dar satisfações a toda a hora, gostava que soubessem onde se encontrava. Como explicou, não gostava que lhe perguntassem e não havia necessidade de todas (técnicas e auxiliares) saberem. *É importante saberem onde estou, pode dar-me alguma coisa e depois ninguém sabe, não é?*

anterior, gostava de viver e era feliz (*o quarto do meu filho era tão lindo, recorda*). Ainda quando vivia nesta última casa, o filho mais novo regressou a casa do pai (*ele é todo o feitio do pai, refere*). Agora, tenta organizar-se para também poder trazer este filho para junto de si. *Com o meu F. [o mais velho] chegámos a ser só eu e ele, passámos muito juntos e isso não se esquece. Por isso é que eu, mesmo quando não tenho, ele pede um bolo e eu digo não, não mas há terceira já é sim.*

Também não se esquece da circunstância que a levou a *bater no fundo* de novo, há aproximadamente seis meses atrás. O companheiro do passado de quem a sua família nunca gostou, X., voltava a estar presente na sua vida. Como contou, *ele já era conhecido lá da guarda por envolvimento com drogas, roubos, coisas assim. E sabiam que estava comigo, que estávamos envolvidos*. Várias situações se passaram, no entanto, um fim-de-semana prolongado em que o seu filho acabou por faltar às aulas sem aviso prévio, segundo conta, foi o que fez com *que eles avançassem*. Pelas suas palavras:

“Um fim-de-semana fomos a Lisboa e só voltámos na 3ª feira à noite. O F. faltou à escola e a GNR andou à nossa procura. Depois na 4ª foi para a escola e elas foram lá a casa. E falaram comigo com aquele tom de voz, tá a ver? Quando elas se foram embora vi logo, passou-me logo pela cabeça que elas iam buscar o meu F. e fui à escola com o X., ele não tem a carta mas conduz. E pronto fomos lá. Depois fui conversar com quatro, com a directora [da escola] e mais três assistentes que eu já conheço. Olhe eu gritei, eu chamei tudo. Eles disseram-me que assim não podia ser, que o F. ia para uma instituição e que eu se quisesse podia ir com ele. Eu disse que queria que ele ficasse na minha casa, comigo. Disseram-me que eu já não o podia ver mas que podia falar com ele ao telemóvel. Ele disse mãe, está tudo bem? Vens ter comigo? Eu respondi, hoje não dá. Fui para casa e não consegui fazer nada. No outro dia, não consegui fazer nada. Tinha de lá ir levar uma mala com roupa e os livros da escola. Eu escolhi a melhor roupa e fiz uma mala. Cheguei lá, pedi desculpas e disse que queria ir para uma instituição. Depois tive que esperar duas semanas, até que houvesse vaga. (...) Elas disseram logo que para aquela não podia ir, não sei se tinham vaga.<sup>132</sup> (...) Olhe eu vou ser directa é a pior besteira que nos pode acontecer. Eu acho que só me vou ver livre deles [protecção de menores em geral], sabe quando? Quando o meu F. se casar [risos]. Eu como fui mãe solteira e precisei a partir daí até hoje. Mas sou a única, os meus irmãos a família toda ninguém está<sup>133</sup>. Só eu a mais nova, a mais tola de todos. (...) Espero que ele case cedo [risos].”<sup>134</sup>

*As assistentes sociais enganaram-me bem, disseram que eu só tinha que ficar dois meses e já lá vai meio ano*. Na comunidade há seis meses, olha para trás e sente-se arrependida. *Eu estava tão bem, ele [X.] tinha de aparecer de novo na minha vida, é por causa dele [X.] que estou aqui*, refere. Antes deste último companheiro, teve um outro (*esse sim era um homem de verdade*), que diz ter antecipado este desfecho, que ele lhe disse que ela sabia que “nunca poderia correr bem”. Como refere, *já chorei de mais por ele [X.], chega*. Agora, diz viver um período de *decisões e indecisões*<sup>135</sup>. Quando

<sup>132</sup> C. não poderia ir para uma casa de abrigo porque nesta circunstância o seu caso não se enquadra na população à qual este equipamento dá uma resposta social.

<sup>133</sup> Fica presente uma certa estigmatização por ter sido “sinalizada”, já patente anteriormente quando reforça que quando começou a ser acompanhada pela protecção social não era por ser “má mãe” mas “porque precisava”.

<sup>134</sup> Note-se que uma outra mulher, ex-moradora, referiu que optou por não revelar que já tinha sido identificada como vítima de violência doméstica num outro país alegando precisamente o facto de *sinalizarem logo as crianças e eu não queria isso*.

<sup>135</sup> Após uma actividade em grupo, organizada pela animadora sociocultural, que se centrava na questão da importância da tomada de decisões conscientes e com futuro, C., “nos cafés” que habitualmente se tomava depois de almoço, sem a presença de outras mulheres, falou muito sobre as decisões que tinha de tomar, referindo que essa actividade a tinha feito pensar mais na sua *vida nos próximos tempos*, ou seja, no futuro.

estabilizar quer trazer o filho mais novo para junto de si porque *ele não quer ficar com o pai*. Como conta, *ele agora talvez esteja melhor lá mas eu quero-o aqui também, é mais complicado lidar com os dois aqui neste momento*. Mas o que gostava mesmo era, como acrescenta, *que tivéssemos os três na minha casa, ou numa casa aqui* [em Coimbra]. *Já chorei tanto, tanto, tanto, há dias que só penso: quero a minha casa, quero a minha casa. Mas depois vem alguém, a G.<sup>136</sup>, a doutora e dá-me força*.

Para C., é muito difícil viver numa instituição nestas circunstâncias, sente falta da sua casa, da sua liberdade e dos seus hábitos quotidianos. Reconhece que também tinha *maus hábitos mas bons* como só ter de acordar para limpar a casa e preparar a comida das crianças. Sabe que não podia viver assim para sempre, que tem de mudar porém, não compreende a necessidade de lhe colocarem *tantos medos, tanta pressão*<sup>137</sup>. *Assim não nos ajudam, eu acho que elas* [as técnicas e funcionárias em geral] *não as pensam, eu gosto muito de algumas, a doutora só não faz mais porque não pode*<sup>138</sup> (...) *mas eu com esta pressão, com este medo de perder o meu filho não dá*. Também refere que há “casos” que até compreende, que há pessoas ali que não sabem cuidar dos filhos, *que se não lhes chamarem à atenção nem banho lhes dão, elas coitadas não têm vida fácil também e a gente também se esquece, mas não acho bem ameaçarem que tiram os filhos às mães*. Por outro lado, diz não compreender como a podem tratar como *se tivesse 20 anos*, que há coisas que se ensina a uma jovem mãe mas que a uma pessoa da idade dela já não *se ensina, até se aprende*, referindo-se ao incidente da sopa e à forma como lidaram na casa com a situação.

Estar na comunidade é a sua hipótese para manter o seu filho mais velho junto de si pois, como explicou, não ficaria bem consigo própria se um dia mais tarde olhasse para trás e não tivesse feito isto *por ele: eu não estava bem com ele numa instituição*. Acredita também que por o filho ter 12 anos e ser rapaz esta é a última hipótese que tem *para que tudo corra bem*. Deste modo, se quando sair daqui *fizer algo de errado é o fim, aí ele vai mesmo para uma instituição* (sozinho).<sup>139</sup> Por isso, quer sair *bem*, sair com a vida estabilizada, não se importando de começar tudo de novo nesta nova cidade.

---

<sup>136</sup> Funcionária da instituição que se optou por individualizar.

<sup>137</sup> Em termos comparativos mas a propósito de outro tipo instituições, Goffman (1961: 58) refere que se gera um “tipo específico de tensão entre o mundo doméstico e o mundo institucional” como forma de controlo dos comportamentos.

<sup>138</sup> Exemplifica contando que a directora da comunidade a deixou ir visitar a sua mãe com os dois filhos. Assim, acompanhada por outra técnica, foi ao lar onde a mãe se encontrava. Contudo, não a deixaram passar a Páscoa em sua casa como era seu desejo, aproveitando as férias escolares dos filhos porque, nas suas palavras, *ele [X.] podia estar lá*. Note-se que embora as duas crianças estivessem consigo na comunidade, apenas o filho mais velho vivia consigo no momento.

<sup>139</sup> A maioria dos equipamentos sociais (comunidades de inserção e não só) que acolhem mulheres e crianças deixam de aceitar receber rapazes a partir dos 12, 14 anos, consoante o equipamento e as situações também. Daí C. pensar que mesmo que queiram não lhe podem dar outra oportunidade por ser difícil encontrar um equipamento social que se disponha a receber *um rapagão com tantas meninas novas na casa*, como refere.

Enumera os seus progressos: acordar todos os dias às 6 da manhã para ir trabalhar; ir à formação que *a doutora tanto quer* que vá; tem mais cuidado com a gestão do orçamento (*pelo menos tento mas não é muito, não é nada*).<sup>140</sup> Salienta que para quem estava habituado a acordar tarde e a não trabalhar, *acordar a estas horas é um grande passo*. Já em relação à formação tem as maiores dúvidas quanto à sua utilidade, mas *se querem que vá irá, não quer é ter problemas*. Pelas suas palavras:

“Agora querem saber porque é que eu não vou à formação, a formação já começou e eu ainda estou no trabalho. E ela [técnica]: vai depois. Olha, está bem, querem que eu vá, eu vou. Só não quero é que me chateiem, não quero ter problemas por causa disto. Depois perguntou-me onde é que eu tinha andado, porque é que eu tinha faltado os dias tal e tal ao emprego, a minha patroa sabe que eu estou numa instituição e deve ter ligado. (...) Nunca gostei que me controlassem, que andassem em cima de mim. Eu tenho 39 anos, sou mais velha do que ela.”

Contudo, entende que a controlem, faz parte *do estar numa instituição*, mesmo que a comunidade de inserção pareça uma casa, *é uma instituição*. E, por isso, acredita estar a ser *constantemente avaliada*, que tudo o que acontece vai parar ao *livrinho preto*.<sup>141</sup> Refere não ser fácil saber que se é constantemente avaliado, sobretudo em questões relativas à educação dos filhos, tornando-se mais difícil educar uma criança numa instituição<sup>142</sup>. Daí que pense que é muito importante que ele aprenda a estar numa instituição, ou seja, que saiba que tem de fazer o que lhe dizem para fazer. Quando o filho é *chamado à atenção*, sente-se mal e responsável. Por outro lado, revela sentir-se impotente para fazer valer o seu ponto de vista até porque, como explicou, ninguém vai concordar com ela. Assim, dizer o que pensa em vez de a ajudar até a pode prejudicar. Como exemplo refere o caso da reunião em que ficou decidido que uma mulher ficaria responsável pelas crianças enquanto as mães cozinhassem<sup>143</sup>:

“A mim custa-me ir à reunião eu não vou dizer nada, entro muda e saio calada. Muitas coisas eu não concordo mas porque é que eu vou dizer que não concordo? Vai-me ajudar a sair dali dizer que não concordo? Ainda nos prejudica. Eu já tomo conta dos meus e ainda tenho que tomar conta dos filhos dos outros? Mas não digo porque a minha vida não é ali, a minha vida não é naquela casa mas parece que isto não passa.”

[Noutra circunstância]

“Eu vejo tanta coisa, percebe? Tanta coisa que eu não concordo e não posso dizer. [Não pode?] Não quero dizer, é mais assim. Às vezes estou um bocadinho em baixo, às vezes acredito que tudo vai correr bem e depois acontecem estas coisas [“retirarem” filhos às mães] que nos deixam mesmo em baixo e sem saber o que fazer. (...) Há momentos que me apetece virar a mesa, dizer, acabou, acabou. Eu tenho quase 40 anos, já passei por coisas que vocês nem imaginam (...) Mas sei que o F. dificilmente mo tiram, nós temos uma relação muito próxima.”

<sup>140</sup> Trabalhava 15 horas semanais, das 7 às 10, de manhã. Era funcionária de uma empresa de limpeza.

<sup>141</sup> O *livro preto* é onde as auxiliares registam as ocorrências ao longo do dia, *para depois as doutoras lerem*. Ao perguntar-se o que acha que está nesse livro respondeu: *tudo, tudo, se A disse mal de B, se não sei quem foi mal-educada, respondeu torto, se saímos, se entrámos a horas, as tarefas, tudo. Já era assim na outra instituição, todas têm. (...) Só que aqui prontos [sic] há esta pressão toda*. A propósito também refere: *na outra instituição também conversam comigo sobre o que tava mal, mas não era esta pressão*.

<sup>142</sup> Quase todas as mulheres com quem se conversou referiram, em diferentes situações, uma dificuldade semelhante. Em geral, explicaram que as crianças se comportavam de forma diferente na instituição, por um lado, e que sentiam não poder gerir os conflitos como entendiam que deviam gerir, por outro.

<sup>143</sup> J., por exemplo, referiu que não se compreendia que pusessem *as mães a tomar conta dos filhos de outras por decreto* (J. tomava frequentemente conta dos filhos de outras mães). Explicou que tal não fazia sentido porque há mulheres que têm filhos em instituições, que estão em risco de perder os filhos ou que já sabem que muito provavelmente os perderão: *então se essas mães não são boas para os seus são para os dos outros? Há aqui qualquer coisa que não bate certo*. Note-se que não estava a questionar a qualidade das mães. Para além disso acrescentou, *já vii pessoas como a T. que não podem estar com os seus filhos e vêm para aqui e tomam conta doutras crianças? Então em que é que ficamos? Ou são capazes ou não são, isto é gozar com elas*. Refira-se ainda que um dos seus filhos que estava numa instituição para crianças (quando o trabalho de campo começou) veio viver consigo estando a sua situação “em processo de reavaliação”.

Apesar de dizer que não gosta de falar com quase ninguém que está comunidade de inserção (*vou falar com elas o quê? Elas têm tantos problemas ou mais do que eu*) conversa frequentemente com uma ou outra mulher e com uma trabalhadora da casa.<sup>144</sup> Neste lugar, refere, é preciso ter muito cuidado com o que se diz e a quem se diz porque tudo se sabe, *aqui não se pode confiar em toda a gente*.<sup>145</sup> Com efeito, C. acredita que, em geral, quanto menos expressar o que pensa melhor, tanto dentro como fora da comunidade. A equipa multidisciplinar externa à comunidade que a acompanha no âmbito do seu processo, bem como as técnicas da casa têm procurado que se expresse mais, por um lado, e que “se deixar ajudar mais”, por outro. Com este objectivo, têm tentado convencê-la de que está muito longe da sua família, que necessita de estar mais próxima deles. Pelo contrário, C. pensa que está melhor assim. Por isso, a recente proposta de uma reunião familiar, mediada pela equipa que a acompanha fora da comunidade, suscita-lhe imensas incertezas, será este o caminho? Questiona-se.

“Os meus irmãos já são todos casados, têm filhos crescidos, têm a sua vida. E eu sempre lidei com as coisas, se calhar até prefiro assim, pedir ajuda aos de fora do que à família, porque a família também me pôs de fora, percebe? Mas que raio agora a minha família tem de cá vir? Tar tudo junto? Eu preferia estar sossegada no meu canto. (...) Já estou a ver o meu irmão mais velho porque eu sou a mais novita, eu acho que ele vai começar assim: pois, ela nunca teve juízo, quis ser sempre assim, nunca ouviu os irmãos que tiveram ali sempre para ajudar e ela nunca quis, ta a compreender? Porque eu sei que é isso em parte que eles pensam. Depois também tarem ali todas, tarem ali as quatro eu senti-me mal, estou ali com as camaras todas voltadas para mim. Eles todos a olhar para mim, a ser avaliada, eu senti-me assim. Senti-me mal. Depois houve uma doutora é que veio para o meu lado. Já se sente melhor assim? Mais ou menos [risos] Mas tá a ver, na mesa as quatro e eu aqui deste lado, era como se tivesse na televisão e as camaras todas voltadas para mim. Agora fale. (...) É assim, eu não preciso, mas eles acham que eu preciso, eles acham que eu preciso da minha família, que eu me afastei muito, sempre a bater na parte do meu irmão, da minha mãe, tudo. Tão sempre ali a bater naquele ponto. O que é que eles vêm cá fazer? (...) Sim, claro, eles perguntaram o que eu pensava, se concordava disse-lhes que me custava mas que prontos se eles querem tanto a reunião, marca-se. Dei-lhes o número deles todos e eles que liguem se quiserem. (...) Fui também eu que me afastei um bocado. Não queria dar satisfações mas também eles nunca vieram ter comigo e perguntaram, tás a precisar de nós? (...) Mal ou bem sempre fiz a minha vida e fiz aquilo que queria, prefiro pedir ajuda aqui ou ali, a pessoas que não conheço porque não estão a dizer-me pois tu és assim, tu nunca mais aprendes (...) Aqui na casa, eu com a doutora, fizemos um jogo eu a falar como se tivesse a falar para a minha irmã. E isso se calhar era o que eu lhe queria dizer na cara. Custou-me mas já deu para aliviar. Agora virem cá? (...) Eu fui para uma casa de violência doméstica tive lá quase dois anos e nunca cheguei ao pé dos meus irmãos: eu vou para uma casa. Nunca cheguei ao pé deles e disse: estou a precisar que vocês me ajudem. Depois lá está, estive numa instituição quase dois anos não houve um telefonema, não houve nada. E depois é assim mal ou bem uma pessoa vai aprendendo a resolver as nossas coisas, nós próprios sozinhos.”

[Noutra circunstância]

“Nem imagino quando a minha irmã receber o telefonema [risos], ela vai pensar, ela tá maluca [risos]. Eles vão achar estranho também. Os meus irmãos vão pensar a minha irmã está internada num hospício. (...) Mas o que é que isso resolve a minha vida? (...) O que é que eu ganhava em dizer que não? Em dizer o que penso? Ia-me chatear na mesma, assim eles que venham”.

[Noutra circunstância]

“Para mim é eu o F<sub>2</sub>, o meu F., nós os três e acabou. Ah e a minha mãe.”<sup>146</sup>

<sup>144</sup> Mesmo passeios organizados, quando vai é por causa do seu filho (*ele gosta e lá tenho de ir eu*). A propósito de um acampamento organizado referiu: *vai tudo acampar e nós vamos ficar na casa grande sozinhos! Eu disse-lhes que tenho medo do escuro* [risos]. *Férias? Ir com toda a gente? Isso não é férias, férias é ficar e ir tudo embora. Vai ser o descanso*. A propósito T. disse: *ainda se fosse levarem-nos para uma casa e irem ver se estava tudo bem às refeições de manhã e à noite já era um descanso. Assim estou mais à vontade aqui. Isso não é descanso é mais do mesmo e é pior porque não temos as mesmas condições, com um bebé não dá*.

<sup>145</sup> Por exemplo, *os namoricos*, como refere, *é muito complicado que se saiba. Aqui as doutoras dizem, sim senhor pode namorar, mas depois do trabalho, da formação, quando o seu filho está na escola*. Já as assistentes que a acompanharam antes de vir para a comunidade lhe tinham dito: *ou você escolhe esse amor ou o seu filho. Nós sabíamos que ia escolher o filho, nós já a conhecíamos*.

<sup>146</sup> Como Pussetti *et al.* (2011: 474) notam nas contradições do mundo actual as pessoas que ocupam as margens têm vindo a assumir formas ambivalentes “podendo ser considerados, ao mesmo tempo, vítimas que precisam de ajuda, perigos que devem ser

Após duas mulheres fugirem da casa e ver o filho retirado a uma pessoa que sabia ter os seus problemas mas que considerava *não ser má mãe*, confessa que começa a ter dúvidas se as pessoas estão ali de facto para ajudar ou com outros fins, como revela a citação inicial.<sup>147</sup> Não compreende como podem retirar os filhos *assim às mães. E depois ouvimos aquelas coisas que se passam nas instituições. Então ele [o filho de T.] não estará melhor com a mãe?* Refere, igualmente, que o mais difícil é perceber *exactamente* o que querem que faça: *tenho vontade de ir ter com elas [...] digam lá o que querem exactamente que eu faça, o que tenho de fazer para que vocês não mo tirem. É mais fácil, assim é muito complicado. É que a gente não sabe, depois estas coisas acontecem e nós mais pressionadas ficamos.* Em jeito de desabafo, ilustrando um sentimento e não uma acusação refere, *já estou como as outras, eles querem é os nossos filhos.* Assim, o que C. verdadeiramente quer é “sair como entrou”:

“Sabe, eu é que devia ter fugido e não as outras. É que eu estou no quarto da maldição [como?] Sim, é um quarto amaldiçoado. Excepto a que estava antes de mim todas fugiram, todas abandonaram a casa. Veio cá o padre e tudo benzer isto [risos]. Se fugir foi por causa do quarto [risos]. Mas não, não se assuste que eu não fujo. Eu não arrisco, então eu tinha a minha casa e vim para aqui para não ficar sem eles? Vou ter que aguentar tudo. Eu já digo o mesmo quero sair como entrei [com os filhos]”<sup>148</sup>.

### 3.2.3 As pontes possíveis entre as duas histórias

Ab.: *Olha, eu hoje já fui ao confessionário*<sup>149</sup>. C.: *Também eu!* [diálogo junto ao portão da comunidade, Ab. saía e C. entrava]

Como as histórias de vida de Ab. e C. sobre os percursos que as conduziram ao presente momento revelam, a entrada na comunidade de inserção assumiu sentidos e significados diferentes para as duas mulheres. Para Ab. a comunidade representou um lugar de abrigo, mas para C. era uma *quase prisão*, não só por ser uma instituição mas, sobretudo, porque não queria de todo estar aqui. Não podendo permanecer nas suas casas, para Ab. a comunidade torna-se o abrigo possível e para C. a sua *obrigação de mãe*, como referiu. Se as suas circunstâncias são diferentes, com o tempo de permanência na comunidade de inserção as suas histórias, em certos aspectos, relacionam-se e reflectem-se entre si, designadamente, nas certezas (*incertezas*) de que vão conseguir estabilizar e construir um “projecto de vida” que lhes seja significativo.

---

controlados ou, ainda, agentes de formas inéditas de ação política” (Comaroff 2007 *apud* Pussetti *et al.* 2011: 474). Esta ambivalência, por sua vez, justifica uma intervenção maciça nestes segmentos (Pussetti *et al.* 2011: 474). Assim, as pessoas que ocupam as margens dos sistemas são orientadas na construção dos seus projectos de vida que devem corresponder às expectativas das ordens dominantes, levando a que se constitua “...um dispositivo que favorece uma vasta empresa de exploração da intimidade das pessoas”: o destinatário da intervenção social deve, quer expor a sua própria infelicidade, quer dispor-se a repensar o passado e imaginar o futuro, para mudar a precariedade do presente e para poder obter o apoio esperado” (aspas no original).

<sup>147</sup> Note-se que este comentário foi feito em sentido abrangente não se referindo apenas, mas também, à comunidade de inserção.

<sup>148</sup> Expressão que muitas mulheres utilizavam com frequência.

<sup>149</sup> Com “ir ao confessionário” referiam-se aos encontros com as técnicas nos gabinetes, à porta fechada, por alusão aos *Reality shows* da televisão, que nos recorda o que Bauman (2005 [2004]: 162) refere a propósito de outras ficções da realidade: o antigo Big Brother, “criado pela pena de George Orwell, governava fábricas fordistas, acampamentos militares e outras incontáveis prisões, (...) seu único desejo era manter (...) lá dentro e trazer as ovelhas desgarradas de volta ao rebanho. (...) O antigo Big Brother estava preocupado em *incluir* - integrar, colocar as pessoas na linha e mantê-las assim. A preocupação do novo Big Brother é a *exclusão* - identificar as pessoas ‘desajustadas’ no lugar onde estão, bani-las de lá e deportá-las para o lugar ‘que é delas’, ou melhor, jamais permitir que se aproximem” Seguindo a metáfora, que programa será este? Um que inclui aqueles que, num processo que passa pela responsabilização individual, construam projectos de vida que correspondam às expectativas “dominantes”? (Pussetti *et al.* 2011).

Com efeito, ao longo do período de permanência neste espaço as duas mulheres tendem a aproximar os seus receios e incertezas que, como vimos, advêm duma pluralidade de situações não estando apenas relacionados com os processos que se desenvolvem na comunidade de inserção, mas também com questões relativas ao funcionamento das instituições judiciais, a outras equipas técnicas que as acompanham, ao mercado de trabalho, a incertezas relacionadas com o seu futuro em geral, inclusive no plano emocional, bem como questões familiares, relacionais, em suma, uma diversidade de aspectos. Assim, o viver numa comunidade de inserção é apenas uma parte das suas vidas, não sendo a causa ou a solução das “incertezas” que atravessam e dos “receios” que sentem. Porém, uma vez que é aqui que “(re)constroem” os seus “projectos de vida” com a *ajuda* da comunidade de inserção, o modo como percebem, experienciam e significam as situações que aqui vivem permite dar sentidos mais *densos* aos seus trajectos ao revelarem parte dos processos pelos quais as suas incertezas e receios se constroem.

Se tomarmos a liberdade como um valor, no sentido que Sen (2005, 2010 [2009]: 228-230) lhe atribui, podemos concluir que tanto para Ab. como para C. a entrada na comunidade de inserção constitui uma escolha “menos livre”, uma vez que não existiam escolhas alternativas<sup>150</sup>. Contudo, para Ab. a comunidade possibilitava-lhe concretizar um projecto de vida em autonomia com os seus filhos. Assim, mesmo deslocada do seu universo social e na posição de ter de “começar de novo” a comunidade de inserção, o abrigo possível, materializa a sua oportunidade para alcançar o tipo de vida que deseja. Porém, os processos pelos quais Ab. atravessa para alcançar os seus objectivos afastam-na de novo do “controlo” dos destinos da sua vida. Com efeito, se a comunidade num primeiro momento, sendo a resposta possível, é percebida como geradora de possibilidades, com o tempo de permanência neste equipamento, volta a sentir-se numa posição desigual, uma vez que as suas experiências quotidianas apresentam-se condicionadas pelo modo de vida que desejam que leve, deslocando-a do processo que conduz à concretização dos seus objectivos. Por outro lado, ao não se concretizarem as suas expectativas, particularmente no que toca ao tempo de permanência no equipamento social, considerado como excessivo, Ab. questiona-se sobre os sentidos de estar numa comunidade de inserção ao referir que afinal quem tem direitos não são eles (Ab. e os filhos), pois foram eles que deixaram as suas casas (“as suas vidas”) e estão aqui a reconstruir o seu “projecto de vida”. Deste modo, as histórias

---

<sup>150</sup> Ver também Pusseti *et al.* (2011).

de Ab. e C., para quem a comunidade nunca foi percebida como solução, aproximam-se. Assim, *cada caso*, em certos aspectos, pode tornar-se um *caso partilhado*, uma experiência singular tornar-se numa experiência partilhada, independentemente das diferentes circunstâncias que conduziram estas duas mulheres a residirem no equipamento social comunidade de inserção em questão.

### **3.3 Forjando comparações: outras trajectórias institucionais - Parte II**

#### **Como uma família, a recriação de relações de intimidade numa instituição. Os desafios e as perspectivas de futuro**

“A definição dominante, legítima, da família normal (...) assenta numa constelação de palavras, casa, gente da casa (*maisonée*), *house*, *home*, *household*, que, sob a aparência de a descrever, constroem de facto a realidade social.” (Bourdieu 2001 [1994]: 93)

Para Bourdieu (2001 [1994]: 95) a ideia de família é algo socialmente construído e é, também, em si próprio construtor de uma realidade social, devendo por isso ser objecto de análise social. Pelas suas palavras, “a família como categoria social objectiva (estrutura estruturante) é o fundamento da família como categoria social subjectiva (estrutura estruturada)” (*idem*: 96). Assim, “família” comporta uma pluralidade de significados e representações dependendo dos sujeitos e dos contextos em que estes mesmos sujeitos se inserem (Creed 2000: 348). Se muitas vezes “família” transporta consigo uma ideia de “estabilidade” (Bourdieu 2001 [1994]), como veremos pela história de vida que se apresenta, o que é percebido pelos sujeitos como família transforma-se com as experiências vividas e é influenciado pelo universo relacional em que os sujeitos estão inseridos.

Recentemente, mudanças profundas têm vindo a ocorrer nas atitudes e comportamentos familiares, transformações essas que se reflectem nos próprios padrões de organização doméstico-familiar actuais (Drake 1996 [1994]). Contudo, tal não implica que a “família” enquanto valor tenha perdido a sua relevância e força (Creed 2000). Pelo contrário, em diferentes contextos uma certa ideia de família, contextual e plural, assume significados profundos para as pessoas (Yanagisako 1979; Drake 1996 [1994]; Bourdieu 2001 [1994]; Creed 2000). Com o propósito de enquadrar comparativamente os grupos domésticos estudados, a literatura antropológica tem vindo sobretudo a separá-los analiticamente em dois arranjos domésticos distintos – “família” e “unidades domésticas” (*households*) –, que revelam formas de pertença distintas (Yanagisako 1979), sem, contudo, procurar defini-los enquanto conceitos fechados (Yanagisako 1979; Creed 2000). De facto, tendo em conta a complexidade e pluralidade

de arranjos domésticos revelados pelas etnografias ao longo dos anos (*idem*), definições fechadas conduziram a reificações com pouca utilidade comparativa pois anulariam a vida que comportam e que é a razão da sua existência: dar conta de certo tipo de relações entre seres. Ressalva feita, frequentemente na literatura antropológica “família” e “unidade doméstica”, não sendo categorias fechadas, reflectem diferentes relações de pertença que se baseiam, respectivamente, em relações de parentesco e em relações de proximidade residencial (Yanagisako 1979: 162; Pina Cabral 1984, 1989).

Note-se, contudo, que um grupo de pessoas em coabitação não constitui necessariamente uma unidade doméstica. Como Yanagisako (1979: 164) refere, certos grupos em coabitação são frequentemente excluídos deste enquadramento como, por exemplo, orfanatos, escolas internas, quartéis. Pelo contrário e paradoxalmente, indivíduos que vivam sozinhos podem mesmo constituir uma unidade doméstica (*idem*: 164). Se o termo nos conduz a uma ideia de proximidade espacial, por unidade doméstica pretende-se representar, significar e simbolizar mais do que isso, englobando todo um conjunto de actividades geralmente relacionadas com a “produção e consumo de comida ou reprodução sexual e o cuidar de crianças” (Yanagisako 1979: 165; Pina Cabral 1984, 1989) reproduzindo-se, assim, um certo modo de estar no mundo. Por sua vez, se a “família” aparece geralmente associada a relações de parentesco, esta pertença não reflecte necessariamente relações de consanguinidade – a “família escolhida”.

Quer o termo família quer a unidade doméstica traduzem sentidos de pertença e de reprodução social fundados em experiências quotidianas particulares que se constroem e são construtoras de realidades sociais de grande valor para as pessoas, sentidos esses que, como as etnografias mostram, são plurais e contextuais, extravasando frequentemente os próprios termos (Yanagisako 1979; Pina Cabral 1984, 1989; Bourdieu (2001 [1994]); Creed 2000). Por isso, mais do que categorizar estas relações de pertença, importa perceber de que forma as pessoas constroem, transformam e valorizam determinados arranjos domésticos que lhes são significativos nas experiências da vida quotidiana (Yanagisako 1979; Pina Cabral 1984, 1989; Creed 2000).

Partindo desta perspectiva, pretende-se pela forma como a pessoa em análise percebe e experiencia o que entende por família reflectir, comparativamente, sobre a noção de família que, neste caso particular, é desafiada pelo contexto institucional em que decorre a pesquisa. Deste modo, no capítulo que se segue, importa analisar de que forma a percepção do que é uma família, por um lado, e a família que se deseja, por outro, se transformam e são marcadas durante e pelo percurso institucional. A família e

as relações familiares estavam sempre presentes nos discursos das mulheres e, como vimos, eram muitas vezes representadas de forma ambígua, ora como libertadoras ora como um factor limitante à sua própria liberdade individual e autonomia de escolha. Na história de vida que se apresenta, certas relações de intimidade estabelecidas durante o percurso institucional são percebidas como próximas ao que M., uma jovem mulher a viver em instituições há 3 anos, considera como relações de família. Tendo em conta a natureza de uma vivência institucional percebida como de transição, logo, limitada no espaço temporal e, de certo modo, relacional, pretende-se reflectir sobre as possibilidades e os limites da recriação de relações de intimidade consideradas pelo sujeito *como de família* numa instituição.

Tanto para as mulheres como para a comunidade, a criação e recriação de relações de intimidade é percebida como uma etapa essencial na construção de um projecto de vida desejado e autónomo que lhes permita sair com “estabilidade” da instituição. Como será exposto, com o estudo de caso, para além dos desejos pessoais e das dinâmicas relacionais intersubjetivas, a criação de relações de intimidade pode ser profundamente marcada por dinâmicas institucionais externas ao sujeito, podendo mesmo ser afectada por estratégias institucionais e de intervenção social mais vastas e conflitantes.

Assim, procurar-se-á reflectir sobre a forma como um percurso institucional pode afectar a capacidade e liberdade de escolha no que se refere às relações de intimidade e de proximidade no lugar institucional, relações essas profundamente valorizadas pela jovem mulher. Como linha orientadora e comparativa para pensar esta relação recorre-se ao conceito de *capability* proposto por Amartya Sen (2005: 153) que descreve “a oportunidade para alcançar combinações de funcionamentos humanos aos quais atribuímos valor”, ou seja, “o que uma pessoa é capaz de fazer ou ser”. Esta ideia transporta a reflexão para o lugar das oportunidades que existem para que se teçam relações de intimidade desejadas de uma forma mais densa uma vez que abarca uma distinção importante, designadamente, pelas palavras do autor: “se uma pessoa é realmente capaz de fazer coisas que valorizaria fazer e se ela possui os meios ou instrumentos ou permissões para prosseguir o que ela gostaria de fazer (a sua capacidade real de fazer cuja busca pode depender de muitas circunstâncias contingentes)” (*idem*: 53). Por outras palavras, “a capability-based approach sugere que a maior ou menor liberdade das pessoas depende também da maior ou menor possibilidade de escolherem entre diversas alternativas possíveis” (Pussetti *et al.* 2011:469).

Pela história de vida de M., pelo seu discurso sobre as suas percepções e experiências, sobretudo ao longo dos três anos em que viveu numa instituição, veremos de que forma duas perspectivas de intervenção social diferentes contrastam, confirmam e se relacionam com os seus desejos relacionais e de que forma isso condiciona o seu presente e os seus projetos futuros. Importa igualmente reflectir concretamente sobre os desafios (e “sofrimentos”) que as diferentes dinâmicas institucionais sugerem a esta jovem mulher, bem como ao seu filho, e a influência que terão nas suas percepções sobre o seu universo familiar.

### 3.3.1 De um momento liminar a um novo começo

“Eu não tinha para onde ir, os meus familiares não falavam comigo, não sabia para onde ir e então ficava por lá. (...) Fiquei grávida, pronto sabia que estava. Quando me juntei, aquela primeira vez, já te contei, tentei engravidar, por isso, já sabia mais ou menos como era. Mas quando a gente quer ele não vem [sorriu]. Onde é que ia? Ah, tava dois meses sem ir ao hospital e fui a primeira vez ao hospital sem eles saberem. (...) Até que houve um dia em que cheguei ao hospital e decidi pedir ajuda. Pronto, outra vez sem ninguém saber, sem mesmo ninguém saber. (...) A PJ<sup>151</sup> foi lá a casa, eu não sabia, nunca imaginei que a PJ ia ser ouvida, foi assustador. Eu não sabia o que a PJ queria, foi assustador. Fui eu que lhes abri a porta e chamaram pelo dono da casa. Eu fui chamar o pai do F. [seu filho] Eles [a PJ] disseram o meu nome, queriam falar comigo mesmo naquele momento. Eu saí e disse: sou eu. Desci as escadas e eles enfiaram-me dentro de um carro. Nisto o inspector começa a falar e eu cheinha de medo. Quando ele me diz: queres-te ir embora? Ir embora como? Queres-te ir embora daqui ou não? Tens de dizer sim ou não. É sim, a gente arranca logo. Não, sais fora do carro e fazes a tua vida, mas não peças mais ajuda a ninguém. E pronto no momento em que ele disse isso já sabia para onde é que ia. (...) Foram dois inspectores. Enquanto um estava a falar comigo dentro do carro, outro estava do lado de fora porque ela [“mulher” e “mãe dos filhos”, como referia, do pai do seu filho] se estava a exaltar. (...) Saio para buscar os documentos, o meu cabelo era lindo, muito comprido. Ela não me consegue agarrar, puxa-me o cabelo. O inspector só lhe disse: não faça nada que a prejudique! Nisso entram os dois lá em casa comigo. A casa estava cheia de familiares deles, só ciganos<sup>152</sup>, lembro-me perfeitamente. (...) Entrámos no carro, o inspector começou a falar comigo, não me lembro, não percebia. (...) Só trazia mesmo comigo os meus documentos e a roupa que trazia no corpo e eles, lá, arranjaram-me um fato de treino e coisas para tomar banho. (...) Desci, não sabíamos quem eram mas as irmãs<sup>153</sup> já lá estavam à minha espera. (...) Levantou-se logo a M. (inha)<sup>154</sup> e disse: ah! Somos nós! Qual é a miúda? [risos] E eu pensei, olha esta a tratar-me por miúda [risos]”.

Relato de M.<sup>155</sup> sobre o dia em que foi viver para uma instituição (1ª Parte).

Tinha 16 anos a primeira vez que se “*juntou*” com um rapaz e saiu da casa onde vivia com a sua mãe, alcoólica e a quem acusa de diversos actos violentos sobre si. Falou, com saudade e afecto, do pai que havia falecido quando tinha apenas 12 anos e de um irmão, de entre quatro irmãos, que nunca conheceu o seu filho. Logo após a morte do pai, foi viver para França, cerca de um ano, com uma tia. Regressou a Portugal para casa da mãe e só mais tarde voltou a emigrar, sazonalmente, para a Suíça, onde trabalhava nas vinhas. Com o primeiro companheiro, viveu quase dois anos em casa dos pais deste ou, como referiu, na *casa dos sogros*. Depois desta primeira relação teve outros relacionamentos amorosos com quem também chegou a coabitar. Foi na sequência de um conflito na casa onde vivia com um companheiro toxicodependente,

<sup>151</sup> Sigla da Polícia Judiciária, principal órgão policial de investigação criminal de Portugal

<sup>152</sup> A propósito do pai do seu filho e da respectiva família T. referiu o seguinte: “o pai de F. é cigano. (...) Era só ciganos lá em casa, a família tava lá sempre. (...) A mulher dele também era cigana.”

<sup>153</sup> Religiosas da instituição católica que viviam na instituição católica que a acolheu.

<sup>154</sup> Nome de uma das irmãs da instituição religiosa de Coimbra onde M. viveu 2 anos e meio.

<sup>155</sup> M. tem 21 anos e o seu filho cerca de três anos. Quando foi acolhida pela instituição religiosa de Coimbra estava grávida de F.

descrito como agressivo, conflito motivado por uma acusação de roubo por parte dos familiares dele, que ficou sem *sítio para onde ir: não era dali, não tinha família ali, amigos*, estava num lugar diferente, *não conhecia ninguém; andava sozinha, pela rua, sem saber para onde ir, o que fazer*.

Foi quando caminhava pela rua sem destino que encontrou o pai do seu filho, amigo do ex-companheiro e pai de um conhecido seu, acompanhado pela *mulher. Eles foram as primeiras pessoas que passaram na rua e acolheram-me, ajudaram-me*, contou. Após algumas semanas, começou a sofrer maus tratos por parte de ambos, físicos e emocionais. Pressionada pelos dois elementos do casal, iniciou um relacionamento sexual, contra a sua vontade, com o agora pai do seu filho. A sua família, que vivia noutra povoação relativamente distante, não falava consigo desde que começou a se *dar com quem se dava*. Apartada e desvinculada do seu universo relacional, não sabia para onde ir e, por isso, permanecia naquela casa. Sentia-se mal consigo própria, *não aceitava o que estava a fazer, na altura não gostava de mim, não me achava bonita, hoje muita coisa mudou muito graças à A.*<sup>156</sup>, diz. Após meses de abusos, engravidou. Tentou esconder a gravidez mas *ela, a mulher do pai do F.*, começou a desconfiar que estivesse grávida. Esta suspeita aumentou a pressão sobre si e a frequência dos abusos. Temendo pela sua vida e pela vida do seu filho resolveu pedir ajuda aos médicos do hospital onde tinha ido, algumas semanas antes, confirmar se estaria de facto grávida.

“Coimbra, Coimbra foi um novo começo. Até me chamam de forma diferente [risos]. O meu nome é T. M., antes daqui chegar era T., chamavam-me assim. Agora sou M., é assim que me começaram a chamar desde quando cheguei e eu deixei, até gosto mais.”

Há cerca de três anos a viver em instituições, desde os seus 18 anos, ao contrário da maioria das mulheres que residem na comunidade<sup>157</sup>, M. não expressa vontade em regressar a nenhum lugar do passado, sobretudo à casa onde residiu até aos 16 anos, *a casa da sua família*. Sendo esse lugar também seu, para M. a sua casa e família agora estão aqui, referindo-se ao lugar enquanto cidade. Este novo sentido de pertença revela-se também no nome com que hoje se identifica mais a si própria e com que se apresenta, diferente do nome pelo qual se identificava antes de chegar à primeira instituição. Ao nomear-se e ser-se nomeado identidades pessoais são construídas como parte dos

---

<sup>156</sup> Psicóloga que a acompanhou quando chegou à instituição religiosa (“*era a minha psicóloga*”), hoje directora da comunidade de inserção onde reside. Ao contrário das outras mulheres e jovens, M. omite quase sempre a designação “Dr.<sup>a</sup>” quando se refere a A., utilizando esta designação principalmente com pessoas externas à comunidade com quem se relaciona no plano institucional, geralmente também Dr.<sup>a</sup> (s), e, ocasionalmente, quando conversa com outras Dr.<sup>a</sup> (s) da comunidade de inserção.

<sup>157</sup> Refira-se que as mulheres que estavam há mais anos a residir em instituições e na comunidade eram as que mais expressavam a ideia de um começar de novo distante de lugares próximos do passado. Novo aqui é entendido como algo que não envolve lugares marcados por histórias e memórias passadas.

processos de identificação e diferenciação entre pessoas e, por isso, os seus usos e manipulações são reveladores de sentidos de pertença, inserindo-nos numa densa rede de pertenças sociais. Como Pina Cabral *et al.* referem:

“Quando chamam o nosso nome e nós respondemos, cada um de nós mostra que sabe diferenciar-se a si próprio face a qualquer outro ser humano. Ao mesmo tempo, esse mesmo nome liga-nos a muitas outras pessoas; ele insere cada um de nós numa rede complexa de pertenças sociais.” (Cabral 2007: 14)

Para M., o passar a ser tratada por outro nome, que também era seu mas com o qual não se identificava e não era identificada, é também uma marca desse novo universo de pertenças sociais que começou, voluntária e involuntariamente, a tecer quando chegou a Coimbra. Assim, de forma intersubjetiva, uma vez que a pessoa não controla na totalidade a sua nomeação, pelo nomear e ser-se nomeado também se constrói (novas) pertenças sociais.

A ideia de um novo começo foi em diversas vezes expressa nos seus discursos, tanto de forma directa como simbolicamente. Por exemplo, as histórias sobre o percurso de carro com as irmãs a caminho da instituição, repetidas frequentemente, retratavam sempre uma mudança de um estado de confusão que metaforicamente culminava num momento de libertação com a chegada ao novo destino. Numa conversa num sábado chuvoso, quando todas as mulheres se queixavam por não poderem sair, M. recordou-se mais uma vez do dia em que foi viver para a instituição *das irmãs*.

“Elas falavam comigo e eu não respondia muito. Nada me passava pela cabeça, eu acho que não percebia o que elas diziam. Sei lá, como se lá não estivesse, não estava comigo. Depois houve uma altura em que adormeci e depois só me lembro de acordar já aqui e de ver já um bocado Coimbra pela janela. (...). Cheguei, chovia bastante, elas disseram-me [qual era] a porta, não gosto de guarda-chuvas, desatei a correr para lá. E lembro-me de uma dizer: guarda-chuva! (...) Mas soube-me bem aquela chuva, a sério, nem me lembrei que estava grávida. (...) As irmãs: olha que vais ficar doente! Não vou nada! (...)

Depois disse, eu quero descansar, posso? Vai, está tudo já preparado eu vou-te mostrar o quarto. Fui tomar banho. Depois fui-me deitar. Então lembro-me de olhar para uma rapariga e lhe perguntar onde podia tomar o pequeno-almoço. E ela disse, pequeno-almoço? Nós já vamos almoçar! Vê só. Subi, perguntaram-me se eu tinha dormido bem, disse que sim, que tinha dormido mesmo bem. Já não dormia assim (...)

Tive dois anos e meio naquela instituição, custou-me imenso sair de lá. Imenso.”

A chegada à instituição religiosa que a acolheu quando estava grávida do seu primeiro filho foi repetidamente descrita como o fim de um momento incerto, confuso, inseguro, em que as suas vontades pessoais pareciam anuladas e não se sentia como parte de nada. Como num desfecho de um momento liminar em que a vida que se rompeu da ordem social se pode finalmente transfigurar e encetar um novo começo (Turner 1967 [1964], 1969, 1974a, 1974b)<sup>158</sup>. Na casa do pai do seu filho, sentia-se impura, invisível, não se sentia como parte daquele mundo ou de outro qualquer. Naquele dia *em que tudo acabou* sentiu um grande medo, tinha muitas incertezas sobre

<sup>158</sup> Utiliza-se o conceito *liminar*, definido por Victor Turner (1967 [1964], 1969), por alusão a um estado incerto, confuso, em que o *status* que os seres ocupam se transforma. Deste momento de profundas incertezas foi possível, para M., começar de novo, porque agora *não era só ela, era mãe*.

o que *vinha aí, nunca tinha estado numa instituição assim*. Mas foi também nesse mesmo momento que se recorda de ter respirado uma enorme liberdade. Ainda a propósito de Victor Turner e do conceito experiência, “experiências que irrompem em tempos e espaços liminares podem ser fundantes” (Dawsey 2005: 165) fazendo-nos recordar que somos todos “feitos do mesmo barro”, anulando-se, por momentos, as relações de poder assimétricas instituídas. Com as irmãs e com A. começou de novo, agora com o seu filho, com um novo *status: mãe/ futura mãe*. Assim, de um momento de liminaridade novas possibilidades emergiram, um novo *status* foi adquirido.

Para M. foi na *casa das irmãs*, forma como designa esta instituição religiosa, que se encontrou de novo e voltou a ter, em parte, controlo dos destinos da sua vida. Durante os dois anos e meio que aqui residiu, novas identidades de pertença foram tecidas, tendo começado a construir relações que para si são *como uma família*. Com a sua mãe, apenas voltou a contactar uma vez, por intermédio e insistência das *irmãs*:

“As irmãs queriam que a minha mãe visse o neto. Mesmo assim foi numa esquadra da GNR, foram buscar a minha mãe e foi lá, à porta da GNR, que a minha mãe conheceu o neto. A minha mãe não gosta do meu filho por ele ser filho de quem é. Por isso é que eu hoje sou mais próximas dos padrinhos do F. e das irmãs. (...) Cortei completamente a ligação com a minha família, tios, primos. A minha família está cá em Coimbra, é uma rede, como diz a A.”

À *casa das irmãs* volta com frequência porque apesar de viver numa outra instituição e de saber que um dia terá de ter *a sua própria casa*, pelas palavras de M., *eles hoje são também a minha família, foi para lá que o meu filho foi depois de nascer e não para a casa da minha mãe, foi lá que foi baptizado, os padrinhos são voluntários lá – são a sua rede*.

“*Lá era mesmo como uma casa, aqui não*”, “*nós lá eramos família, aqui não*.”. “*Aqui há A. e a G<sup>159</sup>*.”

### 3.3.2 Entre duas instituições: as ambiguidades relacionais

Há três anos a residir em instituições numa cidade portuguesa com pouco mais de 100 mil habitantes, conhece bastante bem os meandros das instituições que prestam assistência social na cidade de Coimbra. Sabe a quem recorrer e em que circunstância, como diz, *é preciso saber e conhecer*. A sua vida já se entrecruzou com a de muitas outras pessoas, sobretudo mulheres, que também precisavam de algum tipo de assistência social ou, como diz, *que também tinham problemas*. Referindo-se a essas mesmas pessoas diz: *num momento estão e no outro desaparecem, já houve aquele*

---

<sup>159</sup> G. funcionária da comunidade que se optou por individualizar e que trabalha em horário fixo, sem ser por turnos, em período diurno. Mais à frente veremos a importância que M. atribui ao detalhe descrito.

caso<sup>160</sup> que tu já sabes, isto há com cada situação, aquela que nós todas lá em baixo estávamos a falar ontem, ela meteu-se com quem não devia e depois apareceu aqui também. Eu conheci-a ela ainda não estava grávida. Depois já só a encontrei grávida e depois já com o filho. Nem queria acreditar quando a vi; vamo-nos [referindo-se às pessoas que conheceu nestes três anos] encontrando por aí, isto mais cedo ou mais tarde.

Para além das utentes destes espaços, M. conhece quem aqui trabalha e tece frequentemente opiniões sobre os mesmos, muitas vezes uniformizando-os na sua categoria profissional. *Isto é assim*, diz, *assistentes sociais dinhêro* [dinheiro] *nunca vi profissão assim só pensam em dinhêro* [risos], *igreja fazem-nos tudo o que puderem, tens é das aturar* [risos], *psicólogos conversa, advogados mal os vejo*. Sobre os tribunais constata que *esses é que não querem mesmo saber, esses olham para o papel e dizem: cumpriu ou não cumpriu, arranjou trabalho ou não, relatórios sim ou não. E tá feito. Podes chorar, podes fazer tudo. Não há hipótese. Esses é que não querem mesmo saber.*

“Integrada” no sistema, M. fala com voz de autoridade sobre estes assuntos e, apesar de ser das mais jovens da comunidade, era frequente encontrá-la a explicar a quem chega à *casa* pela primeira vez onde ir, como ir, o que dizer e com quem falar. Para além disso, M. também tinha alguns contactos de lugares onde se podia arranjar trabalho com maior facilidade, sobretudo, turnos em fábricas e empresas de limpeza. M. transitava frequentemente entre esses empregos, não permanecendo em nenhum trabalho por mais de 4 semanas. *O meu filho ficou doente, o horário não dava mesmo com o meu cachopo, com o infantário, noites aqui já me disseram que não dá*, como refere<sup>161</sup>. Apesar das dificuldades que expressava, conseguiu sempre arranjar trabalho

---

<sup>160</sup> Refere-se a uma outra jovem de idade próxima à sua que conheceu no seu percurso institucional. Mais tarde encontraram-se de novo já na comunidade de inserção. Trata-se de uma jovem que marcou profundamente a memória recente de todas as mulheres com quem se conversou e que com ela coabitaram. *Eles* [referindo-se ao tribunal] *retiram-lhe o filho*, contavam, *isto foi aqui um pandemónio, mais um*. Certa vez, quando uma outra jovem usou “elas” em vez de “eles”, referindo-se às doutoras, gerou-se uma pequena discussão. Uma das outras duas mulheres presentes rapidamente corrigiu: *elas? O tribunal! Elas nisso não têm a decisão final*. A outra mulher expressou um sinal de concordância mas a jovem continuou *pois, mas são os relatórios delas que eles leem, então são elas que nos tiram os filhos, ou não é assim?* A mulher continuou, *pois é, está bem, mas não acho bem que digas isso assim dessa forma, as doutoras também sofrem com estas coisas, isto não é nada fácil, é um stress isto nesta casa*.

As referências a esta jovem surgiam sobretudo de forma negativa onde se procurava representar que ali “coisas incríveis [negativas] acontecem”, diziam, como um polo negativo que serve de referência e que surgia em contraposição à dona M. e à dona D. descritas como “senhoras” e tratadas como “dona”, quer pela sua faixa etária mas também pela sua postura na comunidade. Além disso, tanto o pessoal técnico como as restantes mulheres que com elas conviveram diziam que os casos destas senhoras eram diferentes: *ali era mesmo violência*, disse-me uma das mulheres que também sofreu maus tratos por parte do companheiro. Dona M., particularmente, aparecia com relativa frequência na comunidade durante a realização da pesquisa, por isso, mesmo as novas residentes a conheciam e a tratavam por dona M..

Ainda relativamente à relação entre M. e a jovem referida, M. expressava com frequência um sentimento de carinho por esta jovem referindo muitas vezes que apesar de saber que *são casos diferentes, eu não sou igual a ela, tenho medo que me aconteça o mesmo*. Note-se ainda que segundo a percepção de M. seria mais difícil perder o seu filho pelo facto de que este não era saudável, logo seria mais difícil *dá-lo a uma outra família* (referindo-se à situação de adopção).

<sup>161</sup> A comunidade de inserção auxiliava as mulheres com os seus filhos, designadamente, ia buscá-los por vezes à creche e uma auxiliar ou, como já vimos, uma outra mulher da comunidade, podia eventualmente cuidar do filho na ausência da mãe. Porém, tal ajustava-se caso a caso, tendo sido observado durante o trabalho de campo que não existia uma regra geral instituída. Sendo assim, pensa-se que havia uma relação directa entre o auxílio prestado e o caso respectivo, envolvendo mesmo questões relativas à situação legal dos filhos na comunidade. No entanto, destacam-se algumas tendências gerais: 1. cabia às mães a responsabilidade de prestarem todos os cuidados necessários aos seus filhos ou procurarem arranjar alternativas seguras durante a sua ausência por

antes de avaliações ou audiências importantes que colocariam “em risco o seu processo” conduzindo à eventual “perda do seu filho”<sup>162</sup>. *Assim já dá para desenrascar*, dizia, *vamos lá ver quanto tempo me aguento neste*. Se M. não tinha a mesma dificuldade que outras mulheres em encontrar trabalhos, revelava imensas dificuldades na manutenção dos mesmos. Refira-se que o seu filho possuía uma doença que se enquadrava na categoria de “doenças raras”, segundo a própria e uma técnica da comunidade.

\*

Após dois anos na instituição que a acolheu pela primeira vez, transitou para a comunidade de inserção há mais de seis meses. *Foi a A. que me trouxe para cá*, diz, *se eu hoje tou bem no meu estado psicológico, dou graças a ela por estar a falar disto à vontade. Nos primeiros 3 meses foi muito difícil para a A. sacar qualquer coisa. Porque eu desconfiava de tudo, tinha medo que o pai do F. a conhecesse. Se o F. ainda está aqui comigo é graças a ela. E foi por isso que ela me trouxe para cá*. M. foi contra esta mudança mas, como teve oportunidade de explicar, não teve alternativa uma vez que a instituição mudou de projecto: *As irmãs mudavam sempre de projecto ao fim de uns anos*.

“Passei muito, custou-me imenso. Foi uma mudança radical depois vir para cá. Foi muito complicado porque eu aqui tive que gerir psicóloga directora logo na primeira semana porque eu não podia tratá-la como psicóloga, mas sim como directora. Ainda hoje, pronto, eu confio nela. (...) Eu sei que ela agora não é minha psicóloga. (...) É muito complicado. Às vezes esqueço-me. (...) Ela aqui não pode pensar só em mim. (...) Foi muito complicado saber que ela não é minha psicóloga e que se contar alguma coisa as outras técnicas sabiam, as funcionárias sabiam. (...) Eu já a conheço [referindo-se à psicóloga que a acompanha agora] há 9 meses mas nunca tive aquela vontade de me abrir com ela como tinha com A., ela foi a minha psicóloga. (...) Se eu tivesse que escolher a minha psicóloga escolhia a G.<sup>163</sup>. Pronto [risos] não há explicação. Ela sabe ouvir, dá conselhos, é um porto de abrigo, como eu costumo dizer. Ela conhece-nos. (...). Está cá todos os dias, trabalha sozinha, ela sabe o que tem de fazer, é algo seguro nesta casa. (...) Tem o seu feitio [risos]. Ela diz-te tudo pela frente, embora doa é bom. (...) Confio nela, sei que sabe muita coisa minha que elas não sabem, que ela não conta.”

---

motivos vários; 2. mesmo se estivessem no seu posto de trabalho, quando os filhos estavam doentes geralmente cabia às mães assegurar o cuidado dos mesmos o que implicava, por vezes, ausentarem-se do respectivo emprego; 3. trabalhos que envolvessem turnos nocturnos eram desaconselhados e geralmente recusados pela instituição. Trabalhos que implicassem não ter tempo para preparar os filhos de manhã e após a creche também eram desaconselhados, apesar de sempre se ter verificado uma maior flexibilidade institucional a este nível, sobretudo quando apenas envolvia a não disponibilidade da mãe num dos períodos (manhã ou tarde). Com o agravamento da chamada “crise económica” e com a manifesta subida da taxa de desemprego entre a população à qual a comunidade de inserção dava resposta social houve uma flexibilização desta postura institucional. Refira-se que previamente à entrada em campo a taxa de empregabilidade das mulheres rondava os 100% (fonte oficial) e no final do trabalho de campo metade das mulheres estava desempregada ou trabalhava poucas horas por semana. Numa importante reunião, já referida neste trabalho, ficou decidido que *neste momento tão difícil* o que interessava é que arranjassem trabalho e *depois pensa-se no resto, uma coisa de cada vez*, comentou a propósito a directora da comunidade; 4. Por forma a ajustarem-se institucionalmente à situação descrita anteriormente, a comunidade passou a fomentar activamente a construção de relações de entreajuda entre as mulheres *que se deveriam manter num tempo futuro*, palavras da directora referindo-se a um futuro fora da instituição. Sendo assim, passou a ser recomendado que se estabelecessem uma espécie de acordos de parceria entre as mulheres, *tu ajudas-me hoje eu ajudo-te amanhã*, palavras da directora. Refira-se ainda que, pela observação de campo, chegou-se à conclusão que mais auxílio não era assegurado principalmente por dois motivos: a necessidade de autonomizar as mulheres o mais rapidamente possível e devido a limitações no número de profissionais disponíveis para desempenhar essas tarefas.

<sup>162</sup> Como já foi referido, com o propósito de respeitar o direito à privacidade das mulheres foi nossa opção procurar não obter informação sobre a sua situação na casa, designadamente no que se refere a questões tutelares dos seus filhos. Assim, com pontuais excepções, toda a informação que se tem conhecimento sobre o processo individual de cada mulher foi obtida através das próprias derivando, portanto, da sua própria percepção sobre o seu processo. Neste caso concreto o que se sabe é que M. estava em risco de não conseguir a guarda do seu filho que se encontrava a viver consigo sob responsabilidade da comunidade. No entanto, tinha muitas esperanças, pelas suas palavras: *“o que A. disse foi, não ponhas em causa a tua relação com o F. porque está fora de questão retirarem-te o filho pela relação que vocês têm. O F. é um miúdo muito chegado a mim e eu não me tou a ver sem ele. Posso dizer num momento de fúria que queria que ele fosse para o pé do pai mas eu não me estou a ver sem ele. Passei muito com ele”*.

<sup>163</sup> Funcionária da instituição que se optou por individualizar.

[noutra circunstância]

“Dou-me super bem com elas todas [referindo-se às restantes auxiliares e às técnicas] mas nós temos de ter cuidado de não ter confiança, sabes? Não dar confiança. Eu sei que se contar alguma coisa vai sair para todas as técnicas, para todas as funcionárias, seja eu a contar a uma técnica seja eu a contar a uma funcionária, é a mesma coisa, 2 dias, 3 dias toda a gente sabe.”

A., actual directora da comunidade, foi psicóloga de M. durante a sua permanência na primeira instituição que a acolheu. Ao assumir funções de directora na nova instituição, A. deixava de estar sujeita aos mesmos códigos de confidencialidade que pautavam a sua relação com M. antes da sua chegada à comunidade, esta era a percepção de M. que coincidia com a percepção de A., embora a psicóloga – directora se mostrasse bastante flexível na sua relação com M.. Além disso, enquanto todas as outras mulheres tratavam a directora por Dr.<sup>a</sup> A., M. tratava-a, na maioria das vezes, apenas por A., evidenciando a relação mais próxima entre ambas. No entanto, para M. essa proximidade com A. não a colocava numa posição de vantagem em relação às restantes mulheres, mas sim era geradora de ambiguidades podendo, em determinadas circunstâncias, ser interpretada como uma desvantagem. Como M. conta, a psicóloga – directora *sabe toda a minha vida, é difícil esconder-lhe algo porque ela sabe a minha história e conhece-me bem. Eu não a consigo enganar, não é que queira.* [risos].

Para M., pela natureza da sua relação com A., não conseguia manter a mesma privacidade nas suas rotinas quotidianas, algo que valoriza, comparativamente às outras mulheres uma vez que não conseguia “esconder-se” com a mesma facilidade. Assim, segundo a sua percepção, essa proximidade em vez de intimidade poderia traduzir-se numa maior exposição, algo considerado como negativo.

Na generalidade, a manutenção de uma certa privacidade quotidiana era percebida pelas mulheres como um factor importante para se viver bem na comunidade. Por diversas vezes e numa pluralidade de circunstâncias foi referida a questão do “escrutínio” diário, quotidiano, a que se sentiam sujeitas. Essa “avaliação”<sup>164</sup>, também quotidianamente referida, era percebida como uma ameaça uma vez que, do seu ponto de vista, qualquer avaliação menos boa poderia conduzir, no limite, “à perda dos filhos”, motivo pelo qual uma larga maioria das mulheres se dispunha a permanecer na instituição, pelas suas palavras: *eu estou aqui pelos meus filhos; olha filho um dia mais tarde vais perceber que estamos aqui por ti, que faço este sacrifício, aturo esta seca toda por ti, não te queixes tanto e agradece-me (...) tou a brincar contigo; eu quero estar aqui, cumprir tudo e sair como entrei* [com os filhos]. De facto, para atravessar

<sup>164</sup> De facto, nos discursos mais ouvidos em campo ressaltava sempre esta ideia percepção por parte das mulheres de uma avaliação permanente, diziam, por exemplo: “estão sempre a avaliar-nos”, “tudo o que fazemos elas tomam nota”, *que stress, não podemos fazer nada sem que a gente do gabinete saiba, chega-lhes sempre aos ouvidos* [C.].

este momento com sucesso para as mulheres era essencial manter uma certa reserva dos seus movimentos quotidianos pois de outra forma consideravam que podiam ter uma avaliação menos boa, não *agradar às doutoras* e ser prejudicadas “no seu processo”.

\*

*“Com as irmãs tínhamos pressão mas não tanta como aqui. Aqui ou fazes ou então diz-lhe adeus!”*

Para M. a *outra casa era como uma família* sobretudo porque sentia ser mais segura, as pessoas eram mais estáveis e podia contar sempre com elas: *as irmãs estão sempre lá, estavam sempre lá para nós e para os nossos filhos*. Na comunidade, pelo contrário, *é tudo uma grande confusão, sempre gente a entrar e a sair, uma* [referindo-se às auxiliares que trabalham na comunidade] *diz que é para fazer uma coisa de uma maneira, vem outra já diz que é de outra, é muito confuso. Com uma podemos limpar de uma maneira com a outra já tem de ser outra. Temos de nos adaptar a elas a toda a hora. (...) Ora se pode brincar ora não se pode*. Na outra instituição, pelo contrário:

“As irmãs estavam lá sempre, o meu filho tinha o carinho das irmãs todo o tempo. (...) Elas compreendiam-nos melhor porque passavam 24 sobre 24 horas connosco. Aqui é totalmente diferente porque são sempre pessoas a mudarem, as técnicas não estão cá 24 sobre 24 horas. Lá quem saía eramos nós, era tudo muito mais estável. (...) Aqui elas poem-nos a mexer. (...) Eu compreendo que tem de ser assim, que fazem isso por nós, o tribunal não nos dá muito tempo. Mas é muito stressante e angustiante para mim e para o meu filho. (...) Sinto mesmo falta da outra casa. (...)”

“Esta casa é mais realista obriga-nos a dar a volta por cima, a enfrentar as coisas como elas são... Aqui elas querem que a gente lute. Na outra as irmãs diziam-nos que não devíamos enfrentar o pai dos filhos. (...) As irmãs protegiam-nos muito do mundo lá fora. Elas aqui não, são muito directas. Vai, vai, tens que ser tu. Isto vai ser assim e assim e não há volta a dar. E nós sabemos que a realidade é mesmo assim. Já as irmãs não, como eu costumava dizer punham-nos a papinha toda. Eu vim de quem tinha a papinha toda à frente para aqui... que não tem nada.”

Segundo Bourdieu (2001 [1994]: 94) a família normal é frequentemente concebida como uma realidade que para além doutras propriedades assenta na ideia de “residência, da casa como lugar estável, que permanece, e da gente da casa como unidade permanente, associada de maneira duradoura à casa”. Esta caracterização para além de descrever o que é uma família normal é ela em si também construtora da realidade social (*idem*: 93). Em termos comparativos e regressando ao caso de M., para esta jovem mulher, mãe, a casa das irmãs tinha atributos do que, para si, era uma família. Apartada da sua família, situação percebida pela própria como “não normal”, na instituição religiosa que a acolheu em primeiro lugar, encontrou a “família normal” que valorizava e desejava sentindo-se, portanto, bem. Essa instabilidade que sente na comunidade e que contribuía para a ideia de que *aqui é tudo diferente, aqui já não é como uma família*, circunstância que lhe provocava sofrimento, afectava também o seu filho:

“Mante-lo cá é muito complicado, eu sei disso, porque há sempre pessoas a entrarem e a saírem, entrarem e a saírem, entrar e sair. E para ele é prejudicial porque ele afeiçoar-se às pessoas e depois as pessoas desaparecem de um momento para o outro e ele não sabe onde é que as pessoas tão. (...) Tanto crianças como adultos, as duas coisas. (...) E depois pergunta: on tá? E eu não sei o que responder. Já não sei o que dizer. E ele sofre, eu sei que sofre. Eu já tou habituada, já sei que aqui é o entra e sai mas ele não.”

Para além das dinâmicas institucionais referidas, percebia outros aspectos contrastantes que lhe causavam insatisfação, designadamente, a dimensão da casa que gerava *barulho, confusão*, os *conflitos* permanentes, *mal entendidos* as *disputas* ou, como refere, *muita mãe e muita criança junta, só pode dar confusão, porque uma mãe faz de uma maneira outra de outra e na outra instituição estavam lá as irmãs*, referindo-se ao facto de na outra instituição as irmãs estarem mais presentes nos cuidados primários e no cuidar em geral das crianças, sendo percebidas como *segundas mães*<sup>165</sup>. Como refere, *na outra casa também eram os filhos que nos uniam, aqui os filhos desunem mais do que unem. Aqui os filhos andam à pancada e depois as mães andam também* [risos].

M. mostrava-se também insatisfeita com o excesso de regras que advinha, na sua opinião, do excesso *de gente e de casos complicados*. Por tudo isso, aqui ao contrário da outra casa onde viveu *era preciso ter muito cuidado, porque sem ter culpa podemos nos queimar e perder tudo* [fazendo alusão ao filho]. *Aqui é tudo com um interesse, faço-te isto porque já estou à espera que me ajudes*. Voltando a Bourdieu (2001 [1994]: 94), frequentemente os discursos sobre a família constroem-na como o lugar “da confiança” (*trusting*) e “da dádiva” (*giving*), “o lugar onde se suspende o interesse no sentido estreito do termo, quer dizer a busca da equivalência nas trocas”. Entre outros factores, esta ausência de “dádiva” e de “confiança” parece contribuir para a percepção da comunidade *como tudo menos família*, por um lado, e para a percepção da casa das irmãs *como família*, por outro.

“Não vou dizer que são as pessoas com quem, pronto, isto viver em comunidade é como se vivesse em família, não vou. Não vou tratar isto como uma família. É assim eu posso me dar com toda a gente mas eu vejo que há sempre conflitos umas com as outras. E a isto não vou chamar família porque não é. Mas eu isto aqui não aceito como família, mesmo a casa em si... Não considero como família. É uma casa sim senhora onde há crianças, onde há tudo e mais alguma coisa, mas eu não considero uma família não. Da maneira que a casa é... é muita confusão é muita gente junta. E há muitas pessoas que enfim. (...) Em vez de haverem [*sic*] conflitos, virem costas, virem-se, façam o que quiserem. Esta casa é totalmente diferente da outra. Ali era mais uma família pronto era ali uma ligação, entre nós e entre os miúdos.”

Essa falta de ligação entre pessoas na comunidade<sup>166</sup> referida era também percebida como uma falta de “ligação comunitária”, pelas suas palavras, *isto chama-se comunidade mas é cada uma que se safe* [risos]. *Não há cá grandes ajudas, não há cá amizades, nem parece comunidade. Vivemos juntas mas é isso*. Assim, para M., as relações geradas na comunidade de inserção distanciam-se das relações de intimidade

<sup>165</sup> Na comunidade as profissionais também em determinadas circunstâncias, como já foi referido, cuidavam das crianças. Para além disso, era notório o carinho que tinham por elas, sobretudo com as que aí estavam há mais tempo e com as que conviviam mais, precisamente por terem de cuidar delas na ausência das mães. No entanto, havia a preocupação institucional de delegar a tarefa do cuidar da criança à sua mãe. Ouvia-se, por vezes, *anda à tia*, revelando esse carácter próximo às crianças, no entanto, não funcionavam como “segundas mães”. Esta responsabilização da mãe reforçava, também, o carácter transitório e de apoio deste equipamento social, distanciando-se, por isso, de outros modelos institucionais (como o *das irmãs*).

<sup>166</sup> Nos seus discursos incluía igualmente as profissionais que trabalhavam na comunidade.

da casa das irmãs, próximas ao que considera como relações familiares. Por outro lado, estranha o nome do equipamento social pois aqui apenas se partilha um espaço e não se vive o que pode ser entendido, em termos comparativos, como um “espírito comunitário”: “o sentimento de pertença que as pessoas exibem a uma entidade de pequena escala social e cultural que é maior do que a 'família', mas menos impessoal do que a burocracia ou organização de trabalho” e que se reflecte no tipo de relações que os seus membros estabelecem entre si (Hamilton 1985: 8).<sup>167</sup>

Deste modo, a comunidade na promoção da autonomia das mulheres que aqui residem não satisfaz os desejos relacionais de M., limitando as suas possibilidades no tecer de relações de intimidade desejadas e importantes para a concretização de um projecto de vida desejado e em autonomia, ou seja, fora da instituição. Por outro lado, se esta situação é geradora de sofrimentos também pode ser a chave para uma total autonomização de M. em relação ao universo institucional, objectivo da comunidade de inserção e projecto também desejado por M.. Com efeito, se o trabalho da comunidade de inserção, ao contrário do da primeira instituição, faz com que M. visualize um futuro mais próximo fora de uma instituição – uma *casa de verdade* –, algo que valoriza profundamente, as alternativas que lhe são oferecidas neste percurso são percebidas como limitantes e, por isso, são geradoras de sofrimentos que, no quotidiano, condicionam essa mesma autonomização institucional colocando “em risco” a concretização do seu projecto de vida, tecido na e com a comunidade.

Procurando enquadrar o momento ambíguo vivido por M. e seguindo a abordagem que Sen (2005: 164) nos propõe, a *capability-based approach*, conclui-se que apesar dos seus desejos irem de encontro às expectativas institucionais o seu percurso institucional condiciona as possibilidades que dispõe para fazer escolhas que considera de valor. Por isso, se num primeiro momento o viver numa instituição foi percebido como libertador, hoje é percebido como uma situação limitante da qual M. se quer libertar, a si e à *sua família*.

---

<sup>167</sup> A comunidade de inserção em questão enquanto equipamento social de uma instituição não assumia para a generalidade das mulheres com quem se conversou os sentidos para os quais o termo “comunidade”, no senso comum, transporta. Algumas mulheres não sabiam que a nomenclatura do equipamento era “comunidade de inserção”. Quando queriam identificar o equipamento referiam a “instituição”, “a X.” (nome do equipamento que por razões de confidencialidade não se faz referência) ou então, como foi referido, simplesmente a casa. Quase todas sabiam o nome da instituição (IPSS) responsável pela gestão do espaço.

Ao contrário das outras mulheres, M. procurava construir laços mais profundos semelhantes aos vividos na outra instituição o que lhe gerava imensos desafios e frustrações uma vez que aqui, neste equipamento, tal não se revelava tão possível. Algumas mulheres referiam mesmo que apesar de viverem em conjunto isto “não é uma comunidade”, por isso, compreendiam que algumas mulheres se isolassem dentro e/ou fora deste espaço.

### 3.3.3 Notas finais: perspectivas de futuro

Ao transitar, de forma involuntária, para a comunidade de inserção, equipamento social cuja filosofia, estrutura e metodologia de intervenção difere da primeira instituição<sup>168</sup>, M. desvinculou-se espacialmente desse lugar. No entanto, os contactos com a instituição e com as pessoas com quem aí coabitou mantinham-se e eram até bastante frequentes. Assim, embora aí não vivesse, mantinha uma relação de proximidade com *a casa* e com *as pessoas da casa*, ou seja, permanecia um sentido de pertença a esse lugar que era *como uma família* – a sua *rede*. No entanto, esse sentido de pertença começava a ser percebido de forma ambígua pois o que para si era *como família* e a *sua casa* estavam a mudar:

“Este natal passei cá custou-me. Desde que estou em Coimbra nunca fui passar com a minha mãe, passava sempre como elas na outra casa. (...) Não passei com ninguém<sup>169</sup>. No dia de natal só fui almoçar a casa das irmãs, o que me custou mais. Porque a casa não é a mesma. Elas antes estavam a ajudar meninas de violência e aquelas outras coisas, agora é só meninas da rua. Como aqui há mais meninas de rua do que nas outras casas que elas têm espalhadas pelo país...”

Por sua vez, a comunidade não preenchia as suas expectativas relacionais, não gerava bem-estar e segurança como acontecia na primeira instituição. Assim, M. dizia viver um dilema. Se a primeira instituição permanecia como um referencial, uma *casa* (*como família*) de referência, o seu percurso futuro teria necessariamente de passar por uma autonomização em relação a essa casa – instituição. Por outro lado, como refere *sozinha não vamos a lado nenhum, como me diz a A.*, aludindo às dificuldades para uma jovem mãe em coordenar a manutenção de um trabalho precário com o cuidar de uma criança pequena e doente sem ajuda de terceiros<sup>170</sup>. Para M., “não ir a lado nenhum” significava não ter a oportunidade de cuidar do seu filho de forma autónoma, ou seja, “dar-lhe uma casa” e “decidir como educa-lo” ou, pelas suas palavras, *não ter de dar satisfações a ninguém*, referindo-se à instituição e a todas as entidades com que contactou neste percurso. Assim, o seu futuro com o seu filho teria sempre de passar pela criação de relações de proximidade com outras pessoas. Pelas suas palavras:

“Estou aqui por causa dele. Sei que vai ser difícil estar lá fora, o F. fica muitas vezes doente, aqui sempre há alguém que fique com ele umas horas. Fiquei com o F. na condição de renovar mais uns meses aqui. Já vi aqui mães darem os filhos, tirarem-lhes os filhos. Fico assustada. Mas tenho mesmo muito medo. Quando vejo as mães a perderem os filhos questiono-me se serei capaz de cuidar dele ou se também o irei perder. (...) Foi um alívio. Desde

<sup>168</sup> Note-se que tudo o que se sabe sobre a instituição religiosa que primeiramente acolheu M. advém das histórias que contou. No entanto, outras fontes, que contactaram com essa mesma instituição referiram que teria uma intervenção mais *paternalista* sendo, por isso, *mais indicada para raparigas jovens ainda a necessitarem de um apoio quase maternal, que nunca foram verdadeiramente autónomas*. Para a pesquisa que se apresenta importa destacar as diferenças tais como percebidas por M., acreditando-se que essas percepções são também elas válidas para a caracterização e, sobretudo, diferenciação entre instituições.

<sup>169</sup> Muitas mulheres foram passar o Natal fora da comunidade de inserção. No entanto, algumas permaneceram na casa, como M., e esteve sempre presente uma auxiliar. Foi organizado igualmente uma pequena ceia de Natal.

<sup>170</sup> Para garantir a guarda do filho em autonomia, M., para além de outros aspectos, teria de apresentar *a sua rede*, como teve oportunidade de explicar. A propósito, outra mulher residente na comunidade referiu: *elas querem saber quem fica com o menino quando não posso estar, tenho de provar que tenho alguém. (...) as vizinhas, alguém. E elas têm de ir lá dizer que podem*.

que elas disseram na reunião para nos organizarmos. (...) São elas que estão a organizar quem fica com quem... eu tou mais na boa. (...) É assim estão nos a prender a outra pessoa foi aquilo que a A. disse depois de sair daqui vocês ainda vão continuar a precisar e tão-nos a prender a uma pessoa. Eu não me interesso porque as pessoas daqui eu dou-me bem com elas. Não me dou mal com ninguém mas prender-me a uma pessoa é assim um bocado. Eu aqui se deixar o meu filho, se tiver confiança para deixar o meu filho a duas pessoas [mulheres residentes na comunidade] é muito. Não deixo a mais ninguém. Não é a questão de não deixar é a confiança que eu tenho com as pessoas, é daquilo que eu vejo, é daquilo que está em volta, muito complicado.”

[Noutra circunstância]

“Já estou numa instituição há 3 anos, é muito tempo. O F. nasceu numa instituição, cresceu, está a crescer numa instituição, o que é mau para ele e para mim também. (...) Porque não tenho aquela coisa de dar uma casa ao meu filho, de dar aquilo que lhe queria dar. E o tribunal valoriza os afectos, valoriza, mas mais a remuneração para o sustentar. É muito complicado, eu não sei o que vou fazer. Eu tenho a noção que não posso fazer uma loucura. Mas se acontecer, só mesmo no momento saberei. Sei que vou entrar em desespero total mas também tenho a noção que não posso fazer nenhuma loucura naquele momento [reflectindo sobre a possibilidade de poder ver o seu filho afastado de si por decisão do tribunal]. Como a A. diz, o meu tempo tá a acabar. (...) Ou o tribunal me tira, não sei, para ela me dizer isto. Ou ela sabe de alguma coisa ou então não sei. Espero, espero que ela disse isso para que eu não ande de um lado para o outro, para que eu procure trabalho. Eu nem sei por onde começar.”

Bourdieu (2001 [1994]: 93) refere na citação que conduziu o capítulo que “a definição dominante, legítima, da família normal (...) assenta numa constelação de palavras, casa, gente da casa (*maisonée*), *house*, *home*, *household*, que, sob a aparência de a descrever, constroem de facto a realidade social”. De facto, como os estudos sobre famílias e unidades domésticas parecem revelar (Yanagisako 1979; Pina Cabral 1984, 1989; Drake 1996 [1994]; Creed 2000; Bourdieu 2001 [1994]), existe uma disparidade entre o que numa sociedade é tido como normal (ideal) e os arranjos domésticos que as pessoas de facto constroem nas suas vidas (Yanagisako 1979: 167). Neste capítulo procurou-se reflectir sobre a relação entre o que uma jovem mulher percebe relações *como de família* e os desafios que experiencia no seu percurso institucional na construção de relações de intimidade. Como vimos, *na casa da irmãs*, M. encontrou o que para si era *como uma família*, um lugar estável com a “mesma gente da casa” que, tal como M., cuidavam do seu filho, não como profissionais mas *como segundas mães*. Ao transitar para a comunidade de inserção, equipamento social diferente da *casa das irmãs*, o seu universo relacional transformou-se. Agora era M. e o seu filho numa instituição, durante um período definido no tempo.

Com a percepção do limite do período institucional novos desafios se apresentam e novas escolhas devem ser tomadas, escolhas essas que, como vimos, estão profundamente condicionadas pela natureza do próprio percurso institucional, uma vez que as alternativas que M. dispõe de facto para a construção do seu projecto de vida são limitadas pela sua relação com a comunidade de inserção (Sen 2010 [2009]; Pussetti *et al.* 2011). Assim, se a comunidade de inserção, pela forma de actuação, força M. no sentido dos seus sonhos, “dar” uma *nova casa* ao seu filho, uma *casa verdadeira*, também lhe desperta os seus maiores temores: a separação do seu filho e a destruição do seu “projecto de vida”.

## II. Conclusão

“Se a interpretação antropológica está construindo uma leitura do que acontece, então divorciá-la do que acontece (...) é divorciá-la das suas aplicações e torna-la vazia”. Assim, é importante olharmos para o que “nos propomos interpretar” (Geertz (1978 [1973]: 28).

Procurou-se, ao longo do trabalho, demonstrar que a autonomia e subjectividade das escolhas em que se baseia a intervenção da comunidade de inserção, mais do que uma condição de partida, é uma possibilidade que se concretiza, ou não, no decurso de relações e negociações intersubjectivas, que reflectem ideias e práticas particulares. Neste processo em que as mulheres procuram construir projectos de vida que lhes sejam significativos, orientadas sobre como essa vida deverá ser, decorre um longo e complexo percurso até se alcançar as “metas” definidas. Quem as *ajuda* “na construção dos seus próprios projectos de vida para se tornarem” cidadãs “bem” integradas (Pussetti *et al.* 2011:474), sente que muito do seu trabalho passa por uma mediação entre os diversos intervenientes cujos pontos de vista nem sempre se encontram. Assim, a comunidade de inserção compreende (e, também, vivencia) as ambiguidades e dificuldades percebidas e experienciadas pelas mulheres no seu quotidiano institucional. Como foi referido pela directora do equipamento social, não é fácil criar *propostas que sejam validadas por elas, dentro da realidade delas, enquanto mães, enquanto mulheres, com as suas histórias de vida e que sejam bem aceites, bem percebidas e compreendidas, no quadro de referência dos tribunais.*

Assim, a comunidade de inserção afasta-se de outras instituições (Goffman 1961; Foucault 2009 [1975]), situando-se, tal como as mulheres, num meio *liminar*. A comunidade não é bem uma casa ou uma instituição, é um lugar onde tanto o universo doméstico como o institucional não se materializa plenamente. Por isso, a intervenção que ali se processa não representa apenas uma “etapa intermédia de um percurso que vai do acolhimento à autonomia das pessoas” (DGSSS 2004: 1), é um espelho invertido da própria intervenção, que se constrói *nas e pelas* relações, ambíguas e contraditórias, que se estabelecem entre o “sistema de protecção social” e as mulheres e famílias a quem o “sistema” pretende “ajudar” e “proteger”.

O lugar comunidade de inserção, por sua vez, mesmo enquanto lugar de passagem, caracterizado por transformações aceleradas, assume significados marcantes para quem aqui habita “transitoriamente”, também marcados por elas e pelos seus filhos e filhas. Se nenhuma pessoa com quem se conversou desejava viver num equipamento social, para algumas mulheres, foi por estarem na comunidade de inserção que puderam ambicionar uma vida mais livre e recomeçar a construir um “projecto de vida” que

consideravam mais significativo. Contudo, para outras, esta opção não foi de encontro às necessidades que entendiam privar, ou o tempo de permanência na casa prolongou-se para além do que entendiam ser necessário. Nestas circunstâncias, as possibilidades de partida tornavam-se limitantes. Os “medos” e as “incertezas” substituíam as expectativas e o acreditar que iam conseguir reconstruir, ali, uma vida melhor. Deste modo, histórias que eram percebidas como diferentes “tocam-se”, experiências individuais ganham também forma de experiências intersubjectivamente partilhadas. Contudo, se as “incertezas” e os “medos” se tornam comuns, continua a existir uma responsabilização individual pela vivência dos mesmos. Assim, por vezes, na construção dos seus projectos de vida, torna-se tão (ou mais) importante corresponder às expectativas, como seguirem as suas vontades subjectivas, principalmente quando estão na comunidade também enquanto “mães”:

“Quem chega em autonomia é muito mais fácil. Outra coisa é, muitas delas não são responsáveis pelo seu próprio projecto de vida, a muitas delas não lhes é dado o direito de decidir. Ou melhor, é-lhes dado o direito de decidir se querem ou não ficar com os filhos e se querem ter de vir para aqui cumprir determinado projecto. O que as obriga a procurar um espaço onde aquilo que um juiz e um conjunto de técnicos definiu como sendo o melhor trajecto para aquelas crianças, faça sentido. (...) Acho que é um bocado difícil não é? Porque obrigamos pessoas a viverem o nosso quadro de referência. Ah, o meu, o da minha colega da EMAT [Equipa Multidisciplinar de Apoio ao Tribunal], o do juiz que tomou a decisão, do procurador que teve por perto. Portanto, de repente... uma coisa eu costumo dizer que, claramente, aprendi aqui nesta comunidade. Há tantos mundos possíveis, há tantos mundos possíveis e às vezes é muito difícil compatibilizar esses mundos. Não sejamos, não vivamos numa ilusão, grande parte das mulheres que aqui recebemos, tem uma realidade completamente diferente da nossa. (...) E o juiz, a técnica de serviço, são quadros superiores, não é? Portanto, até que ponto as nossas realidades podem tocar as delas? Não sei... agora somos um conjunto de técnicos que têm determinadas responsabilidades, responsabilidades sociais, que têm formação para ter determinadas responsabilidades sociais e que têm, antes de mais, a responsabilidade, o dever e a ética de proteger crianças. É aqui a pedra-de-toque” [palavras da directora].

Um percurso institucional apresenta sempre desafios para quem o vive, podendo representar uma fase particularmente difícil. Ao longo do trabalho, procurou-se pelo modo como as mulheres e jovens mulheres percebem, experienciam e significam o momento que atravessam, demonstrar-se a dimensão plural, por vezes ambígua e contraditória, que o viver numa “instituição” e o *aceitar* tentar construir um *novo* projecto de vida assume. Se, por um lado, o estar ali condiciona sempre o seu presente, por vezes, é também percebido como “a chave” para que vivam, no futuro, uma vida mais significativa comparativamente à do passado. No entanto, se o “desfecho” não for “bom” também pode conduzir a sofrimentos maiores e, em certos casos, criar proximidades com as situações que viviam e que as conduziram a viver num equipamento social comunidade de inserção.

Situando-se a interpretação etnográfica que se apresenta nas mulheres e jovens mulheres que vivem um momento significativo nas suas vidas numa comunidade de inserção, pensa-se que o modo plural como percebem, experienciam e significam este

momento contribui para compreender melhor os processos que atravessam as pessoas que necessitam de ser ajudadas com medidas de acolhimento institucionais. Deste modo pode-se reflectir, comparativamente, sobre outros processos nos quais também participamos, somos afectados, porque é nas posições ambíguas, *liminares*, que, por vezes, o que orienta os mundos se revela melhor.

### III. BIBLIOGRAFIA

- AMIT, V. 2000. "Introduction: Constructing the Field". In: Vered Amit (ed.), *Constructing the Field: Ethnographic Fieldwork in the Contemporary World*, London: Routledge, pp. 1-18.
- AZAMBUJA, M.P.R.; Nogueira, C.. 2007. "Violência de gênero: uma reflexão sobre a variabilidade nas terminologias", *Saúde em Debate* 31, 75,76,78: 97 - 106.
- BACHELARD, G. 1994[1958]. *The Poetics of Space*, Beacon Press, Boston.
- BAPTISTA, I. 2002. "Casas-abrigo em Portugal: uma realidade desconhecida". Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia, Janeiro de 2002, pp. 55-58.
- BAPTISTA, I. (coord.); Silva, A. P.; Silva, M. J.; Neves, V. 2003. *Violência - trajetórias institucionais de (re) inserção?* Lisboa: CESIS.
- BAUMAN, Z. 2005 [2004]. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- BERLATTO, F.; Sallas, A. L. F. 2008. Um lar em terra estranha: Espaço e sociabilidade em uma casa de estudantes feminina. *Revista Chilena de Antropología Visual* 12, Santiago, Diciembre 2008, 48/69 pp  
Disponível em <[http://www.antropologiavisual.cl/imagenes12/imprimir/berlatto\\_&\\_fayet.pdf](http://www.antropologiavisual.cl/imagenes12/imprimir/berlatto_&_fayet.pdf)>
- BOURDIEU, P. 1998 [1982]. "Introdução", "A economia das trocas linguísticas". *O que Falar Quer Dizer. A economia das trocas linguísticas*, Lisboa: Difel, pp. 7-20.
- BOURDIEU, P. 2001 [1994]. *Razões Práticas: Sobre a Teoria da Acção*. Oeiras: Celta Editora.
- BOURDIEU, P. 2002 [1972]. *Esboço de uma teoria da prática*. Oeiras: Celta.
- BRUNER, M. E. 1986. "Experience and Its Expressions". In: Victor W. Turner and Edward M. Bruner (eds.), *The Anthropology of Experience*, Urbana and Chicago: University of Illinois Press, pp 3-30.
- BURGESS, Robert G. (1997) *A pesquisa de terreno*. Oeiras: Celta Editora.
- CAPUCHA, Luís, (2005) *Desafios da Pobreza*. Oeiras: Celta Editora.
- CAPUTO, V. 2000. "At 'Home' and 'Away': Reconfiguring the Field for Late Twentieth-Century Anthropology". In: Vered Amit (ed.), *Constructing the Field: Ethnographic Fieldwork in the Contemporary World*. London: Routledge, pp. 19-31.
- COUTANT, I. 2010, From street to job: integrating juvenile delinquents. *Etnografica*, février, pp. 71-95.
- CREED, G. 2000. "Family Values and Domestic Economies". *Annual Review of Anthropology* 29: 329-355.
- CRUZ, A. 2004. "Terrenos incertos: antropologia e consciência". *Antropologia Portuguesa* 20/21: 109-131.
- CUNHA, M. I. 2002. *Entre o bairro e a prisão: tráfico e trajectos*. Lisboa: Fim de Século.
- DAMATTA, R. 1997 [1984]. *A Casa & a Rua – Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Rocco. Disponível em: <[http://www.taddei.eco.ufrj.br/AntCom/DaMatta\\_1997\\_ACasaeaRua.pdf](http://www.taddei.eco.ufrj.br/AntCom/DaMatta_1997_ACasaeaRua.pdf)>
- DAS, V.; Poole, D. 2008. El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. *Cuadernos de Antropología Social* 27, Universidad de Buenos Aires, Argentina, pp. 19-52. Disponível em: <[http://www.scielo.org.ar/scielo.php?pid=S1850-275X2008000100002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?pid=S1850-275X2008000100002&script=sci_arttext)>
- DAWSEY, J. C. 1997. Caiando na cana com Marilyn Monroe: tempo, espaço e bóias-frias. *Revista de Antropologia* 40 (São Paulo), n. 1, Sao Paulo, pp. 183-226.
- DAWSEY, J. C. 2005. "Victor Turner e antropologia da experiência". *Cadernos de Campo* 13, USP, São Paulo, pp. 163-176.
- DAWSEY, J. C.; Rodrigues, H.. *Dewey, Dilthey, e Drama: Um Ensaio em Antropologia da Experiência*. São Paulo: Cadernos de Campo, 2005. (Tradução/Artigo).
- DIAS, I. 2004. *Violência na Família. Uma Abordagem Sociológica*. Porto, Edições Afrontamento.

- DIAS, I. 2010. “Violência doméstica e justiça: respostas e desafios”. *Sociologia XX*. Revista do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), pp. 245-262.
- DOUGLAS, M. 1996 [1966]. *Purity and Danger*, Harmondsworth, Penguin.
- DRAKE, M. (dir.).1996 [1994]. “Introduction”. In: *Time, Family and Community. Perspectives on family and Community History*. Oxford UK and Cambridge USA, The Open University & Blackwell Publishers Ltd, pp. 1-12.
- DURKHEIM, È. 2002 [1912]. “Introdução. Objecto da investigação: sociologia religiosa e teoria do conhecimento”. *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. Oeiras, Celta, pp. 5-23.
- FAVRET-SAADA, J. ; CONTRERAS, J. 1981. *Corps pour corps*, Paris, Gallimard.
- FAVRET-SAADA, J. 2005. “Ser afetado”. *Cadernos de Campo: Revista dos Alunos de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP* 13. Universidade de São Paulo, pp. 155-161.
- FOUCAULT, M. 2008 [1979]. “Soberania e disciplina”. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, pp. 179-192.
- FOUCAULT, M. 2009 [1975]. *Vigiar e punir. Nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.
- FROIS, C. 2009. *Estigma, Dependência e Anonimato nas Associações de 12 Passos*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- GEERTZ, C.1978 [1973]. “Uma Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura”. In: *A Interpretação das Culturas*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, pp. 13-41.
- GEERTZ, C. 2006 [1983]. *O Saber Local: Novos Ensaios em Antropologia Interpretativa*. Petrópolis, Vozes, pp 9-84.
- GOFFMAN, E. 1961. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo, Editora Perspectiva.
- GOLDMAN, M. 2005. “Jeanne Favret-Saada, os afetos, a etnografia”. *Cadernos de Campo* 13, USP, São Paulo, pp.149-153.
- GUPTA, A.; Ferguson, J. 1997. “Discipline and Practice: ‘The Field’ as Site, Method, and Location in Anthropology”. In: Akhil Gupta and James Ferguson (eds.) *Anthropological Locations. Boundaries and Grounds of a Field Science*. Berkeley, LA and London: University of California Press, pp. 1-46.
- HALL, E.T. 1986 [1966]. *A dimensão oculta*. Pereira, M.S. Lisboa: Relógio D'Água.
- HAMILTON, P. 1985. “Editor’s Foreword” in Anthony P. Cohen, *The Symbolic Construction of Community*. New York: Ellis Horwood Limited and Tavistock Publications Limited.
- KUPER, A. 1992. “Introduction”. In: *Conceptualizing society*. Londres: Routledge and Kegan Paul, pp. 1-14.
- LE BRETON, D. 1998. *Les Passions Ordinaires. Anthropologie des Émotions*. Paris: Éditions Armand Colin.
- LE BRETON, D. 2006. *Le saveur du monde. Une anthropologie des sens*. Editions Métailie, Paris.
- LOW, S. M. and Lawrence-Zúñiga, D. 2003. “Locating Culture”. In: Low, S.M. & Zúñiga-Lawrence (eds.) *Anthropology of space and place: locating culture*. D. Oxford; Malden: Blackwell Publishing, pp. 1-37.
- MALKKI, L. H. 1995. *Purity and Exile. Violence, memory, and national cosmology among Hutu refugees in Tanzania*, Chicago, The University of Chicago Press.
- MORGEN, S. 1989. “Gender and Anthropology: Introductory Essay”. In: Sandra Morgen (eds.) *Gender and Anthropology: Critical Reviews for Teaching*. Washington, D. C.: American Anthropological Association, pp. 1-20.
- ORTNER, S. 1974. “Is female to male as nature is to culture?”. In: Rosaldo, M. e Lamphere, L. (eds.), *Woman, culture and society*. Stanford, CA: Stanford University Press, pp. 68-87.
- ORTNER, S. 1984. Theory in Anthropology since the Sixties. *Comparative Studies in Society and History* 26 (1): 126-166.
- ORTNER, S. 1996. “The problem of ‘Women’ as an Analytic Category”. In: *Making Gender: The Politics and Erotics of Culture*. Boston: Beacon Press, pp. 116-138.

- ORTNER, S. 2006. "Poder e projetos: reflexões sobre a agência". In: *Conferências e Diálogos: Saberes e Práticas Antropológicas*. 25ª Reunião Brasileira de Antropologia – Goiânia, pp. 45-80.
- PINA-CABRAL, J. 1983. "Notas críticas sobre a observação participante no contexto da etnografia portuguesa". *Análise Social* 19 (76): 327-339.
- PINA-CABRAL, J. 1984. Comentários críticos sobre a casa e a família no Alto Minho. *Análise Social* 20 (81-82): 263-284.
- PINA-CABRAL, J. 1989. "A Casa e a Família". In: *Filhos de Adão, Filhas de Eva. A visão do mundo camponesa no Alto Minho*. Lisboa: Dom Quixote, pp. 65-104.
- PINA CABRAL, J. 2000. "A difusão do limiar: margens, hegemonias e contradições". *Análise Social* 34 (153): 865-892.
- PINA-CABRAL, J. 2007. "Aromas de Urze e de Lama: Reflexões sobre o gesto etnográfico". *Etnográfica* 11 (1): 191-212.
- PINA-CABRAL, J.; Pedroso de Lima, A. 2005. "Como fazer uma história de família: um exercício de contextualização social". *Etnográfica* 9 (2): 355-388.
- PINA-CABRAL, J.; Viegas, S. M. 2007. "Nomes e ética: uma introdução ao debate", in *idem* (orgs.), *Nomes: Género, Etnicidade e Família*. Lisboa, Almedina, pp. 13-38
- POIRIER, J.; Clapier-Valladon, S.; Raybaut, P. 1999. *Histórias de Vida, Teoria e Prática*, Oeiras: Celta Editora.
- PORTUGAL. Direcção-Geral da Solidariedade e Segurança Social. 2004. *Comunidade de inserção: guião técnico*. DGSSS, 2004. Disponível em: «[http://www2.segsocial.pt/preview\\_documentos.asp?r=13105&m=PDF](http://www2.segsocial.pt/preview_documentos.asp?r=13105&m=PDF)»
- PORTUGAL. Direcção-Geral da Segurança Social, da Família e da Criança. 2006. *Respostas Sociais – Nomenclaturas/Conceitos*. DGSSFC 2006. Disponível em: «[http://www2.seg-social.pt/preview\\_documentos.asp?r=15867&m=PDF](http://www2.seg-social.pt/preview_documentos.asp?r=15867&m=PDF)»
- PORTUGAL. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. 2006. *Plano Nacional Para a Inclusão – Portugal 2006-2008*. Lisboa, MTSS 2006.
- PORTUGAL. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Gabinete de Estratégia e Planeamento. 2009. *Carta social: rede de serviços e equipamentos: relatório 2009*. Lisboa: MTSS/GEP 2009.
- PORTUGAL. Direcção-Geral de Reinserção Social. 2010. "Síntese de dados estatísticos da DGRS relativos à vigilância electrónica DGAI 2011 ocorrências violência doméstica 2010". DGRS 2010.
- PUSSETTI, C.; Brazzabeni, M. 2011. "Sofrimento social: idiomas da exclusão e políticas do assistencialismo". *Etnográfica* [Online], vol. 15 (3), posto online em 23 Outubro 2011. URL : «<http://etnografica.revues.org/1036>».
- QUINTAIS, L. 2006. "A metamorfose dos espaços em lugares: genealogia e referência através de Luís Quintais, Fazer o lugar: a antropologia e a arquitectura em diálogo". *Revista NU* 26: 40-41.
- RAPPORT, N.; Overing, J. 2003 [2000]. *Social and Cultural Anthropology: the Key Concepts*. London: Routledge. This edition published in the Taylor & Francis e-Library.
- RODRIGUES, E.V.; Samagaio F.; Ferreira, H.; Mendes, M.; Januário, S. 1999. "Pobreza e Exclusão Social: Teorias, Conceitos e Políticas Sociais em Portugal". *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* 9, pp. 63-99. Disponível em: «<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1468.pdf>».
- ROSALDO, M. 1974. "Woman, culture and society: a theoretical overview". In: Rosaldo, M. e Lamphere, L., eds., *Woman, culture and society*. Stanford, Stanford University Press, pp. 17-42.
- SAFRAN, W. 1991. "Diasporas in modern societies: Myths of homeland and return". *Diaspora* 1 (1): 83-99
- SANJEK, R. 1990. *Notes and Fieldnotes: the making of anthropology*, Roger Sanjek (ed.) Ithaca, London: Cornell University Press.
- SANTILLAN, L. 2009. "Antropología de la crianza: la producción social de 'un padre responsable' en barrios populares del Gran Buenos Aires". *Etnográfica* 13 (2): 265-289.
- SEN, A. 2005. "Human rights and capabilities", *Journal of Human Development*, 6(2): 151-166.

SEN, A. 2010 [2009]. "Lives, Freedoms and Capabilities". In: *The Idea of Justice*. Londres, Allen Lane/Penguin, pp. 225-317.

SHORE, C.; Wright, S. 1997. "Policy: a new field of anthropology". In: Chris Shore y Susan Wright (eds.), *Anthropology of Policy. Critical Perspectives on Governance and Power*. European Association of Social Anthropologists. New York: Routledge, pp. 3-39.

SHORE, C.; Wright, S. 2011. "Conceptualising Policy: Technologies of Governance and the Politics of Visibility". In: Chris Shore, Susan Wright and David Però (eds.), *Policy Worlds: Anthropology and the Analysis of Contemporary Power*. Oxford: Berghahn pp. 1-26.

SILVA, N. 2007. "Factores de vulnerabilidade social no grupo das mulheres". *Revista Pretextos* 28. Lisboa: Instituto da Segurança Social, pp. 5-7.

SILVA, M.C. 2006. "Espaço e sociedade: alguns elementos de reflexão". In: Casimiro Balsa (org.) *Relações sociais de espaço, homenagem a Jean Remy*. Lisboa, Edições Colibri/ CEOS, pp. 185-197.

SILVANO, F. 2006. "Ir à terra - mobilidade transnacional e construção de sedentariades imaginadas". In: Casimiro Balsa (org.) *Relações sociais de espaço, homenagem a Jean Remy*. Lisboa, Edições Colibri/ CEOS, pp. 199-218. Disponível em: <<http://run.unl.pt/bitstream/10362/3598/1/RemyPDF.pdf>>.

TURNER Victor. 1967 [1964]. *Betwixt-and-Between: The Liminal Period in Rites de Passage. The forest of symbols: aspects of Ndembu ritual*. Ithaca and London: Cornell University Press, pp. 93-111.

TURNER, V. 1969. "Liminality and Communitas". *The Ritual Process: Structure and Anti-Structure*. Harmondsworth, Penguin Books, pp 80-118.

TURNER, V. 1974a. "Social dramas and ritual metaphors". *Dramas, fields and metaphors. Symbolic action in human society*. Ithaca and London: Cornell University Press, pp. 23-59.

TURNER, V. 1974b. "Passage, Margins, and Poverty: Religious Symbols of Communitas". *Dramas, Fields, and Metaphors. Symbolic action in human society*. Ithaca and London: Cornell University Press, pp. 231-271.

TURNER, V. 1986. "Dewey, Dilthey and Drama: an essay in the anthropology of experience". In: Victor W. Turner and Edward M. Bruner (eds.), *The Anthropology of Experience*. Urbana and Chicago: University of Illinois Press, pp. 33-44.

WACQUANT, L. 2009. "Social Insecurity and the Punitive Upsurge". *Punishing the Poor: The Neoliberal Government of Social Insecurity*. Duke University Press. pp.1-37

YANAGISAKO, S. 1979. "Family and Household: The analysis of Domestic Groups". In: *Annual Review of Anthropology* 8: 161-205.

YANAGISAKO, S. ; Collier, J. 1987. "Toward a unified analysis of gender and kinship". In: Yanagisako, S. and Collier, J. (eds.) *Gender and Kinship: essays toward an unified analysis*. Stanford: Stanford University Press, pp. 14-50.

### **MÉDIA e INTERNET:**

Agência Lusa. Artigo de 29 de Fevereiro de 2012. "Violência doméstica: 66 agressores controlados com pulseiras electrónicas". Disponível em: <<http://www.ionline.pt/portugal/violencia-domestica-66-agressores-controlados-pulseiras-electronicas>>.

Associação Portuguesa de Apoio à vítima (APAV) (página web). "Violência doméstica. O que é?". Consultado a 5 de Maio de 2012. Disponível em: <<http://www.apav.pt/lgbt/menudom.htm>>.

Comissão para a Igualdade de Género (website). Consultado a 5 de Maio de 2012. Disponível em: <<http://www.cig.gov.pt>>.